

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VICTOR MIGUEL CASTILLO DE MACEDO

**MEMÓRIAS, SILÊNCIOS E INTIMIDADES: SOBRE A POLÍTICA CONTEMPORÂNEA EM
MOÇAMBIQUE (1975-2015)**

CURITIBA

2015

VICTOR MIGUEL CASTILLO DE MACEDO

**MEMÓRIAS, SILÊNCIOS E INTIMIDADES: SOBRE A POLÍTICA CONTEMPORÂNEA EM
MOÇAMBIQUE (1975-2015)**

**Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Antropologia, Setor de Ciências Humanas,
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em
Antropologia.**

Orientador: Prof. Dr. Lorenzo Gustavo Macagno

CURITIBA

2015

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Macedo, Victor Miguel Castillo de
Memórias, silêncios e intimidades: sobre a política contemporânea
em Moçambique (1975-2015). / Victor Miguel Castillo de Macedo. –
Curitiba, 2015.
150 f.

Orientador: Prof.º Dr.º Lorenzo Gustavo Macagno
Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes
Universidade Federal do Paraná

1. Antropologia – Moçambique – etnografia.
2. Moçambique – história – século XX. 3. Guerra Civil – Moçambique –
historiografia. I. Título.

CDD 967.903

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (PPGA) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Victor Miguel Castillo de Macedo**, intitulada: "*MEMÓRIAS, SILÊNCIOS E INTIMIDADES: SOBRE A POLÍTICA CONTEMPORÂNEA EM MOÇAMBIQUE (1975-2015)*", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação....., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em Antropologia Social**.

Considerações adicionais da Banca Examinadora:

A banca destaca o esforço original e bem sucedido do trabalho ao abordar diferentes possibilidades metodológicas e heurísticas de compreensão do processo histórico e político de Moçambique contemporâneo.


Curitiba, 14 de agosto de 2015.



Prof. Dr. Lorenzo Gustavo Macagno
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Hector Rolando Guerra Hernandez
1º Examinador



Profa. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua
2ª Examinadora

À minha mãe, Iara Aurélia de Macedo, a “laia” que sempre tão diferente, apesar de igual (curitibana), sempre tão independente, apesar de tão próxima. Capaz de virar o jogo, na pior hora, e sem saber, nos abrir ao mundo – de novo. Não bastou nos levar a Moçambique, sem saber aonde iríamos chegar. Você foi, na sua volta ao Brasil, ainda mais mãe e resolveu querer entender as ideias malucas do teu ‘caçula’. Por todos esses momentos de cumplicidade em que você, mesmo sem poder entender todas as angústias da pesquisa, parou para me escutar. E por essa coragem inesgotável, quando é para defender os teus, esse trabalho também é um pouco fruto dela. Com muito amor, muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

*Gracias quiero dar al divino
labirinto de los efectos y de las causas
por la diversidad de criaturas
que forman este singular universo
por la razón, que no cesará de soñar
con un plano del labirinto...*
Jorge Luís Borges, *Otro poema de los dones*

O agradecimento é sempre uma oportunidade importante para mim. Agradeço a Deus, porque a vejo negra, mulher, homossexual e diversa como o mundo que é tantas vezes ferido por aqueles que falam em Seu nome. Junto a Ela, agradeço a todas santas e santos a quem guardo um apego, e que na intimidade guardam meu equilíbrio espiritual. Da mesma forma, agradeço aos meus avôs e à minha avó, que, hoje distantes, sei que também olham por mim.

Agradeço a meus pais Marino Castillo Lacay e Iara Aurelia de Macedo, pelo apoio incondicional. Minha mãe abriu os caminhos de nossa família para Moçambique, e acompanhou de perto as vicissitudes do processo de escrita (e muitas vezes foi quem segurou a onda). A meu pai, o “Mari”, cabe agradecer a ternura de nosso amor. Muitas vezes, nos entendemos com breves olhares, e olhá-lo sempre e de alguma forma me inspira a ser melhor, muito obrigado. À Nonna Júlia, devo agradecer pelo amor sereno, e pelas delícias divinas que prepara sempre com muito amor (e que me mantém “forte”), qualquer palavra será vã para descrever meu amor por ti. Ao meu irmão, José Arthur, ou só Zé pra mim, muito deveria ser dito, mas descrever nossas discussões acadêmicas e nossa relação seria mais que uma dissertação, então me furto a agradecer principalmente o apoio em momentos decisivos da empreitada do mestrado. Custa-me muito dizer o quanto a tua distância é sentida, principalmente nos momentos difíceis – serve dizer que você foi fundamental. Da mesma forma, agradeço à minha cunhada Caroline Brunetto, por ser essa agradável surpresa na vida da família, e como também é em parte minha irmã, por torcer junto por mim e pela boa execução deste trabalho.

Quero agradecer também a alguns amigos que acompanharam de maneira mais próxima todo o processo e foram importantes nos momentos de descontração, e às vezes de trabalho. Aos amigos do 007, do curso de Ciências Sociais, André, Léo, Juliano, Beta, Thui e Cassio, obrigado pelo carinho sincero e incondicional.

Deste mesmo grupo de amigos, agradeço ao Benno Alves e a Isa Suguimatsu, amigos que sempre reservaram um tempo preciso em suas visitas a Curitiba, para me ver. Ao Benno, que foi responsável pelo curso que fiz em São Paulo e pela entrevista com o Prof. Cahen, só resta dizer “Gracias Compay” e “Hasta la victoria”. Aos amigos Lucas, Angelo e Ellen, agradeço o cuidado e o carinho, mesmo nas vezes em que estive ausente. A Lucas França e sua família, a parceria de sempre, no samba e na vida. Da mesma forma, agradeço aos irmãos Andrey e Marina, pela paciência e pelo amor perene. Aos colegas e amigos do mestrado – Patrick, Maestro, Gustavo, Ana, Vô Lauri, Sadi, Jaque, Bárbara, Danda, Camila, Rafa, Kami e Jeff, agradeço por todos os momentos em sala de aula ou fora dela, em que nos escutamos, aprendemos com as diferentes perspectivas e certamente nos divertimos. Acrescento ainda um agradecimento especial, para Magda Luiza Mascarello e Edmar Antônio Brustolim, que, ao longo do mestrado, se tornaram cada vez mais irmãos de vida. Agradeço por tudo o que aprendi com vocês e por todas as vezes que me ajudaram a crescer nessa jornada.

Quero agradecer a todos os professores do PPGA/UFPR, pela atenção e disponibilidade nas salas de aula e fora dela. Em especial gostaria de destacar também os professores do NAPER/UFPR, Marcos da Silva Silveira, João Rickli e Ciméa Beviláqua, que contribuíram com seriedade, generosidade e afeto para as reflexões que hoje compõem este trabalho. Agradeço especialmente ao professor Lorenzo Gustavo Macagno, que me orientou desde 2009, e a quem sou grato pelos anos de trabalho, amizade e iniciação no mundo pluriversal da Antropologia – o crescimento pessoal e profissional que vivenciei sob sua orientação ainda é imensurável, obrigado por se mostrar presente mesmo com tantas atribuições pessoais nos últimos anos. Agradeço à Capes/CNPq pelo auxílio financeiro ao longo do mestrado. Estou muito agradecido também pela ajuda dos servidores do PPGA, Andrade e Paulo, que sempre foram muito atenciosos e generosos. Na área de especialistas em Moçambique, quero agradecer ao professor Hector Hernandez Guerra, por ser um interlocutor com quem tive o privilégio de encontrar diversas vezes nas escadarias da Reitoria. E, ainda, agradeço ao professor Michel Cahen, cuja perspectiva histórica foi muito importante para as reflexões empreendidas neste trabalho.

Sou imensamente grato aos meus interlocutores moçambicanos por compartilharem seu tempo e seu mundo – especialmente ao antropólogo Rubem

Taibo, no início da pesquisa, e ao sociólogo André Mindoso, ao final dela, por levarem a sério as inquietações de um jovem curitibano.

Finalmente, mas não menos importante, quero agradecer àquela que divide seus sonhos, suas alegrias e tristezas comigo, e que me permite sonhar com um mundo menos opressor e desigual, porque trabalha pela justiça no seu dia a dia. Elise de Aragão, mais uma vez você, com seu amor, com seu olhar e seu carinho, me ajudou a seguir até o final da jornada. É uma honra e um privilégio ser teu companheiro nesta vida, muito obrigado por caminhar ao meu lado. A todxs que não são mencionados neste texto, sintam-se também agradecidxs e, por favor, me perdoem o descuido.

*Nadie es la patria, pero todos lo somos.
Arda en mi pecho y en el vuestro, incesante,
Ese límpido fuego misterioso
Jorge Luis Borges, Oda Escrita en 1966*

*Les hommes font leur propre histoire, mais ils ne la font pas
arbitrairement, dans les conditions choisies par eux, mais dans des
conditions directement données et héritées du passé. La tradition de
toutes les générations mortes pèse d'un poids très lourd sur le
cerveau des vivants. Et même quand ils semblent occupés à se
transformer, eux et les choses, à créer quelque chose de tout à fait
nouveau, c'est précisément à ces époques de crise révolutionnaire
qu'ils évoquent craintivement les esprits du passé, qu'ils leur
empruntent leurs noms, leurs mots d'ordre, leurs costumes, pour
apparaître sur la nouvelle scène de l'histoire sous ce déguisement
respectable et avec ce langage emprunté.
Karl Marx, Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*

*Our proposition is simply one of recollection, or, to go back to our
commencing code, memory. The need for the preservation of the
material and spiritual properties by which memory is invested.
Acceptance of both its burdens and triumphs or – better still – its
actuality, the simple fact of its anterior existence and its validity for its
time. To accept that is to recognize the irrationality of mutual
destructiveness on behalf of any value, any values whatsoever,
however seductive – cultural, ideological, religious, or race-
authenticated – that intervened and obscured or eroded those
multiple anteriorities – of whatever kind – from which our being once
took its definition.
Wole Soyinka, The Burden of Memory The Muse for Forgiveness*

RESUMO

O presente trabalho resulta da investigação etnográfica entre moçambicanos e moçambicanas em Curitiba, de 2011 a 2015, a respeito de memórias e silêncios sobre eventos decorrentes da guerra civil moçambicana. Os interlocutores são estudantes do Programa Estudante Convênio – Pós Graduação (PEC-PG), em nível de mestrado. O autor, dando continuidade a um trabalho de campo iniciado em 2011, se volta às dinâmicas produzidas pelos elementos mnemônicos mobilizados pelos interlocutores em momentos específicos da pesquisa. Para tanto, foram utilizados três fragmentos etnográficos - a lembrança a respeito do maior massacre da Guerra Civil; os constrangimentos pela presença de uma moça tida como parte da elite histórica de Moçambique; e as conversas ocorridas nas comemorações posteriores às defesas de dissertação de alguns destes moçambicanos. O acesso a compreensões e lembranças foi mediado por um relacionamento constituído por momentos de intimidade e estranhamento. Da mesma forma, o desenvolvimento de um entendimento a respeito dos sentidos e significados mobilizados demandou, para cada situação, uma retomada das condicionantes e dos eventos históricos que compunham as controvérsias em questão. O conflito central entre os grupos que hoje são os dois maiores partidos do país, Frelimo e Renamo, é abordado sob diferentes contornos, de modo a evidenciar disputas historiográficas sobre as versões e motivações do conflito (iniciado em 1977, no período pós-colonial e socialista). Tais disputas, que ressoam em desenvolvimentos acadêmicos e posicionamentos políticos, têm seus efeitos também, na forma de interpretar e diagnosticar os problemas do período institucionalmente democrático atual. Com o objetivo de reivindicar essa memória recente e as controvérsias que a cercam enquanto um lócus de investigação estratégico e relevante para as dinâmicas políticas em Moçambique, o trabalho constrói sua argumentação em um processo que não pretende assumir a oposição de linhagens historiográficas entre continuidade e cisma. Essa é, portanto, uma forma consciente de lidar com questões da política moçambicana sem perder de vista aquelas disputas internas aos estudos sobre Moçambique.

Palavras-chave: Políticas da Memória; Guerra; África Austral; Moçambique.

ABSTRACT

The present work is a result of an ethnographic investigation among men and women from Mozambique, between 2011 and 2015, concerning memories and silences about events resulted from the Mozambican Civil War. The subjects are graduate students of the 'Programa Estudante Convênio – Pós-Graduação (PEC-PG)', in Master's degree. The author, continuing a fieldwork begun in 2011, turns to the dynamics produced by the mnemonic elements mobilized by the Mozambicans in specific moments of the research. To do so, three ethnographic fragments were used – the remembrance about the worst massacre of the Civil War; the constraints in relation to the presence of a lady known as a member of the historic elite of Mozambique; and the talks that occurred in the commemorations after some of theirs Master thesis examinations. The access to the comprehensions and remembering was mediated by a relationship constituted of moments of intimacy and estrangements. Likely, the development of an understanding concerning the senses and meanings mobilized demanded, for each situation, a resumption of the conditionings and the historic events that compound the controversies in question. The central conflict between the two groups that today are the main parties of the country, Frelimo and Renamo, it's treated under different outlines, in a way to evidence the historiographical disputes about the versions and motivations for the conflict (it started in 1977, in the post-colonial socialist period). Such disputes, that resonate in academic developments and political positions, have their effects also, in the way of interpreting and diagnosing the problems of the current institutionally democratic period. With the goal of claiming this recent memory and it's surrounding controversies as a relevant and strategic locus of investigation to the political dynamics in Mozambique the work builds its reasoning in a process that doesn't intend to assume the opposition of historiographical lineages between continuity and schism. This is, therefore, a conscious way to cope with the questions of Mozambican politics without losing in sight those disputes, internal to the studies about Mozambique.

Keywords: Memory politics; Warfare; Southern Africa; Mozambique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - DIVISÃO POLÍTICA DE MOÇAMBIQUE	23
FIGURA 02 - REGIÃO SUL	25
FIGURA 03 - REGIÃO CENTRAL	26
FIGURA 04 - REGIÃO NORTE DE MOÇAMBIQUE	27
FIGURA 05 - CONVITE DO CONVÍVIO	30

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 01 - FOTO DO CONVÍVIO	31
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANC	- African National Congress
CNE	- Comissão Nacional de Eleições
COMECON	- Conselho de Ajuda Econômica Mútua
FAM	- Forças Armadas de Moçambique
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FPLM	- Forças Populares de Libertação de Moçambique
FRELIMO	- Frente de Libertação de Moçambique
MANU	- Mozambique National Union
MONAP	- Mozambique Nordic Agriculture Program
NESAM	- Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique
OCI	- Organização Central de Inteligência da Rodésia
ONU	- Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	- Operação das Nações Unidas em Moçambique
PEC-PG	- Programa de Estudante Convênio Pós-graduação
PPGAS	- Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFPR
PRE	- Política de Reabilitação Econômica
PRPPG	- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
RENAMO	- Resistência Nacional Moçambicana
SADF	- Forças de Defesa Sul-Africanas
STAE	- Secretariado Técnico de Administração Eleitoral
UDENAMO	- União Democrática de Moçambique
UEM	- Universidade Eduardo Mondlane
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNAMI	- União Africana de Moçambique Independente
USAID	- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ITINERÁRIOS DA PESQUISA OU COMO VOLTAR A MOÇAMBIQUE	22
1.1 AS REGIÕES E OS INTERLOCUTORES DE MOÇAMBIQUE	23
1.2 CONHECENDO MOÇAMBIQUE EM CURITIBA	28
1.2.1 Os convívios	28
1.2.2 As mãos	32
1.3 ETNOGRAFIA ENTRE EVENTOS E MEMÓRIAS	33
2 DAS DIVERSAS VIOLÊNCIAS CONTIDAS EM UM MASSACRE	37
2.1 O SOBREVIVENTE	38
2.2 RECORTES DO FATO	41
2.3 PROCESSOS ANTERIORES	46
2.3.1 A gênese fragmentária da Frelimo	47
2.4 TRANSIÇÃO E DESESTABILIZAÇÃO	51
2.4.1 O corpo social armado da Renamo	54
2.4.2 Controvérsia e violência	56
2.4.3 Escol(h)as políticas	61
2.5 DAS RAZÕES DA MEMÓRIA	65
3 INTIMIDADES E EXTERIORIDADES DOS SILÊNCIOS PACIFICADORES	68
3.1 A FESTA DE INDEPENDÊNCIA MOÇAMBICANA EM CURITIBA	70
3.2 À MARGEM DA CÚPULA	74
3.3 OPERANDO A 'PRESERVAÇÃO TRANSFORMATIVA'	77
3.3.1 Desestabilização econômica	77
3.3.2 Relações de ajuda/intervenção e a legitimidade internacional	82
3.4 OS RELATOS DE BRAZÃO MAZULA	85
3.4.1 O acordo geral de paz e a comunidade de Santo Egídio	86
3.4.2 Múltiplas leituras das eleições multipartidárias	87
3.5 SILÊNCIOS CONVENIENTES	91
4 AS SOBRE-VIVÊNCIAS DA MEMÓRIA	94
4.1 AS DEFESAS	96
4.1.1 As defesas de Carlos e José	97
4.1.2 Um período de difícil apreensão	101
4.2 O ESGOTAMENTO DA LEGITIMIDADE	103
4.2.1 Os desusos da Lei de Terras	104
4.2.2 As comunidades locais e a autoridade tradicional	108
4.2.3 A re-centralização	110
4.2.4 Satundjira e os conflitos recentes	114

4.3	DESAFIOS PRESENTES.....	118
4.3.1	Eleições Roubadas.....	120
4.3.2	A queda de Guebuza.....	123
4.4	A LUTA (DA MEMÓRIA) CONTINUA (OU CONTÍNUA).....	126
	CONCLUSÃO	129
	REFERÊNCIAS	134
	ANEXOS	146

INTRODUÇÃO

O estudo da complexidade política de Moçambique já é um tema recorrente nas pesquisas antropológicas e históricas sobre este país. Apesar das formas clássicas do estudo de questões políticas na África Austral, essa pesquisa dialoga também – ainda que sutilmente – com questionamentos a respeito da mobilidade internacional.

A partir das relações que estabeleci na interlocução com moçambicanos e moçambicanas que vieram à cidade de Curitiba, no estado Paraná, entre 2012 e 2015, para uma mobilidade temporária, constituiu-se meu objeto: silêncios e ambiguidades em conversas e encontros circunstanciais com estes moçambicanos, operam enquanto instrumentos de expressão política e efeitos das memórias do passado recente em Moçambique. Meu objetivo neste trabalho é compreender de que maneira estes elementos mnemônicos informam a respeito de eventos da política moçambicana em um breve intervalo de tempo histórico: 1975-2015 – e reclamar as dinâmicas da memória enquanto um importante locus de análise para a compreensão da(s) política(s) no país.

A maioria destes estudantes eram engenheiros florestais (entre outras formações como engenheiros elétricos, cientistas sociais, economistas e geólogos) que adquiriram bolsas de estudo fornecidas pelo governo brasileiro (o Programa Estudante Convênio- Pós-Graduação, também conhecido como PEC-PG), para fazerem seus mestrados no Brasil. Inicialmente, aproximei-me de oito destes, 5 homens e 3 mulheres, os quais aos poucos iam voltando ao seu país devido ao fim dos respectivos mestrados. Da mesma maneira, o campo se expandiu, pois outros moçambicanos chegaram à medida que aqueles voltavam (ao longo desses quase quatro anos de acompanhamento). A circularidade reconfigurava a proximidade entre os que ficavam devido às diferenças regionais, geracionais e de gênero entre essas pessoas.

É pelos momentos de prudência ao abordar temas políticos de seu país, principalmente aqueles que possuem um cargo no quadro do governo, que se produzem alguns dos mal-estares a serem relatados mais adiante. São os fragmentos e situações que constituíram minha relação com eles, em diálogo com

as interpretações acadêmicas a respeito de eventos e atores políticos que movimentarão as questões da dissertação.

Tomo como base três situações que mobilizam entre si e através de eventos da história moçambicana, dimensões significativas para a compreensão de mobilizações políticas contemporâneas no país. São elas, resumidamente: 1ª Um diálogo sobre o maior massacre do período da Guerra Civil; 2ª A festa da independência, em que ocorre uma situação de desconforto com a presença de uma moça, filha de um notável da elite moçambicana; 3ª Conversas que ocorreram em bares no Centro de Curitiba, nas quais meus interlocutores descreveram suas impressões sobre eventos recentes na política moçambicana. Apesar destes eventos estarem organizados em sua ordem de ocorrência, não é meu interesse investir nessa coincidência com a ordem das questões históricas levantadas. Ainda assim, reconheço que essa forma como as situações se sucederam tem um valor heurístico para a discussão. Pontuo também que a ordem da narrativa aqui empregada acompanha o encolhimento do campo, uma vez que menos e menos moçambicanos vinham para Curitiba.

Antes de apresentar com mais detalhes algumas das questões de interesse antropológico que o trabalho de campo me trouxe, e os capítulos que compõem o texto, quero destacar de que maneira a proposta e as condições do trabalho se distinguem de propostas ou campos semelhantes.

Contexto de Produção

Desde o início dos anos 2000, o interesse de pesquisa a respeito de estudantes do continente africano em mobilidade no Brasil vem aumentando. Trabalhos como os de Verônica Tchivela Pedro (2000) e Dulce Mungoi (2006) trouxeram à tona questionamentos a respeito da identificação que se produz entre africanos de distintos países, ao virem para o Brasil. Em especial, ambas as dissertações reforçam a resignificação de uma identidade africana cosmopolita, e a produção de laços de solidariedade decorrentes dela. Na esteira destas preocupações, outros trabalhos como os de Carlos Subhuana (2005), Danielle Mourão (2006) e Yara Ngomane (2010) produziram um recorte mais preocupado com as limitações nacionais da experiência destes estudantes.

Seja trazendo uma abordagem das dinâmicas da identidade entre pessoas de várias nacionalidades africanas, ou mesmo explorando resignificações possíveis

de diferenças regionais entre conterrâneos, a marca ou a busca pela identidade (talvez com o “I” maiúsculo) termina por ser um traço em comum. Divergindo dos colegas acima citados, optei por não conservar uma espécie de identidade anterior e estável, nem pretender observar a reaparição de um significado que inexistia. Com um objetivo, ao meu ver, mais modesto, aproximo-me da dissertação de Sara Santos Morais (2012) que, por sua vez, observa os meandros da volta de moçambicanos ao seu país – e mais especificamente, como a vinda para estudar no Brasil tem um sentido simbólico dentro de uma hierarquia de experiências profissionais. Ainda assim, também esse trabalho guarda diferenças significativas com o que proponho.

Apesar de estar lidando também com um conjunto de pessoas que detêm uma série de privilégios com relação a maior parte da população de seu país devido à sua escolaridade, a escolha fundamental para o tema deste trabalho está relacionada ao momento de instabilidade política que vive Moçambique (creio que seja a maior instabilidade desde os processos de pacificação). Da mesma forma, fica implícito o questionamento a respeito da minha ida a Moçambique - e explico, que não só as dificuldades de financiamento para a viagem foram um entrave, como também o decorrer da pesquisa me levou ao interesse pelo fato de serem moçambicanos “fora” de seu país. Para esse desdobramento contribuiu o fato de haver conhecido o país anteriormente - em janeiro de 2005, quando passei um mês em Maputo, e conheci algumas cidades próximas – enquanto minha mãe vivia e trabalhava lá (foram três anos vivendo em Moçambique, ao todo). Em dados momentos isto me colocou numa posição mais dialógica com meus interlocutores, outros nem tanto (conforme se verá adiante).

Assim, os silêncios e ambiguidades através dos quais se fala de política e das lembranças sobre o país, também foram direcionados à minha presença em distintos momentos da pesquisa. Houve, portanto, um interesse etnográfico em explorar esses fragmentos espaço-temporais, nos quais o pesquisador não estava nem em uma ilha afastada - “Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista”, Malinowski (1978, p. 19). Como tampouco estava “observando o familiar”, tal qual Gilberto Velho (2013, p. 76), quando diz: “Tive oportunidade de pesquisar um universo de pequena classe média *White-collar* que me era familiar através do mapa hierárquico e político de

minha sociedade e de meu bairro” (nesse caso uma familiaridade análoga à minha). Em outras palavras, experimentamos (eu e meus interlocutores) tipos distintos de exterioridade e intimidade, que ora se complementavam, e ora traziam vazios em nossa interação.

Fragmentos de Intimidade: Nacionalismo e Regionalismo

Pelas condições nas quais a pesquisa foi feita, e pelas questões que surgiram ao longo do trabalho, a narrativa aqui empregada se inspira nas possibilidades de se produzir uma reflexão a partir de fragmentos etnográficos (como em West (2009), Macagno (2009); Candea (2010)). De forma análoga, principalmente com o trabalho de Matei Candea, na Córsega, houve momentos em que a intimidade que construí com meus interlocutores era de certa forma interrompida (CANDEA, 2010; HERZFELD, 2008).

Se por um lado concordo com Candea (2010, p. 24), que há uma enorme dificuldade em produzir uma “descrição densa” quando a própria compreensão de seus interlocutores entre si é rasa – e adicional a essa condição houve a própria efemeridade de sua experiência (com a limitada duração de dois anos); por outro observo que esse condicionamento os deixou também mais frágeis e expostos entre si (no sentido de que algumas incompreensões e descompassos que haviam comigo, haviam também entre eles). A mobilidade temporária produz um efeito que permeia as questões trabalhadas nesta dissertação, ela faz com que a memória seja duplamente, o referencial de passado e futuro (saída e chegada), destes moçambicanos. Esse fator me exigiu um retorno quase que contínuo às notas de campo e registros de entrevistas, à medida que o conhecimento antropológico e histórico a respeito de Moçambique se tornava mais complexo.

A fragmentariedade das informações e relatos trazidos interpela as duas vias acadêmicas de interpretação das condições sócio-históricas de Moçambique (conforme as apresento a seguir, no primeiro capítulo). Autores que se dividem em teses que pretendem confirmar ou não a existência de uma nação no país – chamando a atenção para a ruptura entre colonialismo e pós-colonialismo, ou que por outro viés, observam uma continuidade nas tentativas de modernizar as populações da zona rural – nos períodos colonial, socialista e neoliberal.

Não é suficiente dizer que estes grandes modelos não dão conta da multiplicidade de conexões e pertencas de meus interlocutores. Logo, a opção por

me ater a fragmentos da pesquisa etnográfica é ela própria fragmentar em seu diálogo com outras leituras antropológicas sobre Moçambique - o que me permite expor também as diversas marginalidades do funcionamento do Estado. Candea (2010, p. 83) sugere, por sua vez, uma resposta monadologista para esta questão, uma vez que seu campo favorece essa 'localização' dos sujeitos da pesquisa. Em minha pesquisa, a despeito das irreduzíveis diferenças de meus interlocutores, entre suas trajetórias de vida e a maneira como lidam com a condição legada pela mobilidade temporária, há, no entanto, um espaço de enunciação em comum, que é de onde eles vieram, e para em que voltaram. Nesse caso: Moçambique.

A maneira que encontrei para contemplar as relações entre meus interlocutores, restituindo suas conexões, foi através das dinâmicas produzidas por elementos mnemônicos – sem que isso, no entanto, resolvesse o dilema dualismo/continuidade das interpretações sobre Moçambique – que ressoavam problemas e questões propriamente moçambicanos. Lugar e tempo de partida e chegada destes sujeitos.

Memórias e Silêncios

Apesar do trabalho de reflexões sobre memórias e eventos do passado ter diferentes usos e efeitos nas diversas correntes de pensamento das Ciências Sociais, desde Maurice Halbwachs até Paul Ricoeur, essa dissertação não pretende ter como foco principal uma revisão bibliográfica e teórica a respeito de tão complexa noção¹. Conforme Olick e Robbins (1998, p. 122) demonstram em sua extensa revisão a respeito do tema, uma forma mais efetiva nos estudos sobre recordações coletivas de experiências passadas tem sido a combinação de distintas formas de análise, voltadas para os elementos mnemônicos que compõem a memória enquanto um efeito – para evitar o costumeiro dualismo entre memória de identidade/memória de contestação, os autores sugerem olhar para maleabilidade e permanência das práticas mnemônicas².

¹ Para uma revisão mais aprofundada dos desdobramentos dos estudos sobre memória nas Ciências

² Quando me refiro à mnemônica, faço referência a um conjunto de práticas que facilitam a operação da memória ou da recordação. Desta maneira me distancio de trabalhos como o de Guglielmucci (2013, p. 28), em que a “memória” aparece como categoria nativa de órgãos de Direitos Humanos e Comissões da Verdade na Argentina. Por outro lado, as memórias em questão neste trabalho não se restringem a “lembranças” que convergem ou divergem, como no trabalho de Guérios (2012, p. 18).

Da mesma forma, o resgate de eventos pode também se dar pela ausência. É assim que silêncios a respeito do passado, aos quais Trouillot (1995) tão habilmente chama a atenção, modulam o conhecimento que se tem sobre os eventos, ou ainda mantêm acesa a chama de ambiguidade que os cerca. Lidar com essa ambiguidade – dos dilemas de pertença coletiva, dar conta das distintas trajetórias, sem reduzir os emaranhados que compõem a dinâmica própria dos eventos – é compreender também os silêncios enquanto práticas mnemônicas.

A heterogeneidade teórica, a qual lançarei mão nesse trabalho, tem a ver com a própria complexidade do contexto, e com eventos pertencentes ao recorte histórico pretendido. E por outro lado, essa abordagem mais abrangente, das possíveis formas de se compreender recordações, segundo a forma pela qual elas ocorrem, permite que o diálogo com as questões historiográficas de Moçambique seja, ele também, mais profícuo. Assim, diante da fragmentariedade das dinâmicas do campo, e da complexidade que o espectro simbólico e material, que o país Moçambique representa, creio que essas questões não se resolvem, mas se desdobram de maneira mais clara.

Capítulos

Este texto está composto de quatro capítulos. Principiando a discussão, propus um capítulo/apresentação de campo/interlocutores, através das regiões a que pertencem estes moçambicanos. Minha pretensão com essa proposta é de que o leitor possa se trasladar ao Moçambique que encontrei em Curitiba, ainda que os interlocutores que me eram mais próximos sejam apresentados com mais detalhes ao longo do texto. Por outro lado, é através da apresentação dos condicionantes do campo que ficará mais claro, como me inseri entre os moçambicanos que chegavam à cidade.

O segundo capítulo, intitulado “Das diversas violências contidas em um massacre”, trata a respeito do Massacre de Homóine ocorrido em 1987, em que mais de 400 pessoas morreram em um intervalo de tempo menor que vinte quatro horas. Da mesma forma é um capítulo que leva em conta as narrativas decorrentes da guerra. Essa função do capítulo se deve ao percurso empreendido nesta primeira reflexão e a posição que ele tem no trabalho, de forma mais ampla. A partir do massacre, procuro demonstrar qual foi a compreensão das agências de notícias do período e a forma pela qual compunham encadeamentos entre fatos, objetos e

evidências que reiteravam um tipo de discurso comum durante a guerra que ocorreu no período pós-colonial. Certamente havia os interesses em disputa nos anos 1980, no entanto apoiar-me na Guerra Fria não dava conta da complexidade em jogo. É por isso que me debruço sobre a formação das duas forças em conflito no território moçambicano, a Frelimo e a Renamo. Para tanto, procuro esclarecer e desestabilizar as posições que se cristalizaram através da história oficial, qual seja, a de que a Frelimo constituía um bloco nacionalista homogêneo, e de que a Renamo era um instrumento de interesses externos no território moçambicano.

Os pontos de encontro entre estes tempos e essas sensibilidades distintas são as próprias memórias de meu interlocutor e a dificuldade em conversar a respeito de determinados assuntos. O relato que foge da descrição exata contém em si as marcas de um período de violência multipolar. Tendo esse capítulo como uma forma de evidenciar a exemplaridade da força dessa memória, passo a procurar entender os processos e agentes que buscaram silenciá-la.

Foi em uma festa de comemoração da independência de Moçambique que encontrei a filha do homem que foi responsável por arbitrar o processo de construção das primeiras eleições do país (no início dos anos 1990). Esse processo, como a pacificação que o antecedeu, ainda são lembrados como exemplares da constituição *de facto* da nação moçambicana – apesar das ingerências externas. Com base nas reflexões desenvolvidas por Anne Pitcher (2002) e Adam Yussuf (2006), volto-me mais uma vez a processos macrossociais para evidenciar as condicionantes objetivas de um projeto/acordo compartilhado pelas elites políticas de Moçambique. A pacificação – que não alterou a estrutura das dinâmicas políticas – combinada entre as organizações pivôs do conflito, contribui para aumentar o distanciamento entre a elite política e econômica do país e as outras camadas moçambicanas.

No segundo capítulo, apresentei uma situação em que minha relação com um dos moçambicanos tem desdobramentos específicos, ocasionados pelas memórias da guerra interna. Essas lembranças têm um papel político importante nas preocupações políticas contemporâneas do país. Ao longo do terceiro, apresento condicionantes objetivos e econômicos que encaminharam as negociações de paz, sem que isso alterasse a lógica da política em Moçambique – e tampouco o aumento da distância entre as elites politico-institucionais e a população. Deste ponto se desdobra o ponto de partida do quarto capítulo.

O quarto capítulo início com uma breve reflexão a respeito do sentido ritual das defesas de dissertação dos moçambicanos na UFPR, o principal marcador temporal que determina a saída deles do Brasil. Os momentos de comemoração após as defesas foram de extrema importância nesse aspecto. Dessa maneira, chego a uma conversa que ocorreu em 2014, após a defesa de dissertação de um dos engenheiros florestais. O que se discutia? As tentativas do governo em dizimar de uma vez a opositora Renamo ao longo daquele ano através de ataques sucessivos ao reconhecido quartel general deste grupo, na Serra da Gorongosa – localizada em Sofala, no Centro do país. Os diagnósticos de meus interlocutores, a maneira disfarçada e contida ou, às vezes, explosiva e evidente, denota os entraves reais que a liberdade de expressão enfrenta na democracia moçambicana.

Para uma compreensão global desse descompasso no funcionamento das instituições políticas, retorno aos movimentos de descentralização, e re-centralização das decisões políticas – através de relatos etnográficos e atento às compreensões produzidas em trabalhos de meus interlocutores. Na sequência, passo a acompanhar alguns dos eventos que têm mobilizado as discussões – os conflitos e as eleições de 2013 e 2014. O uso de textos jornalísticos e em especial, os relatórios do pesquisador britânico Joseph Hanlon, como forma de contrabalancear os fatores reais/virtuais em jogo – e o quanto eles mobilizam os elementos mnemônicos para compreender ou contrapor-se aos fatos. Em outras palavras, é a ‘quebra do silêncio’, tanto entre as elites, quanto entre a população, e a decorrente crise de legitimidade que se instaurou na contemporaneidade moçambicana. Será possível observar assim o conflito da guerra, ou os conflitos que ela uma vez continha, sob o prisma de uma longa duração (*longue durée*) (conferir Braudel (1958)).

O emaranhado de condicionantes históricas e culturais que confluem para a realidade política atual do país de meus interlocutores é a substância que dá a liga para a questão que se constituiu ao longo do meu trabalho de campo. A possibilidade real de violência material, ou física, ou ainda simbólica, seja do Estado ou daqueles que disputam o seu controle, produz uma diversidade de sentimentos, mas também uma necessidade vital de saber expressá-los. Tendo fragmentos etnográficos como base, e um arcabouço histórico rico em detalhes, convido o leitor a compreender possibilidades finitas e limitadas da memória política de Moçambique.

1 ITINERÁRIOS DA PESQUISA OU COMO VOLTAR A MOÇAMBIQUE

A despeito dos possíveis leitores e leitoras, que interessados em Moçambique, já tenham ciência das dinâmicas geopolíticas internas ao país, proponho aqui outra forma de apresentar suas especificidades. Sem que isso signifique uma volta por entre debates geográficos, pretendo introduzir o país por suas regiões, e através de meus interlocutores. É importante que se diga que, conforme se evidenciará ao longo dos próximos capítulos, os designíos utilizados, sejam enquanto marcadores associativos, ou marcadores temporais, podem alterar os significados, ou mesmo situar a reflexão aqui empreendida em distintas linhagens da pesquisa a respeito de Moçambique, como demonstra Dinerman (2006, p. 29), em sua reflexão.

Por isso, partir do pressuposto de que se trata de um 'grupo de moçambicanos' pode ser também um instrumento de homogeneização da minha parte, dado que se por um lado são moçambicanos e moçambicanas (supondo a formação de um grupo), ao me aproximar de suas histórias pessoais e trajetórias de vida, outros marcadores surgiram enquanto fortes diacríticos – regionais (o fato de serem do Norte, do Centro ou do Sul de Moçambique); de gênero (o tipo de integração que homens e mulheres têm, e como é a sua socialização); religioso (dado o caso de uma das mulheres ser muçulmana, afetando diretamente as práticas diárias de alimentação, por exemplo); e geracionais (aqueles com família - em geral mais velhos - e aqueles solteiros - que eram mais novos)³. Sendo, portanto, pessoas de distintas trajetórias, que chegaram em tempos distintos e com interesses específicos em Curitiba, as diferenciações regionais são apresentadas de forma a orientar ao leitor uma maior atenção aos detalhes históricos que se desenrolarão nos próximos capítulos.

Da mesma forma, apesar das relações entre moçambicanos volta e meia apresentarem efeitos de etnicidades regionais (CHICHAVA, 2008), essas diferenças que aparentam uma atemporalidade serão devidamente moduladas, conforme restituo seus condicionantes históricos no capítulos seguintes.

³ Esbocei uma primeira reflexão a esse respeito em Castillo de Macedo (2014b).

1.1 AS REGIÕES E OS INTERLOCUTORES DE MOÇAMBIQUE



FIGURA 01 - DIVISÃO POLÍTICA DE MOÇAMBIQUE

FONTE: África Turismo (2015)

A ordem de apresentação seguirá o sentido Sul-Norte, uma vez que a maior parte destes moçambicanos em Curitiba veio do Sul. Em relação à quantidade de pessoas, uma maioria expressiva era estudantes da pós-graduação da Engenharia Florestal, devido a um convênio entre Universidade Eduardo Mondlane – UEM, e a Universidade Federal do Paraná – UFPR, o que não impediu que houvesse outras formações como Engenheiro Elétrico, Antropólogo e Sociólogo.

Portanto, o país de meus interlocutores se localiza na África Austral, tem um território de 799.380 km², sua população é de 23,7 milhões de habitantes e é considerado um dos mais pobres do mundo (184º lugar de 187 países). No mapa

acima, pôde-se observar todas as dez províncias de Moçambique. Ao Sul, na província de Maputo, localiza-se a capital homônima do país, em que estão também as províncias de Gaza e Inhambane. Há também Xai-Xai, capital de Gaza e Inhambane, capital da província de Inhambane. É de lá que vem a maioria dos moçambicanos e moçambicanas em Curitiba.

O primeiro de meus interlocutores que conheci, em 2011, foi o antropólogo Eusébio⁴ – que na época estava fazendo seus estudos no mestrado. Foi ele quem me apresentou e me aproximou de seu conterrâneo, da província de Inhambane, João Paulo. Este, era engenheiro florestal e havia chegado antes de outros colegas da mesma profissão (também do Sul), como Carlos, Ana, Mariana, Joana, Leonardo, Alice e Tiago (todos de Maputo). Além destes havia também o casal Arthur e Paula (ele pós-graduando em Engenharia Hidráulica e ela em Biotecnologia) e Robson, economista também na pós-graduação. O economista, Ana, Mariana e Eusébio viviam no bairro Cajuru, na mesma casa em que estavam outros conterrâneos. Joana vivia no mesmo bairro em um quarto alugado e próximo a ela vivia João Paulo, que morava no bairro Jardim das Américas, numa casa dividida com dois brasileiros, nas imediações do Campus Politécnico.

Maputo contém também um dos principais portos do país, que serve de corredor de escoamento para produtos da África do Sul, que faz divisa com essa região. O Sul é conhecido por ser a parte economicamente mais desenvolvida do Moçambique contemporâneo. É nessa região que o partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO⁵) tem a maioria de seus adeptos. Os principais grupos etno-linguísticos na região são os tsonga e os chope, apesar de uma diversidade linguística mais complexa do que cabe explicar aqui. Houve também uma importante presença de missionários cristãos durante o período colonial – e não por menos a grande parte da população nessa região é cristã. Na figura abaixo, as províncias da região Sul em destaque.

⁴ Todos os nomes de meus interlocutores foram alterados, uma vez que o conteúdo de algumas de suas opiniões e memórias foi transcrito. Optei pela mudança, porque assim preservarei igualmente a todos eles, ainda que minha relação com cada um deles teve condicionantes distintos.

⁵ Este é o principal partido de Moçambique, e ao mesmo tempo, o que está no poder desde 1975. Reunindo diversas correntes da luta anticolonial, foi criado oficialmente em 15 de junho de 1962. Voltarei a falar em detalhes a respeito da controversa história dessa força política do país mais adiante, no capítulo 2.

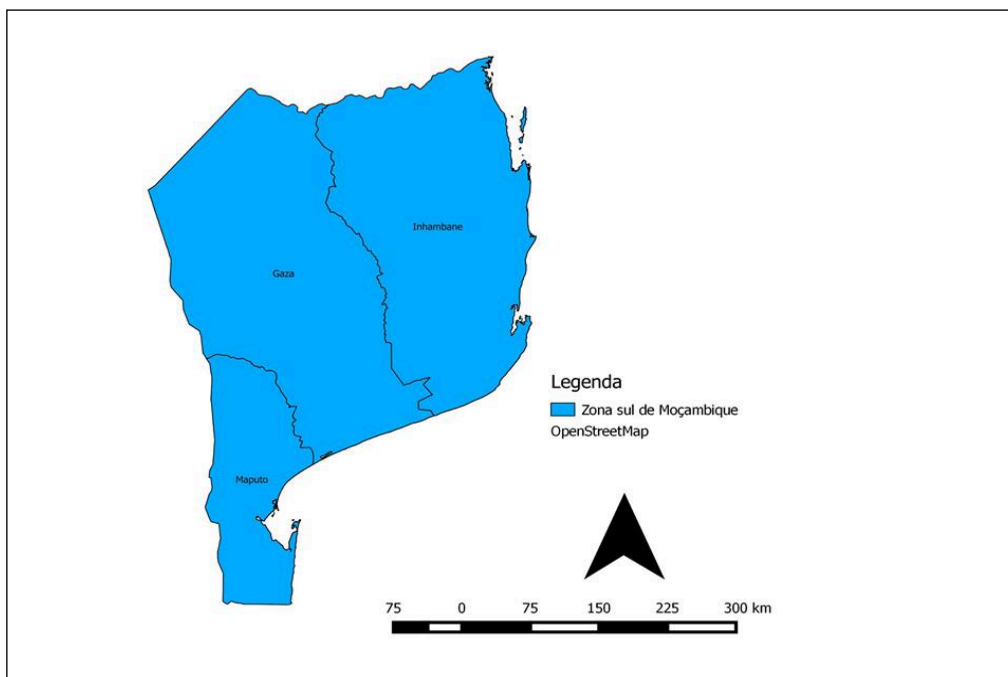


FIGURA 02 - REGIÃO SUL

FONTE: Acervo do Engo Arnaldo Uetela

A Região Central do país é formada pelas províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia. São suas respectivas capitais, o Chimoio, a Beira, Tete e Quelimane. A Beira é também a segunda maior cidade e um dos polos econômicos do país, e seu porto chega a ser ainda mais importante para a economia regional, escoando a produção também do Zimbábue, do Malaui e da Zâmbia. José, um dos engenheiros florestais moçambicanos, que vivia no centro de Curitiba durante o período da pesquisa, é nascido na Beira, além dele, o sociólogo que chegou no final do meu período de campo para fazer seu doutorado, Alexandre, é de Tete. Diego e Leonardo, apesar de nascidos em Maputo, trabalham como professores universitários no Chimoio (em Manica), não por menos, havia uma reconhecida proximidade maior entre esses rapazes. Os quatro viviam no centro de Curitiba, e foram os últimos, do grupo pesquisado, a voltar a Moçambique.

É nessa região que se encontram dois centros de oposição ao partido no poder. Na província de Manica está a vila de Gorongosa, sede do principal partido de oposição, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)⁶. E na cidade da Beira, outro partido que tem crescido nos últimos anos é o Movimento Democrático

⁶ Reconhecidamente o maior partido de oposição ao governo, é uma organização que teve sua origem após os primeiros anos da independência em 1977, sua motivações iniciais eram estritamente militares, e apoiada por países contrários ao socialismo pós-colonial, tais como: Rodésia, África do Sul e Estados Unidos.

de Moçambique (MDM)⁷. Nessa região estão os grupos etnolinguísticos vandau (os ndau), sena, nyanja e shona-caranga – que são importantes para a compreensão da dinâmica partidária do país. Nas zonas limítrofes com as outras regiões do país estas divisões étnicas certamente não ficam tão claras. No entanto, é importante considerá-las para uma localização inicial.

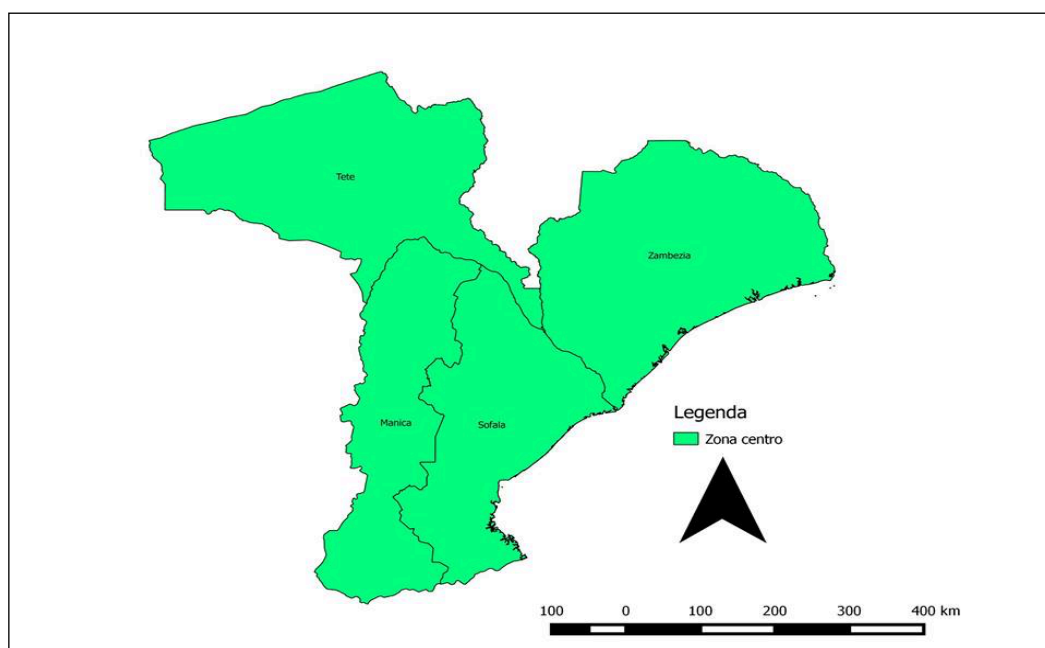


FIGURA 03 - REGIÃO CENTRAL

FONTE: Acervo do Engo Arnaldo Uetela

A região norte é a mais empobrecida do país. No entanto, foi a região mais rica dos períodos pré-colonial e do início da colonização. Recebeu uma forte influência islâmica antes mesmo da ocupação portuguesa. A primeira capital do território que hoje conforma o país se localizava na Ilha de Moçambique (em Nampula), e muitas das elites políticas da região perderam seu poderio quando a administração portuguesa tornou Lourenço Marques, hoje Maputo, capital. As províncias que a compõem são Niassa, Nampula e Cabo Delgado. Suas respectivas capitais são Lichinga, Nampula e Pemba, e os países que fazem divisa com essa região são Malawi e Tanzânia. De Nampula vieram para fazer seus mestrados Pedro e Diego (engenheiros florestais), e Armando (engenheiro elétrico). Essa região é de maioria muçulmana, ainda assim, existem um componente cristão importante. Pedro e Armando moravam com Mariana, Robson, Eusébio e Ana, na casa na região do

⁷ O MDM foi instituído formalmente em 2009, mas o que motivou o seu surgimento foi a exclusão da Candidatura de Daviz Simango, filho de Uria Simango (ex-Frelimo), para edil da cidade da Beira pelo partido Renamo em 2008 (MDM, 2015).

bairro Cajuru e Diego vivia no Centro de Curitiba. Mariana, que em Moçambique vive com sua família em Nampula, também é muçulmana.

Apesar de ser pouco desenvolvido economicamente, essa região tem recebido um investimento expressivo na exploração mineral, florestal e agrária (principalmente via Embrapa, Vale do Rio Doce e outros grandes grupos empresariais brasileiros, isso sem falar do investimento chinês que é expressivamente maior)⁸. Os grupos etnolinguísticos que habitam essa zona são os Makua (em maior número e com mais ramificações), os Yao e os Makonde.

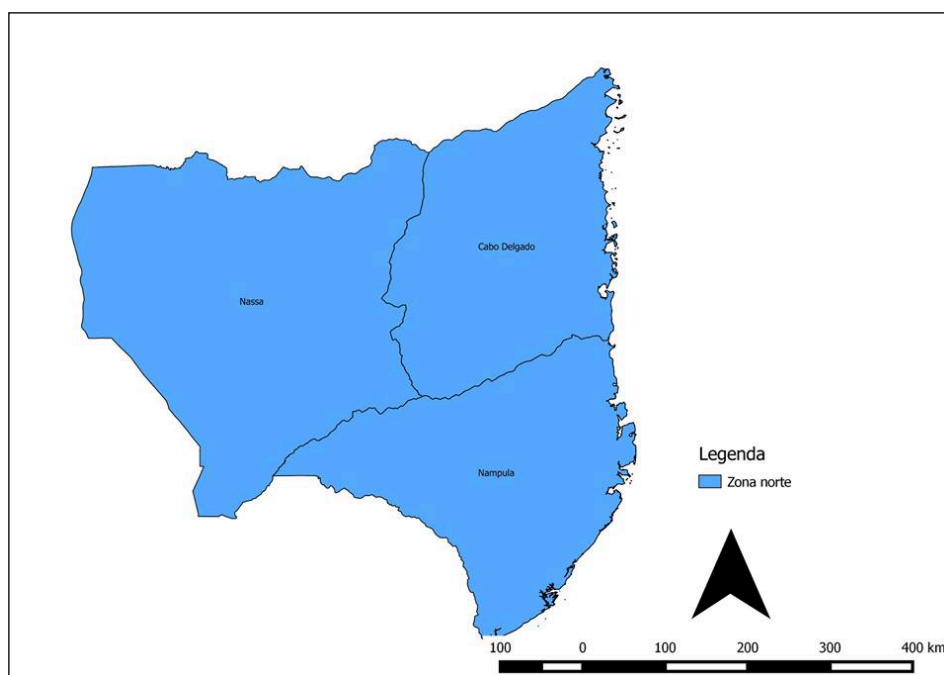


FIGURA 04 - REGIÃO NORTE DE MOÇAMBIQUE
FONTE: Acervo do Engo Arnaldo Uetela

A importância de se apresentar estes dados mais gerais a respeito das diferenças entre as regiões moçambicanas reside no papel que elas assumem no cenário político do país. Ao longo do texto, retornarei a essas questões, com mais detalhes das regiões e de meus interlocutores para mobilizar outras questões. Para o leitor é suficiente ter em conta que essas diferenciações se expressam nas relações entre moçambicanos e moçambicanas que vêm ao Brasil – seja através das alianças estabelecidas entre eles, por como interpretam os eventos políticos do país, ou ainda, pela proximidade espacial em Curitiba. Cabe apresentar então parte de meu itinerário de pesquisa entre eles.

⁸Conforme Saggiaro Garcia, Kato e Fontes (2013).

1.2 CONHECENDO MOÇAMBIQUE EM CURITIBA

Minha entrada em campo foi intermediada pelo antropólogo Eusébio. No entanto, essa introdução se deu em momentos especificamente estratégicos para um antropólogo que desenvolvia uma pesquisa a respeito do *Lobolo*⁹: nas festas. Antes de me preocupar somente com os moçambicanos que estavam em Curitiba, estava interessado em conhecer as redes de amizade e compadrio formadas entre africanos de distintos países que moravam na cidade no final do ano de 2011. Apesar de acabar não trabalhando com essa questão, foi graças a Eusébio e a esse *insight* que conheci o grupo de moçambicanos do mestrado da Engenharia Florestal (os primeiros oito conhecidos) – na Festa do Dia da África de 26 de maio de 2012. Esses momentos de lazer com outros africanos, ou apenas entre conterrâneos, servem também como marcadores da rede de relações sociais que compunham algo semelhante ao que José Guilherme Magnani (1984, p. 137) chamou de *pedaço* entre moçambicanos em Curitiba.

Os eventos cujo convite demandava uma maior proximidade com pelo menos um dos moçambicanos são chamados de *convívios*, e através destes passei a participar mais do cotidiano de meus interlocutores.

1.2.1 Os convívios

Eusébio vivia no período - ao final de 2011 e início de 2012 - com três engenheiros florestais, Mariana, Ana e Pedro. Com eles vivam um engenheiro elétrico - Armando- e Robson um economista, que também vieram de Moçambique para fazer seus mestrados. Eles viviam nos fundos de uma casa no bairro Cajuru, onde cada habitação possuía cozinha e banheiro individual. A quantidade de moçambicanos vivendo juntos fez com que esse local fosse conhecido entre eles como *República de Moçambique*.

Sendo assim, passei três meses (em 2012) acompanhando as atividades acadêmicas e festivas dos engenheiros florestais moçambicanos em Curitiba – o que produziu uma grande proximidade minha com a maioria deles. Com cinco engenheiros dos oito que estavam aqui na época, pude fazer entrevistas abertas

⁹ O lobolo trata-se em linhas gerais de “um ritual de união conjugal baseado na oferta de bens que simbolizam a passagem da mulher de um grupo ao outro”, e é marcadamente uma prática de origem Tsonga, do Sul, (TAIBO, 2012, p. 2).

gravadas, posteriormente se criou um amplo espaço de diálogo – entre estes estão aqueles cujas trajetórias apresentarei ao longo do trabalho (no caso João Paulo, Mariana, Pedro e Ana), de forma breve e de modo a evidenciar as relações constituídas e mobilizadas.

Minha presença nas festas organizadas somente por moçambicanos, foi especialmente facilitada por Eusébio, a começar pela festa de despedida de um moçambicano que viera fazer seu mestrado em Ciências Geodésicas. Na festa que ocorreu na República de Moçambique fui acompanhado de minha namorada. Aos poucos fomos assumindo os papéis que se conformaram entre os presentes – como não havia uma pista de dança, as mulheres (em menor número) se juntaram em um pequeno grupo; os homens, que eram a maioria, estavam em dois grupos com mais ou menos seis pessoas cada. Foi uma festa pequena, em que a maioria eram moçambicanos – eu e minha namorada os únicos brasileiros, e ainda um amigo angolano que costumava circular entre os moçambicanos. Pela primeira vez, conseguira conversar e me aproximar daqueles cuja trajetória eu gostaria de compreender. A maior parte das conversas entre os homens era a respeito de competições internacionais de futebol, sobre a relação das mulheres com o dinheiro e acerca da desilusão que era o Brasil encontrado em Curitiba. Durante aquela noite consegui criar um diálogo independente da intermediação de Eusébio – obtendo o contato de João Paulo. Ao longo daquele ano, muitos deles já saberiam que eu tive a oportunidade de passar um mês em Moçambique em 2005, devido ao fato de minha mãe ter vivido lá por três anos.

Ao final da pesquisa que fiz para a monografia no final de 2012, Eusébio já estava de volta a seu país. João Paulo que foi com quem me tornei mais chegado, iria voltar à Moçambique, e quis fazer uma festa de despedida. Ele me chamou por telefone e perguntou se eu sabia de algum lugar onde pudéssemos reunir todos os moçambicanos. Após aventarmos algumas possibilidades, lhe ofereci o salão de festas do prédio onde moro. Com o apoio de meus pais, conseguimos organizar uma festa ou um convívio, como chamaram meus interlocutores, muito bem sucedido.

A organização da festa me permitiu observar um funcionamento e papéis bem definidos segundo parâmetros geracionais e de gênero. Ana era a mulher mais velha entre as moçambicanas, por isso assumiu uma posição de organizadora do *convívio*, distribuiu funções, regulou o número de convidados e ainda criou o evento na rede social *Facebook*. Mariana e Joana tomaram para si o encargo de cozinhar o

frango à zambeziana, a feijoada moçambicana, as chamuças e a matapa¹⁰; da mesma forma, minha mãe se comprometeu a fazer uma moqueca. Foi combinado ainda, que eu buscaria as engenheiras com as painéis na *República de Moçambique*, para agilizar e evitar acidentes. Os homens levaram os *pen drives* para que pudéssemos tocar as músicas moçambicanas (como a marrabenta) com um computador e caixas de som.



FIGURA 05 - CONVITE DO CONVÍVIO
FONTE: Convívio dos Moçambicanos (2012).

O “PS” do convite virtual foi direcionado principalmente aos homens que de fato beberam ao longo de toda festa, à exceção do nampulense Armando que é muçulmano.

O momento mais importante do convívio, e que se repetiu em quase todas as festas organizadas por moçambicanos, é a oração antes de se iniciar o almoço. Na despedida de João Paulo, esse momento ocorreu após o almoço. Foi quando já haviam chegado todos os convidados. Então, o homem moçambicano mais velho presente, pede a palavra enquanto todos escutam atentamente. Naquele dia foi Arthur, um engenheiro que estava fazendo seu mestrado em engenharia hidráulica, que fez o agradecimento pedindo para que cada um dissesse alguma coisa – a começar por meu pai¹¹. Aos poucos, todos os presentes fizeram falas ou em

¹⁰ As Chamuças ou samoosas – são análogas aos pastéis de carne, à diferença que possuem uma massa folhada, e um tempero mais apimentado. São de origem indiana. A Matapa é um prato típico, feito a base de folha de mandioca, farinha de amendoim e leite de coco.

¹¹ Meu pai é nascido e criado na República Dominicana, houve muita comoção em sua fala por ele também ser negro, e relatar naquele momento, vestindo uma bata feita de capulana como foi a sua

agradecimento à festa (no caso dos moçambicanos), ou comentando como conheceram seus colegas africanos. Após esse momento de apresentação, meus interlocutores e seus conterrâneos entoaram uma canção de origem sul-africana que é conhecida como “Hino da África”.¹² Abaixo uma das fotos tiradas por um dos engenheiros florestais brasileiros que esteve na festa.



FOTOGRAFIA 01 - FOTO DO CONVÍVIO

FONTE: Acervo do Engenheiro Florestal Maciel Baptista

Como se pode ver, a maioria dos presentes nesse dia eram moçambicanos. Eu e meus pais nos vestimos com capulanas e camisas africanas. No que seguiu, a festa teve a mesma sequência de outros *convívios* de moçambicanos, após o almoço as pessoas conversaram e continuaram a beber até que alguns resolveram começar a dançar. A diversidade de estilos musicais abrangia tanto os diversos ritmos moçambicanos quanto brasileiros. O festejo só terminou porque o horário do edifício não permitia que a música continuasse alta após as 22 horas.

Após esse encontro, minha relação com os engenheiros florestais e os demais moçambicanos se tornou mais próxima. É como se após haverem conhecido minha família, aqueles com os quais eu ainda tivera poucos momentos de diálogo

vinda ao Brasil nos anos 1980.

¹² Nesse dia cantada em língua zulu, mas que já foi traduzida em outras versões locais das mais diversas regiões da África subsaariana é uma canção com temática cristã. A canção foi composta em 1897 por Enoch Sotonga, da etnia Chosa. Ele era professor na missão metodista em Johannesburgo. Ela é também considerada o hino do Congresso Nacional Africano (Partido Sul-Africano).

estivessem todos em dívida comigo e, em especial, com meus familiares que os receberam. Foi posteriormente a essa festa que passei a ser apresentado como “moçambicano” em momentos de lazer.

1.2.2 As mãos

Muitos anos antes da festa, em 2005, eu estive por um mês em Moçambique. Naquele período algo que chamou muito a minha atenção foi observar diversas vezes homens, amigos, conversarem com as mãos dadas – dado que isso é pouco comum no Brasil.

No dia do Convívio que ocorreu em minha casa, pude conversar com alguns moçambicanos de mãos dadas sem preocupações a respeito do que brasileiros pensariam disso. O toque só se dava naqueles momentos em que as partes da conversa concordavam positivamente a respeito de um determinado assunto. Principalmente comentários engraçados, ensejam que os participantes do diálogo se cumprimentem, e conforme a conversa continua, o mesmo ocorre com o cumprimento. As mãos que se tocam sem demasiada força, mas tampouco sugerindo uma separação repentina, passaram a ser uma confirmação possível em minhas conversas.

Ainda assim, havia certo descompasso entre compreender o ato e praticá-lo, conforme já descreveu Paul Connerton (1989, p. 90) a respeito de práticas corpóreas. Por isso mesmo não eram todos meus convidados naquela ocasião que, ao conversarem comigo, tocariam uma de minhas mãos em seu cumprimento. Poderia ser compreendido também enquanto uma técnica ou um gesto. Connerton (1989, p. 4-5) lembra que momentos cerimoniais, rituais ou liminais contribuem para a inscrição corporal¹³. O que foi uma *prática incorporadora* (CONNERTON, 1989, p. 72) por minha parte, era já uma *prática inscritora* entre meus interlocutores. Essa forma de diálogo (com as mãos dadas), só se deu de forma mais explícita após a oração cantada por todos – elemento que dava sentido e cumpria a intenção da despedida. Aos poucos, os eventos daquele festejo iriam selando uma forma de compromisso entre minha família e aqueles moçambicanos. Mobilizamos distintas

¹³ A reflexão de Connerton parte das contribuições clássicas de Maurice Halbwachs em *La memoria colectiva* (2004 [1950]), concordando com a retomada que seria feita posteriormente por Paul Ricoeur (2008 [2000]) a respeito das contribuições do antropólogo francês, sob um viés hermenêutico-fenomenológico.

memórias de Moçambique – eu enquanto anfitrião que negociava a ordem dos eventos no convívio (a hora do almoço, o momento da oração, e o fim da festa), entre risadas e lembranças corporificadas – no cumprimento de mãos ou mesmo nas minhas tentativas de dançar a marrabenta. E, da mesma forma, meus pais foram localizados enquanto figuras paternas, que mesmo estando no Brasil, eram sensíveis aos modos de festejo moçambicano.

Meus pais ganharam diversos presentes nos meses seguintes – capulanas, cervejas, roupas entre outros, que foram trazidos de Moçambique por aqueles que voltaram durante as suas férias de verão. Além das afinidades, a possibilidade de trocas de objetos e favores se estabeleceu com essa relação mais próxima.

Da maneira como as percebi, minhas relações com alguns daqueles moçambicanos continham uma espécie de intimidade certamente negociada e pautada por condicionantes a respeito daquilo que se poderia ou não falar. Reafirmo que essa intimidade não era compartilhada com todos (as mulheres por exemplo não se permitiam essa possibilidade). Em última instância eu não deixava de ser um brasileiro – o que confere um certo embaraço, tanto para mim, como para aqueles que não concordavam com tal proximidade. Tais efeitos me permitem compreender essa dinâmica das relações que ali concorriam, de maneira semelhante ao que Michael Herzfeld (2008, p. 17) cunhou enquanto uma *intimidade cultural*¹⁴. Meu objetivo é não perder de vista a fragilidade das relações constituídas em campo – tendo em conta também, a diversidade de pertencas que compõem as socialidades do/no território moçambicano, e a multiplicidade de tempos que convivem nessas interações. Como entre eles já havia maiores ou menores proximidades, o mesmo ocorreu na minha relação com alguns destes moçambicanos e moçambicanas. Os rendimentos desses contatos são acima de tudo *eventuais*.

1.3 ETNOGRAFIA ENTRE EVENTOS E MEMÓRIAS

Este breve capítulo evidenciou algumas das condicionantes materiais e relacionais de minha pesquisa. Antes de adentrar às questões levantadas ao longo da pesquisa, parece-me necessário, se não interessante, aprofundar alguns

¹⁴ Em meu campo, entretanto, não seria capaz de defini-la de forma tão unívoca – de modo que não haveria uma única intimidade em questão. A intenção do antropólogo americano na ocasião de sua reflexão esteve voltada à concepção de um contraponto ao formalismo presente nos estudos sobre nacionalismos (HERZFELD, 2008, p. 31).

questionamentos a respeito da produção de uma relação intersubjetiva minha com estes interlocutores.

Não creio ser um exagero pensar que da mesma forma que dois tipos de espacialidade foram brevemente apresentados até aqui – aquelas que são produto e produzem relações em Moçambique, e aquelas produzidas na estada brasileira de meus interlocutores –, ao longo do trabalho dois tipos de eventos serão acionados conforme as próprias dinâmicas em questão os mobilizem. Primeiramente, fui levado através da compreensão de Peter Fry (2005, p. 70), a buscar o sentido dos *eventos críticos* descritos por Das (1996, p. 6), e sua capacidade de transformação das relações sociais, e a partir dos quais novas formas de ação vão se criando. Nos três capítulos subsequentes a este, mobilizarei situações em que elementos mnemônicos evidenciam o caráter de *longue durée* que determinados eventos críticos podem assumir.

Por outro lado, estas situações vividas em campo também são eventos – ainda que não tomem o sentido de evento crítico de Veena Das. Assim, quase que numa ousada tentativa de bricolagem, a sugestão de Marilyn Strathern de tomar imagens enquanto artefatos me permite levar em conta outra forma de evento. O qual, segundo as palavras da antropóloga: “tomado como *performance* deve ser conhecido por seu efeito: ele é compreendido em termos do que contém, das formas que oculta ou revela, do que está registrado nas ações de quem o testemunha” (STRATHERN, 2014, p. 214, grifo da autora). Dentro das limitações das contribuições dessas leituras etnográficas observo que o evento crítico em questão é o conflito que ocorreu entre 1977 e 1992, entre Frelimo e Renamo. Enquanto órbitas da dimensão desse evento, e compostos pelas sutilezas de elementos mnemônicos, são os eventos ocorridos no decorrer do trabalho de campo (2012-2015). Em outras palavras, a inspiração é o que Ginzburg (2014, p. 149), descreveu como: “a proposta de um método interpretativo centrado sobre resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”. É mister a atenção especial aos indícios, que permitem uma compreensão para além da opaca realidade, em conjunção ainda com a produção de poderes através de silêncios (TROUILLOT, 1995). É dessa maneira que as reflexões produzidas neste trabalho decorrem, tal como o que Fabian (2001, p. 78) descreveu, do espaço entre a etnologia acadêmica, a historiografia acadêmica e a historiologia popular.

No caso de Moçambique, é importante considerar essas questões, pois duas guerras marcaram os imaginários e compreensões a respeito da pertença ao país (nesse aspecto, marcaram a forma de pensar o país – talvez o mesmo efeito que o advento da guerra tenha legado à Antropologia em outros contextos, como descreve ALMEIDA, 2004). A antropóloga Alice Dinerman (2006, p. 61) apresenta duas linhagens que constituem as formas mais conhecidas de abordagem das questões moçambicanas: aqueles que reforçam as teses da historiografia oficial (autores em sua maioria da esquerda britânica como Joseph Hanlon, Bridget O’Laughlin e John Saul) e, como foram definidos pela autora, os revisionistas (na maioria franceses, da geração pós-maio de 68 como Michel Cahen, Cristian Geffray e Luís de Brito). Algumas das celeumas entre tais autores fazem parte do objeto desta dissertação, essa escolha decorre da opção de não abrir mão da pluralidade de compreensões da história moçambicana (a qual voltarei mais adiante, no próximo capítulo). As posições intelectuais também interessam aqui, porque em alguma medida elas informam opiniões e controvérsias difundidas nos meios de comunicação moçambicanos.

Aliás, são os meios de comunicação, jornais, telejornais, blogs, e comentários de Internet, que mobilizam preocupações e informam meus interlocutores que estão a quilômetros de distância de seu país. Por isso, assim como Trajano (2002) aponta, as narrativas virtuais assumem um importante espaço de debates a respeito do que constitui a nação ou não. São espaços que permitem a formação e a emissão de opiniões sobre temas políticos de seu país – sem necessariamente revelar a identidade do emissor – o que é mais importante ainda. Exatamente este fator dá o caráter de *rumor* às informações veiculadas pela rede – e é a “indeterminação do rumor que constitui sua importância como discurso social” (BHABBA, 2010, p. 277), ou ainda a sua capacidade de disseminação. Veena Das (1998, p. 110) demonstrou também como essa forma de comunicação guarda um caráter violento, quando contraposta às narrativas oficiais. É a partir da posição que se ocupa em determinado contexto social, que se desenvolve o discernimento para abordar ou não determinados assuntos. A minha atenção a estes momentos na história moçambicana se sensibilizou pelo destaque que Thomaz (2008) legou aos *rumores* e *desconfianças* tais como seus pesquisados conferiam a certos temas e questões. Da mesma forma, a própria Veena Das (1999, p. 41) aponta que determinadas questões não são comunicáveis pelas vias cotidianas, como a fala,

mas que o tempo se encarrega de “trabalhar a violência”. Esse efeito do tempo, em contextos de recuperação posterior a eventos críticos atua nos rumores e pode reavivar a violência por qualquer abalo que sofra.

Trata-se, portanto, de observar de que maneira se articularam a memória, o tempo e o rumor, entre silêncios e continuidades, entre meus interlocutores moçambicanos.

2 DAS DIVERSAS VIOLÊNCIAS CONTIDAS EM UM MASSACRE

A guerra é uma cobra que usa os nossos próprios
dentes para nos morder.
Mia Couto

O esforço por compreender as dimensões que compõem um evento de tamanha complexidade como foi o Massacre de Homoine, de 1987, exigiu o domínio de fatos históricos e debates historiográficos que transcendem os problemas centrais deste trabalho.

Tendo isso em conta, inicio esse texto com uma breve descrição de como conheci o engenheiro florestal João Paulo, e sob quais condicionamentos ele me contou sobre seu tio, que sobreviveu ao massacre e cujo nome não me foi informado. Respeitando o voto de confiança que me foi dado, não voltei a questionar meu interlocutor em relação às consequências que sua família sofreu na ocasião. Ao longo da pesquisa sobre os fatos, tive acesso a um conjunto de notícias que não só explicava de que maneira ocorreram os acontecimentos, como também, contribuiu para a construção de uma narrativa oficial sobre o massacre. Esta, por sua vez, coaduna com a narrativa histórica da Frelimo, a respeito deste período. Explorar de que maneira essas narrativas jornalísticas e seus elementos se alinharam ao discurso oficial no período da Guerra Civil, com relação aos “bandidos”, é o foco da segunda seção deste capítulo.

Mas o massacre, bem como a própria guerra civil em Moçambique, não representam uma espécie de “fratricídio tranquilizador” (ANDERSON, 2008, p. 271), não completamente esquecido, mas também nem sempre recordado pelos moçambicanos¹⁵. Nesse aspecto, é necessário localizar a posição das forças políticas em combate naquela ocasião. Deve-se considerar as práticas violentas que buscavam nesse período pós-colonial e socialista construir uma nação, ou se opor a forma como essa nação se constituía. Assim, a Frente de Libertação de Moçambique – Frelimo, e a Resistência Nacional Moçambicana – Renamo, assumem diferenças irreconciliáveis desde suas gêneses. Essas diferenças, se expressam, ao longo dos 16 anos de guerra civil em vários âmbitos: desde as

¹⁵ Hector Guerra Hernández me atentou para este fato durante a qualificação deste trabalho.

alianças com grupos étnicos específicos, passando pelos acordos regionais, com vizinhos da África Austral, até os alinhamentos assumidos em relação à Guerra Fria.

Essa compreensão correrá paralelamente neste capítulo, inspirada também pelo que Pina Cabral chamou de “o silenciamento das continuidades” (PINA CABRAL, 2004, p. 384), ou uma forma de deslocar os marcadores dicotômicos reiterados, tanto na produção das Ciências Sociais a respeito de Moçambique, como no discurso ideológico que deu forma ao Estado moçambicano: moderno/tradicional; colonial/pós-colonial; urbano/rural entre outros.

Na sequência, apresento brevemente as condições que propiciaram a formação dos grupos que compuseram a Frente de Libertação de Moçambique, e como essa composição conteve atritos desde sua gênese. Da mesma forma, as condições através das quais ocorreu o processo de libertação do país – tanto pela atuação dos revolucionários, como pelas estratégias do exército metropolitano –, engendraram um “potencial de violência” (BORGES, 2003) entre a população moçambicana. As pontas soltas do conflito anticolonial, aliadas a interesses internacionais permitiram a formação do Mozambican National Resistance. A violência do conflito, as suas causas e o alastramento por grande parte da zona rural do país geram, por sua vez, diferentes interpretações e disputas pela produção mais legítima.

Ao final do capítulo, através desta breve retomada histórica da conturbada formação destes grupos, é possível situar o massacre de outra maneira, e ainda compreender como suas mortes seguem reverberando para os habitantes da pequena cidade de Homoine.

2.1 O SOBREVIVENTE

O encontro com o engenheiro florestal João Paulo foi mediado pelo colega moçambicano Eusébio, que na época estudava no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFPR – PPGAS/UFPR. Eusébio tinha uma relação mais próxima com este conterrâneo que nasceu na mesma província que a sua (Inhambane). Meu interesse então era compreender as experiências e trajetórias escolares do grupo de engenheiros florestais moçambicanos que vinham à Curitiba para fazer seus estudos de pós-graduação. Após nos conhecermos numa festa em finais de julho de 2012, eu e João Paulo trocamos o contato para combinarmos uma

conversa a respeito de sua trajetória escolar até então.

Ele era o único que vivia somente com brasileiros, portanto o dia em que nos encontramos (cerca de duas semanas depois da festa), tivemos mais tempo a sós (na maioria das casas onde viviam somente moçambicanos sempre havia uma ou outra pessoa que resolvia ficar em casa). A princípio meu interlocutor ficou um tanto desconfortável com a minha opção pelo uso do gravador e me questionou pela abertura que a entrevista tinha – pois enquanto engenheiro trabalhava com *surveys*. O fato de ele ter vivido no período do socialismo, e por conseguinte da guerra civil, fez com que eu me interessasse por como ele viveu todas estas transformações. Em termos de meus objetivos originais, pude apreender um conjunto de informações básicas e já relevantes a seu respeito.

João Paulo nasceu em 1979, na cidade da Maxixe, na província de Inhambane. Fez a sua vida escolar, anterior à faculdade, inteira na própria província. Seu pai trabalhava nos correios, durante o período colonial, depois trabalhou em uma ONG italiana, e ao final da vida foi contabilista de um posto de gasolina; já sua mãe sempre cuidou de casa. Ele fez seus estudos em Maputo, desde 1999, e teve a oportunidade de viajar para diversas regiões de Moçambique a trabalho em projetos para a FAO, entre outros tipos de consultorias que o meio da Engenharia Florestal permitia. Antes de vir ao Brasil, estava morando em Pemba (Cabo Delgado), no Norte do país.

Nossa conversa teve uma certa tensão, além daquela citada acima com relação ao tipo de entrevista que ele (enquanto pesquisador) esperava. Após uma hora gravando o que conversávamos, decidi desligar o gravador, e continuar a conversar sobre o período socialista. Ele expressou a grande admiração que tinha pela figura de Samora Machel¹⁶, e que ainda gostava de ouvir seus discursos para inspirar-se. Perguntei-lhe se havia lembranças da guerra civil ou se tivera alguma experiência difícil em relação aos conflitos que marcaram Moçambique desde finais da década de 1970, e durante toda a década de 1980. Sua resposta foi taxativa ao explicar que o conflito passara longe de sua cidade, e que as situações mais críticas ocorreram somente no interior. Diante da clareza com que me havia respondido,

¹⁶ Samora Machel foi quem liderou a Frelimo durante a guerra de libertação do país. Após a independência ele se tornou também o primeiro presidente de Moçambique, atuando de 1975 a 1986, quando foi morto após um atentado. Para informações mais detalhadas a respeito deste ícone moçambicano, ver a biografia feita pelo jornalista Ian Cristie (1988).

preferi voltar a discutir com ele a respeito de sua experiência no Brasil.

Meses depois, quando já havíamos nos visto em outras festas e ocasiões, nos encontramos para a defesa da dissertação de Eusébio. Após a defesa, fomos a um bar próximo da universidade para comemorar a aprovação do então mestre em Antropologia. Acompanhava-nos também, o antropólogo brasileiro André, muito amigo de Eusébio. Nossa conversa naquele dia passou por diversos assuntos, desde análises a respeito da situação política de Moçambique e do Brasil, até explicações a respeito das arguições e das metodologias da prática antropológica. Em dado momento, falávamos sobre a história moçambicana e o conflito entre Frelimo e Renamo, quando André perguntou a João Paulo se ele havia vivido algum conflito. Este explicou que não houvera nenhuma batalha em sua cidade, mas que um tio seu tivera sequelas psicológicas irreparáveis por perder sua família inteira (esposa e filhos) no maior massacre da guerra civil. Ele havia conseguido escapar do ataque das milícias da Renamo pelo “mato”, e acabou ficando por anos sem conseguir falar normalmente. João Paulo e Eusébio nos explicaram parte do contexto geral do massacre dentro do espectro da Guerra Fria, e quais posições assumiram as forças em conflito no seu país. O tio que sobrevivera ao massacre vive agora com a família de João Paulo na Maxixe que é vizinha à Homoine (cidade do Tio).

Quando voltei para casa, perguntei-me num primeiro momento qual seria a razão para meu interlocutor não mencionar um fato tão relacionado ao que eu lhe havia perguntado, meses antes. No entanto exortar a respeito desta motivação se torna uma questão menor quando o corolário de conflitos de diversas dimensões em torno do próprio massacre é levado em conta. A própria maneira de contar, como um *rumor*, uma narrativa não-estruturada, ou como afirma Omar Ribeiro Thomaz a respeito de histórias sobre os campos de reeducação do período socialista, também em Inhambane:

(...) rumores que nos indicam as representações sobre estruturas repressivas, sobre as transformações pelas quais passou o país, sobre a natureza do socialismo e sobre as relações entre indivíduos e famílias de diferentes estratos sociais no interior dos campos (THOMAZ, 2008, p. 200).

Existem muitas coisas em jogo quando se retratam ou se retomam as consequências da guerra entre Renamo e Frelimo, não só pela sua duração, mas também pelos conflitos que já habitavam o território moçambicano antes da

ocupação portuguesa. Naquele momento, percebi que não havia nenhum “compromisso com a sedução do interlocutor” (THOMAZ, 2008, p. 200), na fala de João Paulo. Seu relato estava carregado de toda a complexidade que constituiu o próprio massacre.

O que foi o Massacre de Homóine? Apresento-o a seguir, a partir de fontes jornalísticas da época que contribuíram para a constituição de um discurso oficial a respeito do massacre.

2.2 RECORTES DO FATO

Inspirado pelas reflexões da antropóloga Fraya Frehse (2005 p. 136) a respeito da produção de informantes a partir de jornais - e como a análise ou observação dos fatos através das notícias jornalísticas ocorre de forma análoga a própria observação participante – me volto ao conjunto de recortes de jornal sobre o massacre que foram encontrados. Início, no entanto, explicitando de onde vem o material sobre o qual trabalhei: do sítio da Internet chamado de “mozambiquehistory.net”¹⁷. Esta página tem uma história curiosa e a explico brevemente, a fim de que o leitor compreenda as limitações do material. Quem controla esta página da Internet é Colin Darch, pesquisador inglês, que trabalhou como bibliotecário e fez investigações na Etiópia (1971-1974), na Tanzânia (1975-1978), em Moçambique (1979-1987), no Zimbábue (1987-1991) e no Rio de Janeiro, no Brasil (1991-1992). Depois do Brasil, Darch se estabeleceu na Cidade do Cabo, na África do Sul, onde vive até hoje com a família. Os recortes de jornal recolhidos por ele neste período foram digitalizados e estão intimamente ligados à sua trajetória¹⁸. Considerando, portanto, as implicações de me limitar aos recortes de jornal fornecidos na página da web do pesquisador, volto às narrativas do massacre.

No dia 18 de julho de 1987, cerca de 400 pessoas foram assassinadas na cidade Homóine – vizinha à Maxixe, na província de Inhambane -, após um ataque que teve início às 5 horas da madrugada do mesmo dia. Por volta das 10 horas da manhã, muitas pessoas que haviam fugido, resolveram voltar por imaginarem que o ataque havia terminado. Estas pessoas foram surpreendidas pela continuidade do

¹⁷ Essa escolha deveu-se a escassez de materiais sobre o massacre em arquivos e bibliotecas brasileiras (MOZAMBIQUE HISTORY NET, 2015).

¹⁸ Mais detalhes sobre a trajetória de Colin Darch podem ser encontrados em sua página pessoal (COLIN DARCH, 2015).

conflito, que se estendeu até o hospital da cidade, onde muitas mulheres grávidas, crianças e idosos foram mortos. A versão oficial do massacre responsabiliza a Renamo. Ainda assim, existe certa desconfiança com respeito ao que realmente aconteceu, ou quem foram os responsáveis pela matança.

As notícias encontradas no arquivo virtual disponível iniciam a partir do dia 22 de julho de 1987, ou seja, quatro dias após o ocorrido. Ao mesmo tempo são notícias de veículos de vários países, além do “Diário de Notícias” de Moçambique, são eles: o jornal *Herald* do Zimbábue, *Bangor Daily News*, (dos Estados Unidos do estado de Maine), entre outros veículos da Inglaterra, África do Sul e Brasil. Conforme Frehse (2005 p. 139) descreveu em seu texto, é possível extrair “embates políticos” subjacentes aos textos que confrontamos, para além dos fatos descritos em si mesmos. Ao observarmos quais elementos são mobilizados para dar sentido aos fatos, a agenda dos alinhamentos políticos, tão polarizados neste período, ganha contornos mais claros nas mensagens produzidas.

Tome-se, por exemplo, o jornal “Diário de Moçambique”, na notícia do dia 22 de julho de 1987 – onde não aparece a autoria do texto¹⁹ – têm-se praticamente todos os elementos que são reiterados nas demais notícias a respeito do massacre. Certamente, a ênfase em cada um desses elementos varia de acordo com o veículo e o país de origem. A começar pelo título – “BANDIDOS ARMADOS COMETEM MASSACRE EM HOMOÍNE” (Diário de Moçambique), que aparentemente cobre a manchete de capa do jornal, na sequência, o destaque para o subtítulo que aponta para o número de pessoas mortas “380 pessoas no sábado assassinadas”. O texto, composto também por orientações que se repetem em veículos de outros países, está organizado tematicamente em seus parágrafos da seguinte forma: O número de mortes até o momento da última contagem e as mortes no Hospital Distrital de Homoíne (1º parágrafo); Deslocamento e rapto de moradores da vila informado pelo administrador do distrito, duração e início dos ataques (2º parágrafo); Infiltração de “bandidos” no sul de Moçambique nos meses anteriores ao ataque, via a fronteira da província de Gaza com a África do Sul, abastecimento dos bandidos em Chitipe, Inhambane, (3º parágrafo); Comparação deste massacre com os outros três, de maiores proporções – Wyriamu e Inhaminga, pelas tropas portuguesas e de Nyazónia, quando as tropas de Ian Smith (da antiga Rodésia) assassinaram mais

¹⁹ Como a maioria das reportagens encontradas estão sem a autoria, os autores citados são aqueles cujos nomes estão junto aos textos.

600 pessoas (4º parágrafo).

Observando essa ordem temática, da primeira notícia a qual tive acesso, pode-se comparar de que maneira as temáticas específicas de cada parágrafo foram retratadas em outros veículos e quais questões foram trazidas nesses, que não se encontram na reportagem do “Diário de Moçambique”. Começando, portanto, com a “contagem de mortos” e as menções aos ataques ao Hospital da vila de Homoine. Os periódicos que publicaram no mesmo dia que o “Diário...”, foram o *Bangor Daily News* e *Herald* (Zimbábue), o número de mortos foi o mesmo (380). A contagem passa a aumentar a partir do dia 25 de julho de 1987, quando em nota do “Diário...” se contabilizam 386 mortos. Pouco depois, no dia 29, esse número chega a 388, e aumenta ainda mais na nota publicada no *Herald*, como a contagem final, sendo 386 identificados e 38 não identificados. Destes, 186 homens, 156 mulheres e 44 crianças, somando 424 ao todo (junto aos não identificados). Esse número é reiterado ainda, no texto escrito por Carlos Pinto Santos (1987), para a revista “Cadernos do Terceiro Mundo”, publicada no Brasil, em setembro daquele ano. As menções a respeito dos assassinatos dentro do Hospital Distrital de Homine são reforçadas na reportagem do dia 23 de julho, no “Diário...” – incluindo mulheres grávidas na relação de óbitos. No texto de Santos, essa informação também se repete e é ressaltada com muita ênfase na matéria “Terrorism in Mozambique” de Lars Gronseth (1988), para a revista *New Era* no ano seguinte.

Sobre o rapto de pessoas, o jornal *Bangor* afirmou no dia 22 que os corpos ao longo da estrada, entre mulheres e crianças, haviam sido mortos após serem raptados. No *Herald* (Zimbábue) do dia 23, a reportagem explica que pelo menos 3000 pessoas devam ter se deslocado em fugas pela mata na tentativa de chegar a Maxixe ou Inhambane. O periódico americano reafirma o número de pessoas deslocadas, informado pelo ex-secretário do trabalho do governo Carvalho Neves. Na mesma notícia, tem-se a hora exata do início do ataque, às 5 horas e 45 minutos da madrugada de sexta para sábado. O jornal do Zimbábue repete essas informações nos dias 23 e 24 – em textos sobre os testemunhos, e o enterro das pessoas assassinadas, em uma vala comum. Nos dias seguintes, não se voltou mais a essa questão.

Quero chamar a atenção para a força que a narrativa dos fatos ganha, quanto maior é o espaço de tempo que separa o texto do evento. Essa força estimula os sentidos do leitor para confirmar a coesão da versão que se reitera. Na

terceira temática pode-se observar que a ação dos “bandidos” – como os membros da Frelimo se referiam aos combatentes da Renamo – se confirma na posição de antagonistas dos interesses moçambicanos.

A descrição da infiltração de “bandidos” no sul de Moçambique com o apoio das Forças Armadas Sul-Africanas é a versão cedida pela Agência de Informação de Moçambique (AIM – órgão da imprensa oficial). Ela foi exposta com mais detalhes na edição do “Diário...” do dia 23 de julho – e confirma as informações trazidas no dia 22 por este periódico, reiterada pelos veículos do Zimbábue e Estados Unidos. A descrição, semelhante à do jornal *Herald*, afirma que os bandidos haviam se infiltrado diretamente da África do Sul até Gaza (província do Sul de Moçambique que fica entre Maputo e Inhambane), nos dois meses anteriores. São feitos comentários a respeito de conflitos ocorridos em Gaza no mês de junho, e que em julho operações realizadas nesta província levaram a óbito 156 bandidos. Como a intenção é evidenciar o envolvimento que o governo sul-africano tem no ataque, descreve-se o objetivo de isolar Maputo e criar um escudo protetor, auxiliando o grupo (Renamo) em termos materiais.

Para o ataque em Homoine, os bandidos foram financiados com materiais bélicos fornecidos pelas Forças de Defesa Sul-Africanas (SADF). Um helicóptero levou o carregamento de armas até a região do Lago Chitipe, em Vilankulo, no dia 8 de maio de 1987, – ele foi lançado com cinco paraquedas de fabricação norte-americana – essas informações foram fornecidas por habitantes do local que foram obrigados a carregar os materiais. Três dos paraquedas foram encontrados por mergulhadores da marinha moçambicana no lago, aparentemente os outros dois foram queimados. A descrição dos paraquedas procura não deixar dúvidas: Verde com diâmetro de 29 metros, teve de ser carregado e aberto por 8 soldados, um dos acessórios do paraquedas tinha a inscrição “*US HUDCO 63; 11-1-71; FSN 1670-799-8494; Load Capacities 1300lb to 2200lb; 2201lb to 5000lb*”, incluindo ainda, um paraquedas menor, de 3,6 metros de rádio. As notícias posteriores ao dia 23 de julho não repetiram mais essas informações que evidenciariam uma ação conjunta entre a Renamo, a África do Sul e os Estados Unidos. O alinhamento que reúne esses três elementos certamente não foi ingênuo. Ele confirma expectativas e reforça o posicionamento das forças governamentais dentro do contexto da Guerra Fria.

Cabe compreender de que forma esses veículos de informação situaram o

massacre em comparação a outros eventos semelhantes. Foram outros três massacres ocorridos no período da luta anti-colonial.

Em dezembro de 1972, 400 pessoas foram mortas na região de Wiryamu na província de Tete²⁰. Dois anos mais tarde, em Inhamitanga, no centro de Moçambique, também causado pelas tropas portuguesas, foi o massacre decorrente do insucesso de uma das principais operações pensadas pelas forças coloniais – a “Operação Nó górdio” – que visava sufocar as forças da Frelimo, chamadas de “terroristas”. A chacina perpetrada ao longo do primeiro semestre de 1974 foi idealizada por grupos especiais, pensados por Jorge Jardim²¹ (um dos principais nomes das tropas coloniais) como a solução para conter a “guerrilha” da Frelimo. Contabilizaram-se mais de 500 mortes em um relatório escrito por missionários holandeses que conseguiram fugir do jugo dos portugueses. Em 1976, já após a independência, ocorreu no campo de refugiados Nyazônia, a 75 quilômetros de Chimoio capital da Manica, o massacre de mais de 600 zimbabuanos. O ataque foi planejado pelo então líder da Rodésia, Ian Smith²², que fez questão de não poupar as vidas de crianças, mulheres e idosos.

Apesar das comparações, existem diferenças marcadamente importantes nestes massacres, não somente pelas regiões onde ocorreram, ou quais implicações tiveram, como também pelas forças em disputa em cada contexto. Sabe-se que mesmo no exército português, havia uma grande maioria negra, nascida no território moçambicano – ainda assim, o significado da guerra civil estava atrelado a sérias divisões internas. Divisões decorrentes de projetos e alianças específicas perpetradas pelos grupos em conflito, Frelimo e Renamo. Levar em conta o processo de constituição destes grupos e as controvérsias sobre sua interpretação, permitirá que essa reflexão se torne mais complexa.

Apresento a conformação destas forças políticas que disputam o poder no território moçambicano, procurando evidenciar o caráter conflitivo que carregavam internamente, entre seus membros e nos diversos momentos em que se enfrentaram de forma direta. Mais importante que o caráter fragmentário de ambos

²⁰ Sobre o massacre de Wiryamu ver Hastings (1974).

²¹ Jorge Jardim foi uma figura controversa na história Moçambicana. Agrônomo, ele atuou como secretário de António Salazar (durante o Estado Novo), e se estabeleceu em Moçambique como empresário e ficou conhecido pelos planos de fazer uma independência amistosa entre colônia e metrópole.

²² É um conhecido Ex-comandante do Serviço Secreto Rodesiano. Este era amigo de Jorge Jardim.

os lados é a forma como se constituiu uma gramática política marcada pela violência nos diversos âmbitos da vida no Moçambique independente.

2.3 PROCESSOS ANTERIORES

Tendo em vista a tamanha complexidade dos períodos pré-colonial e colonial, opto aqui por poupar o leitor de uma exegese minuciosa das celeumas que constituíram esses períodos. Evitando também correr o risco de deixar de lado uma ou outra discussão necessária para compreender os meandros de períodos tão decisivos, utilizo-me de uma sistematização em que os fatores mais relevantes do período colonial (para esta discussão) são relatados de forma mais clara.

O historiador Michel Cahen (CASTILLO DE MACEDO & MALOA, 2013) subdivide, em entrevista, o colonialismo na então África portuguesa – e, portanto, também em Moçambique – em quatro grandes períodos: 1º) De 1878, proibição oficial da escravatura em domínio colonial africano à 1910 (a passagem de Monarquia à República, mais importante em Portugal do que nas colônias); 2º) Sendo marcado pelo fim da Primeira Guerra Mundial, o início do segundo período de ditadura, entre 1926 e 1930, quando se inicia o Estado Novo; 3º) É o momento da política portuguesa que é subdividido em três períodos menores: 1930-1942, imobilização na política e na economia monetarista de Salazar; de 1943 ao final da década de 1950, é o que Cahen (CASTILLO DE MACEDO & MALOA, 2013:164) convencionou como “subperíodo de arcaísmo colonial”, quando a maioria dos impérios coloniais cresce política e economicamente, e Portugal, apesar do crescimento, não possibilita mudanças estruturais além do aumento na exploração colonial; o período final é marcado por uma série de reformas que ocorrem de 1958 a 1962, no sentido de modernizar e amortecer a crise econômica e política em que se encontrava a administração colonial. Em 1961 e 1962, tanto a política de assimilação²³ quanto o Estatuto do Trabalho Indígena são abolidos,

²³ A política do assimilacionismo, ou da assimilação, foi uma forma da administração colonial oferecer algum tipo de ascensão social aos ‘indígenas’. Geralmente, aqueles que se encontravam em postos administrativos nas áreas urbanas eram reconhecidos enquanto assimilados. Os condicionamentos para esse reconhecimento não se restringiam ao trabalho. Além de terem a obrigatoriedade de serem assimilados, deveriam também alcançar um estágio espiritual mais elevado – que para os portugueses significava abandonar as práticas ‘tribais’ e assumir o credo católico. Para mais detalhes a respeito do que foi esta política (MACAGNO, 2014, p.31-45).

respectivamente; 4º) O último período é marcado pela tentativa de reformular a organização da sociedade colonial, em meio às guerras de independência e vai de 1962 a 1975.

Em um texto publicado na revista *Lusotopie*, Cahen (1994) traz elementos que já apontavam aquilo que Malyn Newitt (2002) chamou a atenção – a importância de se compreender os conflitos internos à geopolítica moçambicana. Não somente pela diversidade linguística, que ainda hoje chama a atenção, mas sobretudo pela fragilidade do projeto nacionalista da Frelimo. As Companhias Majesticas, que administraram grandes porções do território moçambicano, aliadas às proximidades culturais entre populações que extrapolavam as limitações impostas pela divisão europeia da África, ensejaram distintas alianças políticas e projetos de libertação²⁴. Newitt (2002, p. 188-189) afirma que a onda de nacionalismos africanos teve pouco impacto em Moçambique, inicialmente. Não por menos, as organizações que puderam prosperar tinham suas sedes em países vizinhos, e eram formadas por trabalhadores.

A vanguarda que assume a dianteira do movimento anticolonial provocou rugas por dispor de uma pequena burguesia negra e mestiça de assalariados e estudantes (originários em sua maioria do Sul) (BRITO, 1988, p. 17). Mas, além disso, ao longo dos desenvolvimentos da guerra de libertação anticolonial, e da própria estruturação da Frelimo enquanto organização política, lideranças locais foram excluídas. As divergências e fragmentações da organização que levou a cabo a guerra tem a ver tanto com as distintas formações sociais e processos históricos que povoaram o território, quanto com as políticas coloniais que aventavam “a ignorância como parâmetro” (CAHEN, 1994, p. 224). Houveram ainda dois conflitos internos, que tiveram importância no processo de crescimento da Frelimo enquanto instituição política.

2.3.1 A gênese fragmentária da Frelimo

A história oficial da formação da Frente de Libertação de Moçambique remete à junção de três movimentos nacionalistas de imigrantes moçambicanos

²⁴ Tiveram papel fundamental também nessa produção de diferenciações no período colonial, as missões religiosas. Em especial para a formação de jovens negros escolarizados, que produziram as primeiras expressões nacionalistas no território moçambicano. Devido a extensão de tal ponto, cabe-me ater a indicar um dos textos de Teresa Cruz e Silva, sobre a importância das Missões Cristãs suíças no sul de Moçambique (CRUZ E SILVA, 1998).

criados nos países vizinhos. São eles: *Mozambique (Makonde) African National Union* – MANU (na Tanzânia), a União Democrática Nacional de Moçambique – UDENAMO (na Rodésia) e a União Nacional de Moçambique Independente – UNAMI (em Nyassaland); a versão pode ser encontrada tanto no relato de um de seus fundadores, Eduardo Mondlane, como em relatos de outras personagens importantes desta história, como José Luís Cabaço²⁵ (MONDLANE, 1995; CABAÇO, 2009).

Conforme afirma o historiador Luís de Brito (1988, p. 15), estes grupos foram fortemente influenciados pela onda independentista no continente africano dos anos 1950, e que seguiu produzindo novos Estados independentes nos anos 1960, em especial alguns dos quais estavam no entorno moçambicano como Tanzânia, Malawi e Zâmbia. Nesse aspecto, a Tanzânia teve grande importância na sustentação de uma luta anticolonial moçambicana, pela influência do pensamento do líder da libertação tanzaniana Julius Nyerere, e pelo fornecimento de meios para se iniciar uma luta pela independência. Ainda assim, Brito (1988) destaca diferenças sensíveis entre os membros daqueles movimentos nacionalistas e os próprios fundadores da Frelimo (como Mondlane), em termos de origem social, trajetória e projetos políticos. Para este autor, a união celebrada no dia 25 de junho de 1962 teve um caráter mais “simbólico que real” (BRITO, 1988, p. 16)²⁶, dado que na ocasião se juntaram outros grupos àqueles outros movimentos. O momento da unificação destes três grupos políticos foi produto da atuação do antropólogo Eduardo Mondlane – que, por sua vez, havia participado da criação do Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM) e foi educado por missionários – grupo que reunia a parcela pequena da população negra com acesso ao ensino, que vivia na capital da colônia Lourenço Marques (hoje Maputo, no Sul de Moçambique). Mondlane, que trabalhava como professor na Universidade de Siracusa, nos Estados Unidos, visitou Moçambique ainda em 1961 a serviço das Nações Unidas. Durante esta visita, ele próprio descreve que teve a oportunidade de articular contatos com as organizações

²⁵ José Luís Cabaço é um antropólogo moçambicano que lutou pela independência moçambicana enquanto membro da Frelimo. Posteriormente, ocupou cargos importantes na administração do período socialista. Em 2008, sua tese “Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação” recebeu o prêmio de melhor tese de doutorado do no concurso da ANPOCS.

²⁶ Não é o caso de questionar a relação de oposição que essa expressão cria entre realidade e simbolismo – os próprios conflitos em Moçambique não permitem que o simbólico seja encarado como oposto ao real.

e grupos de libertação clandestinos – mas ao invés de integrar-se separadamente a um deles preferiu orquestrar a futura *unidade* do encontro de 1962 (MONDLANE, 1995, p. 100).

Logo após a criação da Frelimo, um grupo de nacionalistas foge de Lourenço Marques em direção à Dar-es-Salam. Nesse primeiro grupo, estava Samora Machel, que seguiu em 1963 rumo à Argélia e posteriormente à Tanzânia para receber seus primeiros treinamentos militares – sucessivamente se tornando o secretário do departamento de Defesa na Frelimo. Além destes, outro componente da Frelimo foram os moçambicanos que na época faziam seus estudos superiores na Europa – grupo do qual fazia parte aquele se tornará o primeiro presidente eleito de Moçambique após a guerra de desestabilização, Joaquim Chissano (também ex-membro do NESAM). A maior parte daqueles que vieram das universidades formaram os primeiros quadros dirigentes da Frelimo, e no 1.º Congresso, em setembro de 1962 – os presidentes das organizações que conformaram esse bloco nacionalista, nomeadamente Adelino Gwambe (da UDENAMO) e Baltazar Chagonga (da UNAMI) acabaram abandonando o projeto na tentativa de reintegrar as antigas organizações.

Luís de Brito evidencia que a recusa do governo salazarista em dialogar com movimentos sociais (anticolonialistas e nacionalistas) nas colônias portuguesas ensejou a militarização dos grupos de libertação nestes países. Com a Frelimo, em Moçambique, não foi diferente. Frontes de combate foram organizados em regiões próximas à Tanzânia, nomeadamente em Niassa e Cabo Delgado. Houve também outros fronts, mas à medida que o exército anticolonial avançava durante a guerra colonial, outras questões surgiam – tais como a reorganização das populações que apoiavam a Frelimo e já estavam libertas do jugo português; e ainda conflitos internos à direção do movimento: entre a “corrente marxista” encabeçada por Samora Machel (e, portanto, como apoio do braço armado), e aos que defendiam simplesmente uma “africanização”, ou a substituição de brancos por negros na administração do Estado que herdariam.

Em 1968, ocorreu o II Congresso da Frelimo, em plena crise interna. Alguns dos responsáveis por distritos (*chairmen*) boicotaram este encontro. Entre eles estavam Lazaro Nkavandame²⁷. Ele se opôs às medidas que ficaram estabelecidas

²⁷ Este combatente ficou conhecido no final dos anos 1950 pela organização de um conjunto de cooperativas de algodão nas quais se difundiam ideais independentistas. Na atualidade, o livro de

durante o congresso, que ficou conhecido como o evento que marcou a vitória da *linha revolucionária* da Frelimo. Nkavandame se utilizou das milícias que estavam sob seu comando em Cabo Delgado para evitar que essas medidas fossem aplicadas, e, ainda, fechou as fronteiras entre Moçambique e Tanzânia. Uma dessas milícias acaba por assassinar o chefe adjunto de operações do Estado maior das Forças Populares de Libertação de Moçambique – FPLM, Paulo Kamkhomba, que coordenava a aplicação das medidas na região de Cabo Delgado. Essa morte contribui para que em janeiro de 1969 Nkavandame seja destituído de seu posto e responsabilizado por ter parte no assassinato. Em fevereiro deste mesmo ano, o então líder da Frelimo, Eduardo Mondlane, morre após um atentado com uma carta-bomba e essa perda leva o comitê central do partido a se recusar a aceitar que o vice-presidente, Uria Simango, assumisse enquanto presidente. Um Conselho da presidência é composto, com Simango, Marcelino dos Santos (secretário de Relações Exteriores) e Samora Machel (secretário do Departamento da Defesa). No mês de novembro de 1969, Uria Simango publica uma carta na qual expressa apoio a antigos dissidentes da Frelimo, e acusa Samora de uma conspiração para matá-lo. Em maio de 1970, com a expulsão de Simango, Samora Machel é aclamado presidente da Frelimo e Marcelino dos Santos vice-presidente. A partir deste momento, consolida-se dentro do movimento anticolonial a preponderância do braço armado das FPLM. O Departamento da Defesa se encarrega de concretizar e controlar a imposição das medidas decididas no comitê central, nas diversas áreas libertadas.

Essa virada é central na compreensão da maneira pela qual a organização foi se distanciando cada vez mais das autoridades tradicionais. Ainda que houvesse casos em que a autoridade militar e a autoridade tradicional tenham se acumulado nas mãos de alguns combatentes – como foi a situação de alguns chefes Makonde no norte – o projeto social e político da Frelimo havia se consolidado em oposição às organizações até então estabelecidas, fossem elas coloniais ou tradicionais. A heterogeneidade constituinte do grupo armado que encabeçou a luta anticolonial se tornou ainda mais complexa após a independência de Moçambique. Maior também, foi a distância entre os projetos daqueles que compunham o comitê central e os anseios da população liberta.

Barnabé Lucas Ncomo sobre a vida de Uria Simango (o qual comentarei mais adiante), que foi executado junto a Nkavandame é uma “pedra no sapato” das pretensões historiográficas frelimistas.

2.4 TRANSIÇÃO E DESESTABILIZAÇÃO

No período final da guerra de independência de Moçambique, o governo português operou duas estratégias: passou a declarar o apoio às chefias tradicionais, ou os então régulos²⁸ e às organizações religiosas; e criou forças especializadas no exército colonial, cuja formação é privilegiadamente composta por soldados africanos – os chamados Grupos Especiais, Grupos Especiais Paraquedistas e Flechas (em Angola). Esses combatentes chegaram a 30.000 em 1974, a metade de todo exército português em Moçambique. Essa estratégia foi analisada por Borges Coelho (2003), em uma reflexão que parece operar como uma espécie de elo que faltava para uma compreensão mais acurada das alterações que o estado de Guerra produzia em longo prazo. O historiador demonstra que apesar do uso de oficiais da colônia (africanos) para conter o avanço “terrorista”, ter sido uma prática que aumentou somente ao fim da guerra, ele foi o suficiente para treinar e armar muitas pessoas que não apoiavam a Frelimo. Essas contraposições que cresciam silenciosamente fizeram do país uma bomba relógio, prestes a explodir a qualquer momento após a independência; os efeitos do que Borges Coelho (2003, p. 175) chamou de ‘potencial de violência’ seriam devastadores. Trocando em miúdos, o historiador utiliza esta expressão para descrever a militarização das populações que habitavam Moçambique.

Tais medidas fizeram com que se difundisse em diversas camadas da sociedade moçambicana uma desconfiança com as pretensões da Frelimo. Em 25 de abril de 1974, ocorre a Revolução dos Cravos, que significa o fim do Estado Novo. A independência de Moçambique só ocorrerá, entretanto, no ano seguinte. Por isso quero frisar que apesar da luta e do derramamento de sangue que duraram dez anos, é somente após o fim do governo de Marcelo Caetano (substituto do ditador António Salazar, falecido em 1970) que a Frelimo começa as negociações com o governo de transição.

O General António Spínola assume essa transição pós-Estado Novo, e apesar de ser conhecido como um defensor do federalismo, ou de uma Federação de Estados Portugueses (com os brancos no comando), ele cede uma transferência

²⁸ Régulos eram os representantes do menor escalão do poderio colonial. Poderiam ser autoridades reconhecidas pelas populações de uma determinada região, apesar de que isso não era uma regra. Após a independência, algumas dessas figuras perderam seu poder, pois sua presença representava uma espécie de manutenção das instituições coloniais.

de poder incondicional no acordo assinado em Lusaka em 7 de setembro de 1974. O acordo estabeleceu um governo de transição ao longo de nove meses, para preparar o país para a independência. Conforme Malyn Newitt (2002) chama a atenção, diversas questões ficaram de fora daquilo que foi acordado: a dívida do Estado moçambicano, a questão da propriedade privada, a situação dos funcionários do governo e do exército colonial, a futura constituição, entre muitas outras (NEWITT, 2002, p. 193). O problema da forma pela qual ocorreu essa transição está na falta de legitimidade ou autoridade que a Frelimo possuía com parte considerável da população. Apesar de concluírem a desmilitarização do país, muitos membros daqueles grupos especializados do exército colonial (Flechas e outros) fugiram para a Rodésia, onde posteriormente seria formada a Renamo – outros que ficaram no país não possuíam nenhuma garantia de reintegração com a sociedade. A instabilidade desse período fez com que grande parte da população branca que vivia em Moçambique, fugisse ou para Portugal, ou para Rodésia e África do Sul (em cidades como Lourenço Marques/Maputo as casas habitadas por brancos ficaram abandonadas – essa fuga teve efeitos na economia e na administração da máquina estatal e tornou a necessidade de quadros para a burocracia ainda mais urgente). Como afirmei no final da seção anterior, a estrutura organizacional da própria Frelimo já adquiria um caráter extremamente hierarquizado no início dos anos 1970. Samora Machel, ao assumir o comando do movimento anticolonial, incorpora elementos do que ele próprio chamou de “marxismo caseiro”, que já estavam no horizonte do antigo presidente do partido, Eduardo Mondlane (BRITO, 1988, p. 22). A agremiação, que já havia se assumido como partido único desde 25 de junho de 1975, assume uma postura, em fevereiro de 1977, no IIIº Congresso do Partido, de vanguarda marxista-leninista, observando assim o projeto de implantação do socialismo em Moçambique.

O antropólogo francês Christian Geffray (1991) inicia sua obra “A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique” chamando a atenção para o que define como a ideologia da “página em branco”²⁹, que foi compartilhada pelos dirigentes da Frelimo naquele período. Segundo essa maneira

²⁹ Essa expressão surge anos antes, na análise que Geffray faz a respeito de usos políticos de teorias sociais, sobre os quais a Frelimo se apoiou para afirmar a inexistência de um campesinato em Moçambique – justificando assim sua política de aldeamentos comunais – a que voltarei a falar mais adiante. O texto se chama “Fragments d'un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d'une méconnaissance scientifique” (GEFFRAY, 1988, p. 78).

de pensar, a urgência de desenvolvimento moderno para a produção de uma sociedade socialista e igualitária, justificaria a edificação do aparelho de Estado nas áreas rurais de Moçambique sob quaisquer que fossem os meios necessários. Da mesma forma, pouco importava para a administração que defendia o surgimento do “homem novo moçambicano”³⁰ os sistemas políticos e sociais que haviam nas diferentes regiões do território – não por menos, a composição dos dirigentes da Frelimo era essencialmente urbana e em grande parte cosmopolita. E ainda quando estes se deparavam com as práticas tradicionais destas sociedades da zona rural do país, mobilizavam sistemas de acusação moderna, tais como “Abaixo o Obscurantismo” “Abaixo o Feudalismo” – que lhes renderia posteriormente uma alcunha curiosa da população da província do Niassa, “os homens do ‘abaixo’”.

Essa era parte da agressão interna. No âmbito regional, assumir-se como vanguarda socialista foi certamente uma provocação aos governos sul-africano e rodesiano. A África do Sul a esta altura já detinha a grande força econômica e política da região – não dependiam do porto de Maputo para o escoamento de sua produção; aliás, era o contrário, Moçambique era quem dependia economicamente da relação com os sul-africanos. Já com a Rodésia a situação era distinta – sua produção dependia em larga medida tanto do porto da Beira, como do porto de Maputo. Mas para a Frelimo não seria possível qualquer diálogo com o Estado racista sustentado pelos rodesianos, e por isso aplicou rigorosamente as sanções aprovadas pela Organização das Nações Unidas – ONU, supondo a possibilidade de compensações financeiras, dadas as consequências que estas sanções teriam para a própria economia moçambicana. Na Rodésia, como descreve Geffray (1991, p.11):

(...) numerosos antigos colonos portugueses chegavam a Salisbury (capital da Rodésia), fugindo do Moçambique efervescente e levando atrás de si comerciantes, pequenos proprietários, assim como grupos de soldados desmobilizados das unidades especiais do exército colonial e das milícias privadas dos grandes latifundiários. O conjunto dessa população imigrada era muito heterogêneo, mas partilhava o mesmo ódio intenso contra o “comunismo”.

O conflito iminente entre rodesianos e moçambicanos ecoava em outras partes do mundo, especialmente na Europa, para grupos da extrema-direita fascista,

³⁰ Jason Sumich (2008, p. 322) demonstra que posteriormente o lugar que a ideia do “homem novo” ocupava na lógica de status da elite urbana de Moçambique da época passou a dar espaço a um ideal cosmopolita e tecnocrático no período democrático. Sobre o “homem novo”, ver Macagno (2009).

como um convite à possibilidade de barrar socialismo africano (negro). Outro elemento que pesava nesse conflito em devir era a sabida existência de bases da Zimbabwe African National Union – ZANU em Moçambique. Assim, iniciava-se uma articulação sob a proteção da África do Sul, para desmobilizar o socialismo moçambicano.

2.4.1 O corpo social armado da Renamo

Muitos dos autores que descreveram as atividades dessa força político-militar conhecida como Resistência Nacional Moçambicana – Renamo reiteraram a ausência de um projeto político específico, alguma via que estivesse pautada por princípios e ao mesmo tempo estratégias de mobilização política – ao menos na literatura francesa a respeito, essa é a opinião corrente (vide Christian Geffray (1991) e Michel Cahen (2004)). O que mais se destaca sempre é o caráter violento desse contra-movimento.

O MNR (Mozambican National Resistance), tal como se chamou pela primeira vez a Renamo, faz seus primeiros ataques ao território moçambicano em 1977. E apesar do ambiente na Rodésia ter sido o que descrevi acima, segundo a versão de um jornal zimbabuano algumas das articulações para a criação da Renamo se iniciaram já nas vésperas da Revolução de Abril. Conforme o *Zimbabwe News* de setembro de 1987 – em reportagem a respeito do Massacre de Homoine – em 1974 houve uma reunião na antiga Lourenço Marques, entre portugueses e rodesianos³¹. Nessa ocasião criou-se um movimento clandestino baseado no modelo dos Flechas para combater a *Zimbabwe African National Liberation Army* – ZANLA, o braço armado da ZANU. Em 1976, André Matade Matsangaíssa, um ex-combatente da Frelimo, foi recrutado para essa organização. Matsangaíssa, que foi enviado a um centro de reeducação na Beira após roubar veículos durante uma operação da Frelimo, fugiu para a Rodésia onde se tornaria posteriormente o primeiro líder da Renamo. O seu braço direito e segundo homem era Afonso Dhlakama que havia servido no exército colonial português contra a Frelimo.

A estratégia inicial dos combatentes foi sabotar e corromper a população –

³¹ Segundo o periódico, estavam presentes nessa reunião os chefes da Polícia Internacional de Defesa do Estado – PIDE portuguesa, de Moçambique (António Vaz) e de Angola (São José Lopes), e ainda o diretor-geral da Organização Central de Inteligência – OCI da Rodésia, Ken Flower – a quem se atribui a criação da Renamo.

com isso afetando a economia de Moçambique – e disfarçadamente combater a ZANLA no próprio território moçambicano (onde ocorriam os treinamentos e se recebiam os provimentos). No ano de 1978, o agrupamento já contava com 500 combatentes, no entanto se observava o aumento da infiltração de membros da ZANLA ao longo da fronteira com Moçambique. A solução encontrada foi estabelecer a guerrilha no interior das fronteiras moçambicanas, na montanha de Gorongosa, que fica a 100 quilômetros a Nordeste da Beira. Nos deslocamentos entre os dois países, foram sofridas muitas baixas, inclusive em 17 de outubro de 1979, na Vila de Gorongosa, Matsangaíssa foi morto em um ataque a uma fortificação do exército moçambicano. A partir desta ocasião, Dhlakama assumiu a liderança da Renamo. A manutenção inicial deste poder exigiu que ele articulasse o assassinato de outros possíveis líderes brancos (como Jorge Dias) e negros que participavam do comando do grupo militar.

No início dos anos 1980, a ZANU chegou ao poder (eleita) de forma pacífica após uma série de negociações. Desta forma a antiga Rodésia desaparece, e o Zimbábue se torna um país independente. A Renamo, que já havia saído do controle do serviço secreto rodesiano, a esta altura já havia iniciado diálogos com as forças sul-africanas para o financiamento e apoio logístico. No entanto, como Geffray (1991) faz questão de frisar, é surpreendente a maneira pela qual uma pequena guerrilha passa se reproduzir no interior do território moçambicano, e consegue expandir sua atuação violenta por toda a zona rural de Moçambique. Nesse aspecto, a política internacional não dá conta de explicar a disseminação da guerra entre as populações rurais, em zonas nas quais os provimentos trazidos de outros países em apoio à Renamo não chegavam. Nas palavras de Christian Geffray (1991, p. 13, grifo do autor), “na realidade, a guerra alimenta-se também das *rupturas sociais e políticas internas das sociedades rurais moçambicanas (...)*”, rupturas essas que eram no mínimo pouco importantes para as preocupações rodesianas. Essa talvez seja a grande contribuição da obra de Geffray (1991), que foi recebida sob muitas controvérsias – a capacidade de atentar ao crescimento interno do conflito. Como expliquei brevemente no capítulo anterior, essa leitura foi alinhada juntamente com a de outros autores de formação francesa em que receberam a alcunha de ‘revisionistas’ e dividiram a opinião de especialistas. Para este trabalho, interessa evidenciar algumas destas celeumas intelectuais, sem perder de vista o caráter violento do conflito.

2.4.2 Controvérsia e violência

Conforme afirmei acima, a etnografia de Geffray (1991) foi produzida no Norte de Moçambique, na província de Nampula, no país Erati – que é habitado por duas grandes etnias de *Emakhuas* ou de língua Macua (como se escreve no português): Erati e Macuane³². A descrição do antropólogo francês se inicia pela forma como o Estado socialista e independente da Frelimo se estabeleceu naquelas zonas rurais – visando criar o inexistente campesinato (para finalmente desenvolver a aliança operariado-campesinato rumo ao socialismo). Já em 1976 foram criados Aldeias ou Aldeamentos comunais (a qual também é possível se referir como Machamba comum), que eram porções de terra destinadas a reunir o maior número de habitantes da região, para que vivessem e se estabelecessem nestas terras. O sentido final era constituir diversas cooperativas de produção, para que os mais diversos aldeamentos criados em toda a zona rural do país pudessem dar conta da dependência estrutural da economia moçambicana na produção agrícola.

Fernando Florêncio, em uma das análises mais recentes dedicadas somente ao livro e seus efeitos, observa que essa obra se insere na proposta epistemológica da *politique par le bas* (BAYART, 1981) de Jean François Bayart (FLORÊNCIO, 2002). Enquanto Geffray (1991) descreve o estranhamento das populações locais com o projeto do “Estado Aldeão” de transferência de pessoas e grupos linhagísticos de territórios específicos para outras terras que não lhes pertenciam – atento ao fato de que a posse da terra entre essas populações se definia segundo a linhagem matrimonial (uma característica do norte de Moçambique), a importância de cada devida porção de terra estava não somente no controle e conhecimento das machambas que eram produzidas, como também eram os solos que continham restos mortais de ancestrais e nos quais as prestações rituais deveriam ser cumpridas periodicamente. Outros autores que então eram reconhecidamente pró-Frelimo, como Joseph Hanlon, atribuíam os efeitos e a ineficiência do novo sistema ao que se convencionou como “guerra de agressão” ao regime socialista. Este termo é uma forma de negar que havia uma guerra civil, entre pessoas do mesmo país.

Seguindo o raciocínio do autor francês, a transferência de grupos diversos

³² Apesar das diferenças regionais entre o local onde ocorreu o massacre, e a região pesquisada por Geffray no norte do país, existem similitudes na violência estatal direcionada às zonas rurais. Há ainda o fato de que essa é a única etnografia de fôlego produzida no período da Guerra de Desestabilização.

para uma mesma aldeia, voluntariamente ou à força, foi um dos primeiros golpes de humilhação do Estado quanto a estas pessoas, uma ofensa direta aos chefes. Aos poucos o deslocamento destes agrupamentos passou a produzir outra dinâmica ligada ao solo – quando a aldeia era edificada no solo de uma família específica, as outras famílias que eram incorporadas àquela aldeia corriam o risco de serem submetidas à autoridade do dono da terra. As autoridades da Frelimo, que defendiam oficialmente a soberania popular sem distinções étnicas, passavam por cima destas restrições em nome de seu projeto modernizante (considerando as contribuições de West e Kloeck-Jenson (1999), e posteriormente de Chichava (2008), notei que esse tipo de relação com autoridades tradicionais dependia mais da região e do que tanto Geffray como seus críticos permitem inferir).

Entretanto, em meados dos anos 1980, o sentido da política de Aldeamento passa a ficar mais claro, uma vez que as cooperativas de produção não têm um rendimento positivo, e as habitações construídas pelas pessoas deslocadas estão vazias. Junto com os aldeamentos maiores chegavam as organizações voltadas para jovens e mulheres, bem como o aparato repressivo. Geffray (1991), levando em conta a distância hierarquizada e burocrática que separava os aplicadores da política, dos idealizadores (urbanos e cosmopolitas) do projeto, percebe que

Esta organização administrativa era percorrida da base à cúpula por um fluxo contínuo de papéis, relatórios e circulares, devidamente carimbados, e uma das funções essenciais deste sistema parece ter sido a de dar um conteúdo material à existência da hierarquia através do envio escrupuloso, dos escalões inferiores para os seguintes, da informação e da imagem que estes desejavam por sua vez apresentar aos seus superiores e por aí adiante (GEFFRAY, 1991, p. 22).

Desta forma, concluiu que o que alimenta internamente a manutenção da Renamo neste período de guerra civil é o próprio estado de guerra. Especialmente na *região* estudada pelo antropólogo, a guerrilha criou condições para a introdução de armas nas tensões entre a população e o Partido-Estado. A Frelimo, por outro lado, falhou em dois aspectos primordiais para seu projeto no campo: o formato das aldeias e a marginalização dos poderes locais; para além do próprio projeto de expansão do controle estatal nas zonas rurais, a preponderância do braço armado do partido intensificou o caráter violento da relação Estado/população rural.

A leitura de Christian Geffray se baseia na metáfora organicista de “corpo social armado” para caracterizar a atuação da Renamo no interior de Moçambique –

como se fora uma espécie de vírus ou bactéria³³. Fernando Florêncio remonta a crítica feita por Alice Dinerman (1994, p. 570), justamente com respeito a essa base teórica que supõe um tipo de organização que se auto reproduz, demonstrando como a autora se engana ao ler essa conclusão como uma separação entre Renamo e as forças externas. O que Florêncio (2002, p. 357) atenta ser justamente a perpetuação – talvez do potencial de violência a que Borges Coelho (2003) chama a atenção – da própria força militar enquanto projeto político.

Por outro lado, a vida do complexo conjunto de instâncias que constituía o Estado pós-colonial socialista, o distanciava continuamente das preocupações da população. A necessidade de apresentar bons resultados às camadas superiores da burocracia, por parte dos administradores locais, foi um dos fatores que produziu o desconhecimento por parte do comitê central. Esse espectro afetava principalmente três grupos elencados pelo antropólogo francês: as autoridades linhagísticas locais, que passaram a ser constantemente humilhadas pelos administradores do Estado; as pessoas deslocadas pelo Estado; e a população jovem das zonas rurais, que nem conseguiu se adaptar à vida urbana, e tampouco conseguiu escapar das exigências do meio rural.

Os membros mais violentos da Renamo eram os *m'jibas*, aqueles jovens que tiveram conflitos com as políticas trabalhistas do governo pós-colonial e não se adaptaram à vida urbana. Estes que haviam fugido da vida rural, cujas premissas tradicionais não lhes interessavam, foram tratados como vagabundos nas cidades, e de lá mandados a aldeias comunais de reeducação, para se tornarem produtivos. Costumeiramente armados de catanas e patakas³⁴, foram mais facilmente seduzidos pela aventura da guerra, e foram responsáveis por alguns dos episódios mais cruéis no decorrer do conflito. Nos deslocamentos dos soldados, eram eles que carregavam os materiais, e participavam dos ataques alcoolizados ou sob o efeito da suruma (maconha).

Para esses jovens fazia sentido atacar o regime do Partido-Estado, que atuava de maneira semelhante ao regime colonial, no entanto a brutalidade de seus

³³ Como por exemplo, na passagem: “Cada base da Renamo torna-se então uma “metástase”, que favorece a eclosão no tecido social moçambicano de uma modalidade *patológica* de desenvolvimento dos conflitos sociais de que se alimenta, que parasita” (GEFFRAY, 1991, p. 156, grifo do autor).

³⁴ As catanas são como os facões ou os machetes – como são chamados na América Latina. As patakas são também espingardas caseiras, no entanto, seu formato lembra uma AK47 (metralhadora).

ataques era o que sinalizava o despropósito da atuação da Renamo. Seu costume era mutilar corpos de pessoas já mortas - o corte da barriga e das genitálias e o corte das cabeças que seriam usadas para amedrontar os inimigos e a parte da população que apoiava o governo. Os relatos recolhidos por Geffray foram cedidos por aqueles que conseguiram escapar- tanto as obrigações impostas pela política de aldeamento, como a troca por proteção oferecida pelos rebeldes da Renamo, eram lógicas que mantinham viva a sensação de que a qualquer momento se poderia ser assassinado.

Apesar da acuidade nas descrições, Dinerman (1994) observa uma séria contradição que advém do dualismo com que o autor francês trata os universos rural e urbano. Uma vez que a suposta intenção em aderir à Renamo era para defender os costumes e o modo de vida tradicional, qual seria a justificativa para a participação dos m'jiba, que haviam sofrido com as opressões da vida tradicional? Ainda que concorde com o diagnóstico a respeito do dualismo na análise de Geffray (1991), observo, como demonstrei acima, que as escolhas desses jovens eram uma forma de terceira opção entre opressões modernas e tradicionais. Dinerman (1994), na intenção de criticar alguns dos achados da pesquisa de Geffray, reitera premissas dos analistas frelimistas.

Por outro lado, a própria reflexão de Florêncio (2002) fornece elementos importantes para contrabalancear a experiência das populações Macua no norte do país. O autor que desenvolveu uma pesquisa a respeito das autoridades tradicionais na transição de sistema colonial para pós-colonial, entre os vandau no distrito de Buzi, em Sofala (FLORENCIO, 2005), descreve como algumas de suas conclusões concordam com a análise de Geffray (1991). Como essa região foi uma das primeiras afetadas pela guerra, não houve tempo para qualquer tipo de reação das populações no centro de Moçambique. À diferença com o contexto de Geffray (1991), muitas autoridades tradicionais refugiaram-se nas zonas controladas pelo Estado ou no Zimbábue, onde também viviam grupos ndau. No trabalho de Geffray (1991) fica marcado que na região pesquisada viviam também outros povos, os Marave, os Mmeto e os Chaka, os quais juntamente aos Eráti se mantiveram aliados à Frelimo (GEFFRAY, 1991, p. 60). Aos Macuane, mais aguerridos nos contratempos com o Partido-Estado, foi mais fácil se aproximar da Renamo - esta que ao se apresentar enquanto opção à opressão praticada pela parte estatal, dado o seu poderio militar, acabou servindo mais aos seus próprios interesses. Christian Geffray

inicia seu trabalho descrevendo as justificativas que a rainha Yamaruzu mazua (da etnia Macuane) apresenta para explicar a entrada de seu povo na guerra e a sua simpatia pela Renamo. Para ela, a motivação que permite a entrada da população no conflito é a proibição por parte da Frelimo, do depósito do *epepa* (uma farinha de sorgo engarrafada) na terra. Esse era o meio pelo qual os chefes das chefaturas (*mapéwe ou mpéwé*) contactavam os antepassados.

Estes chefes haviam sido, em sua maioria, régulos no período colonial e, portanto, vistos com maus olhos pelos membros do Partido-Estado, no entanto, pela sua atuação com as populações da zona rural de todo o país, qualquer membro do aparelho administrativo era visto com desconfiança – sobretudo os pertencentes ao braço armado do Estado e o secretário da aldeia comunal. Justamente os que se encarregavam das remoções das pessoas de suas terras, e por isso impõem um tipo de poder estranho ao funcionamento destas sociedades. No momento em que o secretário faz valer as palavras de ordem da Frelimo “abaixo o feudalismo” e “abaixo o obscurantismo”, termina por ofender e humilhar publicamente instituições ainda legítimas para a população local. Dentro do projeto do partido no poder, não deixava de ser uma atuação coerente com seus propósitos – a Aldeia Comunal traria desenvolvimento e emancipação política das organizações ali estabelecidas até então (conforme demonstra Geffray (1991, p. 53)). A ofensa e o não reconhecimento das chefaturas tradicionais se estende enquanto desrespeito à própria população, que termina por creditar um valor de justiça ao conflito com Estado. Além deste aspecto, a Guerra e as devidas alianças se constituem também segundo conflitos pré-coloniais como afirmei acima. Os Eráti, cuja organização era muito mais *centralizada*, tiveram um diálogo relativamente harmonioso (segundo o autor) tanto com o Estado colonial português, como com o pós-colonial da Frelimo. Já os Macuane, caracterizadamente *segmentários*, tiveram sempre dificuldades e conflitos com o enquadramento do Estado, ainda assim sua convivência com a Renamo não

era harmônica *per se*³⁵.

Florêncio (2002, p. 359) explica que no centro de Moçambique, os deslocamentos em favor da Renamo dificilmente ocorriam por grupos linhageiros inteiros, apesar da segmentariedade das populações na região. De maneira mais condensada, o autor chama a atenção para três fatores em comum entre o tipo de identificação das populações vandau e macuane com a Renamo: 1) Negação do Estado-Frelimo, via uma contraposição às etnias do Sul; 2) A ideia de que a Renamo respeitava as tradições; 3) A presença de elementos ndau na organização da Renamo, efeito do início da guerra na Região Central (FLORÊNCIO, 2002, p. 359). Com relação a esse último ponto, vale lembrar que Dhlakama é filho de um prestigiado régulo de Magunde (Chibabava). No mais, apesar de tanto Geffray como Florêncio observarem relações tensas entre guerrilheiros e as populações sob seu jugo, é somente o último que reforça que o fato das pessoas viverem em um campo ou outro, não significaria por si só, sua adesão a um dos lados ou uma escolha eminentemente política – às vezes ela era puramente uma estratégia de sobrevivência.

2.4.3 Escol(h)as políticas

A leitura de Florêncio (2002) a respeito da obra clássica de Geffray, tem um mérito naquilo que ela evidencia para a reflexão empreendida neste trabalho. Já no final de seu artigo, atenta para os fatores metodológicos inerentes à ideia de uma antropologia da guerra. Ou, melhor dizendo, segundo sua correção, antropologia de “sociedades em guerra” (FLORÊNCIO, 2002, p. 60) – que pela recorrente

³⁵ O funcionamento das bases da Renamo eram marcados por papéis bem definidos. Os chefes mpéwé eram chamados pelos combatentes de *mambos* – o termo para chefia utilizado no centro de Moçambique, na região do centro de origem vaNdau. Eles se reportavam diretamente com os membros do exército (soldados com as metralhadoras AK47) - tinham como função pedir a proteção dos espíritos a cada incursão nas zonas governamentais e assegurar o abastecimento dos soldados. A proteção que a Renamo oferecia era trocada por comida – uma troca que se volvia tensa, dada a escassez da região. Homens jovens que eram sequestrados, eram separados de suas famílias para compor um dos braços armados da guerrilha, os *recrutados*, os quais em sua maioria estavam munidos de armas brancas e patakas, tinham a tendência de fugir e eram subordinados aos soldados com metralhadoras. Os *mambos* eram responsáveis também pelos *cativos*, aqueles cuja utilidade para a luta armada era pouca – velhos, crianças e mulheres. As mulheres, conforme relata Geffray, passaram a casar-se com os donos das casas as quais eram incumbidas, além disso ajudavam nas tarefas domésticas como a aquisição de água e manutenção das machambas. O autor relata também que quando essas mulheres não se casavam ou se recusavam a casar com os donos das casas, sua presença se tornava um estorvo social para as outras mulheres – como foi caso de Haya Suluhu (GEFFRAY, 1991, p. 95), separada de sua filha depois de um ataque dos soldados da Renamo ao comboio em que estava.

fragmentação e transformação dos posicionamentos e condicionamentos objetivos (de tais sociedades), demandariam uma equipe acompanhando e analisando sistematicamente os mais diversos fatores em jogo. Esse exercício de produção de relatos em primeira mão só pode se confundir com o que faz o jornalismo.

Além dessa questão, Fernando Florêncio observa a dificuldade de evitar a ingerência de pressupostos ideológicos em situações de tamanho conflito. No caso de Geffray (1991), sabe-se, conforme o próprio autor explica no início de sua obra, que ele não chegou a ir nas áreas dominadas pela Renamo, o que significa que seus relatos foram produzidos a partir das leituras de pessoas que retornavam aos domínios do Estado. Assim, o próprio pesquisador, apesar de “revisionista” para Dinerman (2006), estava sujeito a controles e percepções orientadas segundo interesses das autoridades do Estado. Não por menos, a Renamo é descrita como um “corpo social” estranho à nação moçambicana, nessa obra.

Talvez a diferença principal entre estas duas correntes seja justamente a atenção dada ou o tipo de centralidade dado à atuação da Frelimo. Como Alice Dinerman pretende demonstrar em outra obra (DINERMAN, 2006, p. 39; 68), na maior parte das análises dos autores franceses o Estado aparece de forma unívoca, e a cultura assume um papel central (como a questão da origem sulista dos dirigentes da Frelimo). Assim, ela justifica sua adoção das premissas “frelimistas”, de autores como Allen Isaacman, Bridget O’Laughlin e Joseph Hanlon³⁶, que apesar de menos preocupados com as questões culturais, percebem de maneira mais acurada como estava funcionando o Estado e quais falhas eram recorrentes.

Sob outra ótica, M. Anne Pitcher (2006) oferece uma análise sobre o período socialista da Frelimo, sem sugerir um viés monolítico da ação do Estado e tampouco fazendo vistas grossas às suas estratégias. Visando demonstrar a força dos discursos socialistas nas áreas urbanas de Moçambique, e como são lembrados após o início das políticas neoliberais do período democrático, a autora evidencia parte do que eu encontrei reiteradamente em minha pesquisa de campo. A despeito das memórias da guerra, houve uma compreensão compartilhada de uma memória idílica do período socialista (PITCHER, 2006, p. 89). Esta memória, que no caso estudado pela autora é utilizada para questionar o partido no poder, entre os

³⁶ Parece-me que nesse aspecto Elísio Macamo (2004 p. 5) tem razão ao diagnosticar uma característica comum da sociologia política sobre Moçambique, o que ele chamou de “indústria dos erros da Frelimo”, efeito da promoção e difusão da historiografia oficial.

moçambicanos em Curitiba, representava um momento em que as coisas iam bem no país. Em especial, os mais velhos com quem pude realizar entrevistas, evidenciam uma lembrança saudosa deste período, entre estes, Mariana³⁷ que nasceu no ano da Independência me explicou um pouco do que foi o período para ela:

Eu peguei uma fase de socialismo, todos éramos iguais. Depois apanhei uma fase meio exclusiva assim das diferenças... não sei se é democracia ou é capitalismo, mas de mudança, e depois, agora, é o que se vê né (...) Ah lembro da falta de comida, das coisas básicas, mas nós éramos simples e mais alegres.³⁸

Da mesma forma, João Paulo me revelou que guardava fitas cassete com gravações dos discursos de Samora Machel, os quais escutava para inspirar-se – as mesmas fitas são comentadas enquanto um importante instrumento político por Pitcher (2006, p. 106). Assim, o “Tempo de Samora”, marcador temporal muito comum nos discursos dessa geração, guarda rancores de um sonho interrompido, não só por moçambicanos, mas também por intelectuais da esquerda que viveram no período. A grande maioria destes tem no Centro de Estudos Africanos – CEA, da Universidade Eduardo Mondlane – UEM, a referência da vida intelectual em tempos “revolucionários” (O’LAUGHLIN, 2014, p. 45)³⁹.

Essas questões me levam a um debate contemporâneo a respeito das diferenças históricas entre as zonas rurais e as zonas urbanas na África, que foi proposta por Mahmood Mamdani (1996, p. 16). Mais especificamente ao que ele designa como característica do Estado colonial na África, o Estado bifurcado – em que estava em vigor um dualismo legal entre colonos/cidadãos e nativos/súditos⁴⁰.

³⁷ Mariana vem de uma família católica de origem goesa por parte de pai, e shangana/portuguesa por parte de mãe. Seus pais, um químico aposentado e uma contabilista que posteriormente estudou psicologia, mantiveram uma situação estável no fim do período colonial, e sofreram bastante com as mudanças no início da independência. Nascida em 1975, em Maputo, minha interlocutora estudou em toda a sua vida em instituições públicas, durante a graduação em engenharia florestal, pôde viajar para outras regiões, e conheceu seu marido, que veio do norte do país e é muçulmano. Durante a pesquisa, o marido de Mariana estava na Austrália, e suas filhas, motivo maior da saudade de casa, em Nampula com os avós. Antes de vir a Curitiba trabalhou em um projeto da FAO, com apoio do governo, mas prestando serviços para uma empresa privada.

³⁸ Trabalho com esse trecho também em Castillo de Macedo (2013a, p. 59).

³⁹ Em artigo recente Carlos Fernandes apresenta uma discussão a respeito do papel dos intelectuais e da história do pensamento produzido no CEA (FERNANDES, 2013).

⁴⁰ Devido à inexistência de uma tradução em português, estou tomando aqui como parâmetro de compreensão do conceito a tradução espanhola (Ciudadano y súbdito, Ed. Siglo XXI), que me parece mais próxima daquilo que o autor pretende.

Em uma obra posterior (MAMDANI, 2001, p. 32), quando reflete a respeito de conflitos surgidos no período pós-colonial em Ruanda, Mamdani observa que essa lógica se mantém sobretudo na relação entre elite-urbana e população-rural. O autor chama a atenção para os períodos de transição pós-colonial, tomando como exemplo dois casos – a Tanzânia, de Julius Nyerere e a Ruanda, de Kayibanda. O primeiro defendeu, no pós-independência, uma identificação nacional unificada na cidadania, des-etnicizada e des-racializada, segundo o autor. E o segundo defendeu um nacionalismo calcado na etnicidade Hutu. No caso de Moçambique, a experiência teria sido des-racializada, mas também privilegiando em geral as etnias do Sul, com exceção de alguns grupos no norte do país (CHICHAHA, 2008, p. 10).

São pertinentes também as críticas de Bridget O’Laughlin (2000, p. 8) à Mamdani, nas quais refuta o caráter dicotômico das proposições do autor ugandês⁴¹, apesar de me parecer que a autora dá mais ênfase no dualismo do que a própria reflexão sugere. Certamente, as delimitações entre zonas rurais e urbanas não eram tão claras enquanto em funcionamento. No âmbito da memória da guerra pós-colonial, no entanto, os elementos mnemônicos mobilizados demonstram diferenças claras, na relação de proximidade com a violência. Como por exemplo, considerando essa fala de Pedro (de Nampula)⁴², em comparação com as lembranças de Mariana:

Eu senti um bocadinho a parte da guerra porque minha mãe sempre tinha que ir à machamba e normalmente as machambas distavam né. Você tinha que subir transporte essas coisas... e as vezes mesmo lá na machamba, assim, de noite nós tínhamos que recolher, dormir no mato, porque chegavam os da ... da parte, como é, da Renamo né, que é o movimento rebelde que atuava lá. Então era meio constrangedor assim, mas felizmente eu não senti muito (...) (CASTILLO DE MACEDO, 2013a, p. 62).

Creio que esses exemplos logram ilustrar parte dos sentimentos em voga nas análises pessoais, histórico-antropológicas e sociológicas sobre esse período.

⁴¹ Em oposição a estas proposições a autora sugere que: i) Mamdani dá um valor exagerado à questão do indigenato sem levar em conta as questões trabalhistas que a compunham; ii) apesar de normativamente haver uma diferenciação entre campo e cidade, nos termos administrativos, o funcionamento entre ambas ocorria de forma interdependente; iii) o conteúdo das políticas implementadas pela Frelimo era democrático; iv) sem a análise do conteúdo das políticas o autor não poderia compreender as oposições a elas. Para a autora, Mamdani fetichiza o dualismo usado em sua análise.

⁴² Pedro, era um dos mais novos. Nascido em Nampula, viveu um período de sua vida escolar em Lichinga – seus pais estão separados há muito tempo, e parte de sua educação foi feita com a ajuda de missionários católicos. Como os outros, estudou na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e trabalha em uma empresa de capital misto, parte estrangeira, no Niassa. Seus pais originários do sul de Moçambique, foram para o norte pois seu pai atuava no exército português como mecânico e entre 1971 e 1972 e foi transferido para Nampula.

Durante a guerra as diferentes regiões do país tinham em comum a violência do Estado, mas essa também ocorria em distintos graus e modos de atuação. Omar Ribeiro Thomaz (2008) relata e reúne um conjunto de narrativas a respeito do trabalho forçado na província de Inhambane decorrentes da “Operação Produção”⁴³, no mesmo período do Massacre de Homóine. A analogia que seus interlocutores constroem, entre as políticas de trabalho forçado do período colonial com aquelas do período socialista, não é um mero acaso, são tempos distintos que contêm violências semelhantes. Violências tão marcantes que só são narradas na forma de rumores, por isso até hoje dificilmente acessíveis. Por isso foi tão importante a obra de Geffray, e ao mesmo tempo, por isso tão criticada, controversa e comprometida.

2.5 DAS RAZÕES DA MEMÓRIA

Os relatos populares e não oficiais a respeito das memórias do período pós-independência têm sido utilizados atualmente enquanto “armas” – e são vistos dessa maneira pela classe intelectual que compõe o Estado. O antropólogo Victor Igreja (2008, p. 543) descreve, em artigo, a assunção de um silêncio conveniente aos interesses de unificação da nação e o uso das memórias enquanto armas. A potência política de tais silêncios tem menor força entre aqueles moçambicanos que vieram ao Brasil. Especialmente em momentos de descontração, como na situação ocorrida em 2014, numa conversa com Leonardo:

Na sexta-feira, 4 de julho de 2014, enquanto aguardávamos a partida da Copa do Mundo entre Brasil e Colômbia, o engenheiro florestal moçambicano Leonardo e eu, conversamos sobre minha pesquisa. Lhe contei que estava investigando o Massacre de Homóine a partir da história de João Paulo, que ele não conhecia já que este havia voltado à Moçambique meses antes de sua chegada. Em nossa conversa, o engenheiro concordou a respeito da gravidade do evento e contrabalanceou muitas das coisas descritas e afirmadas nos jornais da época. A principal delas, a autoria do atentado, foi comentada sem detalhes ou certezas, de que se dizia que tanto combatentes da Frelimo, como combatentes da Renamo haviam atacado as pessoas da vila de Homóine naquele dia⁴⁴.

Essa é parte da história contada nas casas, na rua, comentada em *blogs* e páginas de sítios de relacionamento na Internet. Na informalidade ou no anonimato

⁴³ “Operação Produção” foi uma iniciativa tomada em 1983, que se tratava de uma ação policial repressiva que enviava aqueles considerados vagabundos, delinquentes e prostitutas, das cidades, para zonas rurais de baixa densidade (nesse caso o Niassa), para que, trabalhando, recuperassem sua dignidade (THOMAZ, 2008, p. 191).

⁴⁴ CASTILLO DE MACEDO, Victor M. Relatório 2014 – relatório de campo, 2014c.

essas lembranças não representam nenhum risco direto.

Como se viu acima, grande parte da informação oficial no período do massacre era fornecida pela Agência de Informação de Moçambique –AIM, cuja preocupação maior com a violência ocorrida no Sul do país é destacada por Geffray (1991, p. 152). A marcha das nações não só passa pelo esquecimento dos fratricídios, como destacou Anderson (2008), mas passa principalmente – especialmente em casos de guerras internas recentes – por enquadramentos da memória (POLLAK, 1989, p. 9). Algumas das derrotas olvidadas na turbulência desses processos contemporâneos se encontram justamente nos silêncios de histórias pessoais. As funções essenciais da memória comum, “manter a coesão interna e defender as fronteiras” (POLLAK, 1989, p. 9) se pretendem cumpridas dentro do projeto do Partido-Estado. Nas pequenas e diversas violências sofridas por pessoas ou famílias específicas, residem os traumas que se expressam na forma de silêncios, rumores ou certezas inexatas.

Assim foi o testemunho do agrônomo americano que trabalhava no Exército da Salvação Menonita, Mark Koevering, que sobreviveu ao massacre⁴⁵. Em seu relato, há menções de soldados da própria localidade atacando civis. Ainda assim, sua descrição de um grupo de homens, com armamentos aparentemente novos atacando a todos, pretende-se claro o suficiente para afirmar que foi um ataque da Renamo⁴⁶.

Em declarações virtuais sobre o assunto, os questionamentos permanecem vivos. Um interessante exemplo se encontra no *blog* “macua”, em comentários feitos após a notícia de que o governo de Homóine estava organizando um “monumento em memória das vítimas do Massacre” (conforme Anexo 1). Nas memórias de João Paulo, talvez essas nuances não interessem tanto, não por menos sua admiração

⁴⁵ O relato do agrônomo se encontra no *MIO News* (30/07/1987) e no *The Washington Post* (24/07/1987).

⁴⁶ Luiz Henrique Passador (2011), em etnografia produzida no período de 2007 a 2009, na Vila de Homóine, relata brevemente que o massacre foi incorporado às dinâmicas cosmológicas – junto a celeumas pré-coloniais da região – e aos problemas sociais que compõem a realidade do Moçambique contemporâneo, como a pobreza e a HIV/AIDS, enquanto uma carga compartilhada pelos habitantes da vila. O antropólogo presenciou e registrou a cerimônia em homenagem aos vinte anos do falecimento daquelas pessoas, e confirmou a incerteza daqueles que sobreviveram ao massacre a respeito de quem foram os algozes naquele 18 de julho de 1987. Quanto aos posicionamentos e oposições que são reiterados para explicar o ocorrido, pode-se perceber o quão falseáveis eles podem ser – a partir do momento em que se consideram as práticas levadas a cabo no período da guerra. Segundo o antropólogo, foi possível em sua pesquisa produzir um relato com um dos sobreviventes, que ainda aguarda a publicação (PASSADOR, 2011, p. 36-37).

por Samora Machel convive com a dor de seu tio. Ao final das contas, o despropósito de manutenção da guerra e produção do caos perpetrado pela Renamo foi alcançado – e o projeto de modernização socialista da Frelimo ficou cada vez mais distante. Essa questão fica mais clara levando em conta a distância social entre o comitê central, que formava a cúpula do partido, e os executores das políticas planejadas e o quão distintas as “ideologias de modernidade” em questão eram – como bem observou Sumich (2008, p. 321). O propósito deste capítulo não foi apontar para a baixa adesão das políticas do então Partido-Estado, mas, sim, demonstrar a centralidade da memória nos debates populares ou intelectuais a respeito do advento da guerra civil. Para serem acessadas, algumas memórias, como é o caso do Massacre, passam por filtros quase que inconscientes, que interpelam o sujeito da fala quanto a quem se dirige, porque quer saber e como. A seleção dos elementos mnemônicos também é um ato político.

A seguir, apresento movimentos de “preservação transformativa”⁴⁷ (PITCHER, 2002, p. 6; 2006, p. 89) que engendraram a pacificação em Moçambique. A tentativa de conciliação de ordens de origens distintas para brecar a corrosão completa das zonas rurais. É sobre esse processo ocorrido nos anos 1990 e o silêncio acordado entre os envolvidos nele que discutirei no próximo capítulo.

⁴⁷ Termo apresentado inicialmente em Pitcher (2002) como “*transformative preservation*”, optei por traduzi-lo livremente, considerando as objeções da autora com relação aos termos ‘transição’ e ‘transformação’.

3 INTIMIDADES E EXTERIORIDADES DOS SILÊNCIOS PACIFICADORES

El olvido – incluso diría el error histórico – es un factor fundamental en la creación de una nación, razón por la cual el progreso en los estudios históricos suele constituir un peligro para el principio de la nacionalidad (RENAN, 2010, p. 25).

Se meus diálogos com João Paulo me permitiram – através de seus silêncios – refletir a respeito das complexidades da guerra pós-colonial, alguns momentos coletivos demonstraram fraturas na compreensão de eventos que se seguiram ao conflito interno.

Em especial, a Festa do Dia da Independência de Moçambique, ocorrida em 29 de junho de 2013, em um prédio no centro de Curitiba, trouxe à tona questões da intimidade cultural (HERZFELD, 2008) em Moçambique, que remetem ao processo recente de pacificação ocorrido em 1992. Essa remitência não é meramente referencial, a festa esteve permeada pelos eventos que marcaram o ano de 1992 em Moçambique. Mais uma vez, diferentes tempos moçambicanos coabitando espaços entre a memória e as presenças (STRATHERN, 2014, p. 212). A presença da filha de Brazão Mazula produziu uma diversidade de sentimentos entre os presentes – da curiosidade à desconfiança. Mazula foi o responsável pela coordenação da Comissão Nacional de Eleições – CNE e das negociações acerca da lei “Multipartidária” entre Frelimo e Renamo e os demais partidos criados na época, posteriormente foi reitor da Universidade Eduardo Mondlane - UEM. A presença dela sugeria a participação de alguém pertencente à elite no festejo que fez parte do circuito dos espaços frequentados e das pessoas conhecidas de meus interlocutores em Curitiba (conforme descrito no capítulo 1).

Para que essas tensões e embaraços sejam compreendidos, percorrerei também os conflitos que constituíram o processo de paz, e a postura do Estado moçambicano que decorreu dele. As negociações que corporificam o processo de pacificação em Moçambique dão continuidade à conflitos que já estavam ocorrendo no final da guerra – os acordos em torno da memória e os silêncios necessários para a restituição (ou constituição) da nação. Levo em conta também questões históricas

que compuseram o contexto como a presença de órgãos internacionais e quadros profissionais de estrangeiros no país que se consolidam à medida que as crises de pobreza e fome se acentuam em razão da guerra. Uma presença que opera como uma permanência na gramática política moçambicana contemporânea.

Num segundo momento, considerando a trajetória de vida de Ana, como forma de contrabalancear um entendimento a respeito do ocorrido na festa, demonstro em paralelo a importância de se estabelecer vínculos com a elite da Frelimo, dentro da conjuntura atual de Moçambique. Em conformidade com os achados de Sumich (2007) – em relação ao endurecimento de uma distância social entre camadas médias ⁴⁸ e os agrupamentos que compõem o comitê central do partido enquanto uma consequência da democratização (questão que retomarei no próximo capítulo) – me volto neste capítulo a um processo anterior. Qual seja, a ‘preservação transformativa’ descrita por Pitcher (2002, p. 6). Resumidamente, esse conceito se baseia em quatro pontos para os quais a autora chama a atenção:

1) Há que se considerar os legados e as heranças, estruturais e institucionais, deixadas pelo advento do colonialismo. O quanto elas ofereceram entraves para as projeções e políticas pensadas pelo regime socialista subsequente – e o quanto as forças sociais internas também foram um obstáculo importante; 2) Conforme apresentarei mais à frente, a partir dos anos 1980, uma série de políticas econômicas passaram a ser adotadas pelo governo da Frelimo, enquanto medidas urgentes para aliviar os efeitos da guerra interna. Esse processo foi pensado e orquestrado por organizações internacionais (como FMI e Banco Mundial), bem como pelos membros da elite moçambicana que governavam o país no período; 3) Considerando que o Estado é uma construção histórica, sua modulação às transformações ocorridas é o resultado de interações e relações entre agentes internos e externos. Nesse aspecto, o processo de preservação transformativa compreende as articulações e a manutenção da influência de membros da cúpula da Frelimo, enquanto empresários como uma continuidade de sua posição de status; 4) Novas configurações político-econômicas são resultado de interações entre forças antigas e novas que constantemente negociam sua esfera de influência.

⁴⁸ Uso o termo cunhado por Gilberto Velho (1998) no intuito de dar conta assim como Sumich (2007, p. 3), de descrever algumas das dinâmicas sociais que resultaram da concentração de poder político e econômico por parte de uma parcela muito pequena da população moçambicana. Estou ciente, no entanto, que o termo serve mais como um referencial do lugar social que uma definição fechada.

Essas pontuações contribuem para os dois objetivos deste capítulo, que são, primeiramente evidenciar o processo de distanciamento entre as camadas médias da população urbana de Moçambique, da elite que compõe a cúpula do Estado. E complementar a esse processo, demonstrar algumas das estratégias levadas a cabo para silenciar as circunstâncias do conflito interno através da assunção de instituições formalmente democráticas que não colocassem em cheque poder de tais elites, utilizo-me daqueles dados históricos mobilizados por Yussuf Adam (2006). Pretendo assim evidenciar uma forma de operar o que Michel-Rolph Trouillot (1995) chamou de “silenciamento do passado”.

Os pactos estabelecidos para o funcionamento da democracia moçambicana, entre elites nacionais e internacionais, contém um conveniente silenciamento do passado, o que não necessariamente significou um refreamento das hostilidades entre as partes envolvidas no conflito. Em outras palavras, uma colaboração entre razões práticas e simbólicas.

3.1 A FESTA DE INDEPENDÊNCIA MOÇAMBICANA EM CURITIBA

No dia 29 de junho de 2013, fui à festa de comemoração da independência de Moçambique no prédio onde dois moçambicanos viviam, no centro de Curitiba. A festa foi organizada de maneira semelhante ao convívio que ocorreu em meu prédio. Ao salão de festas no alto do edifício que se localiza na Rua Ébano Pereira, próximo à Biblioteca Pública do Paraná, subiam todos os convidados após a indicação do porteiro.

Nesta festa, ocorreu também um almoço com comidas moçambicanas, e no momento que cheguei havia já outros convidados brasileiros e quase todos os moçambicanos.

Como Ana já havia voltado a Moçambique, as responsáveis pelas comidas típicas foram Alice, Mariana e Lina. Alice e Lina haviam chegado há quase 4 meses, a primeira para fazer o mestrado em Engenharia Florestal, a outra para um mestrado em Ciências Matemáticas. Naquele dia elas estavam vestidas com capulanas por cima de suas roupas e envoltas em suas cabeças. Assim que chegaram com as comidas que foram preparadas no apartamento dos conterrâneos que vivem no prédio, o moçambicano (do período pós-colonial) mais velho naquele dia era Armando, e começou a chamar todos para que se reunissem em círculo. Com

vestes originárias da Guiné Bissau, que se pareciam àquelas utilizadas pelos muçulmanos do norte de Moçambique, o anfitrião explicou o motivo de estarmos todos reunidos naquele dia, comentou também da importância da presença dos amigos brasileiros ali, ainda que não soubéssemos cantar o hino. Antes que o hino fosse cantado, pediu a todos que ficassem de pé. E já em seguida, começou-se a ouvir o refrão que era reiteradamente entoado: “Moçambique nossa terra gloriosa, pedra a pedra construindo um novo dia. Milhões de braços uma só força, ó pátria amada vamos vencer!”⁴⁹.

Após o hino, Armando e Alice apresentaram os pratos que iriam ser servidos naquele almoço, enquanto as pessoas já se alinhavam para uma fila. Posteriormente ao almoço, o volume da música foi aumentado para que se pudesse dançar – iniciativa dos homens solteiros. Um agrupamento de homens casados se formou próximo à churrasqueira, estes passaram a maior parte do tempo conversando e bebendo cerveja. Posteriormente, todos se juntariam para os passos simples da “dança da família”⁵⁰.

Passadas mais ou menos duas horas de minha chegada, já havia chegado outros convidados, amigos vindos de outros países africanos, como Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde. Por volta das 17 horas, uma mulher negra e seu companheiro, um homem branco, chegaram à festa quando já estávamos quase todos ébrios – desde o início da tarde estávamos comendo (a comida requentada) e bebendo (entre os que bebiam álcool). Esse casal despertou ao mesmo tempo curiosidade e desconforto com a sua chegada. Como eu não sabia quem eram, perguntei a Mariana sobre eles. Ela disse que aquela era uma amiga de Nocy – uma engenheira florestal moçambicana que havia retornado à Moçambique em 2012, mas que não sabia exatamente seu nome, somente que era filha de Brazão Mazula. Sabia-se, também, que ela havia estudado medicina veterinária em uma universidade particular de Curitiba.

Assim, havia uma certa desconfiança com aquela moça e seu namorado apesar de terem sido recebidos com mais atenção que os demais convidados. Ele

⁴⁹ O hino de Moçambique até 2002 se chamava “Viva, Viva a Frelimo”, a nova música de 1992, do maestro Justino Sigaulane Chemane, recebeu sua letra após um concurso promovido pela Assembleia da República. Informações encontradas no blog E-portuguese (2015) (ver a letra do hino em anexo (ANEXO 2)). No entanto, Mia Couto, em discurso recente (2015) deu declarações a respeito da escrita coletiva do hino, e que as pessoas foram convidadas para a escrita pela Assembleia, de forma a representar os partidos Frelimo e Renamo.

⁵⁰ Uma dança comum nas comemorações de casamento do sul de Moçambique.

de origem suíça não falava português, se comunicava somente em inglês – o que dificultou a sua comunicação com todas as pessoas na festa. Aos poucos me aproximei para conversar com ela e posteriormente com ele também – mas a recepção a esses convidados esteve permeada de tensões que tinham a ver com quem eles eram e onde estavam.

Desde a sua chegada, a filha de Brazão Mazula havia chamado a atenção de todos e todas, por sua beleza e pela facilidade com que conversava em inglês com o namorado. Em meu relatório de campo, registrei o nosso breve diálogo da seguinte maneira:

Ao conversar com a veterinária moçambicana, perguntei-lhe sobre seu pai, e ela fez questão de se diferenciar dele em diversos aspectos – mas sobretudo, politicamente. Explicou-me que por ter nascido no norte do país, tinha muito claro que o processo eleitoral organizado por seu pai não havia sido justo com a população pobre daquela região. Disse também, mudando de assunto, que sentia falta de Moçambique, mas que não pretendia voltar lá muito cedo.⁵¹

Havia de fato um interesse de muitos dos presentes na festa em conversar com ela. Ela, porém, logo foi ao espaço onde todos estavam dançando, para relembrar o ritmo da marrabenta. Junto a ela, foram alguns dos rapazes, além de Mariana e Alice. Enquanto isso, o namorado dela, de origem suíça, conversava comigo e com o moçambicano Alexandre (que veio fazer o doutorado em Sociologia). O suíço conversou conosco a respeito das cidades brasileiras, e o quanto aqui faltava uma estrutura mínima de saneamento básico, e instituições sérias para o funcionamento democrático – deu Moçambique como um outro exemplo onde o Estado gastava muito dinheiro por sua ineficiência. O tom de sua fala me deixou certamente consternado, e ao olhar em volta, percebi que nem Armando, nem Leonardo quiseram conversar com aquele suíço. Ambos estavam incomodados com a atenção dada ao homem que nem ao menos se comunicar em português conseguia. Pedro, que também havia praticado o seu inglês com o europeu, disse que talvez não tivéssemos entendido o que ele queria dizer.

Essa situação evidencia parte da reflexão empreendida por Jason Sumich, (2008, p. 341) a respeito do que chama de “ideologias da modernidade”⁵² da elite

⁵¹ CASTILLO DE MACEDO, Victor. Relatório de Campo – Festa da Independência, 2013b.

⁵² Em diálogo com o antropólogo James Ferguson, Sumich (2008) parte da premissa de que deve-se considerar a modernidade, nesse caso, enquanto um conceito nativo como um reflexo da realidade constituída através dos processos de colonização e luta anticolonial.

moçambicana. Os cuidados do autor me remetem ao primeiro encontro que tive com Eusébio, ainda em 2011. Nesse dia, questionei-o a respeito de sua *classe*, no que ele me contestou que em Moçambique não havia classes sociais no modelo ocidental. Certamente meu interlocutor me respondeu de forma simples, sem no entanto evitar que em sua resposta estivesse toda a complexidade das estratificações urbanas e rurais que compõem seu país. Retornando à contribuição de Sumich (2008), o autor parte da premissa que existem vários agrupamentos que poderiam se assumir como elites em Moçambique – sejam membros de autoridades tradicionais, religiosas, estrangeiras, do comércio ou ainda o grupo que se opõe ao partido no poder. Compartilho do ponto de partida do autor, e creio que no caso da filha de Mazula - um dos principais atores do processo de democratização, e da consolidação do fim da guerra pós-colonial do país, entre Renamo e Frelimo – suas conclusões contemplam a realidade dessa moça. Nas palavras de Sumich (2008):

Através das suas oportunidades educacionais e culturais, e devido ao facto de serem, com frequência, fluentes em português e em inglês, estas elites têm a possibilidade de se “misturarem” mais facilmente com os estrangeiros que gerem as empresas multinacionais e as organizações da comunidade internacional (SUMICH, 2008, p. 341)

A análise do autor revê de maneira longitudinal, partindo da independência, a conformação de uma espécie de gosto específico (no sentido que Pierre Bourdieu desenvolve em “A Distinção”) interno aos membros da cúpula do Estado. Nesse caso, os ideólogos das práticas analisadas no capítulo anterior, que também acreditavam na projeção do ideal do “homem novo”, reflexo da vanguarda que liderava o Partido, e portanto o Estado no período socialista. Para compor seu argumento, o autor dialoga com a atenção dada por Cahen (1996) ao predomínio dos membros do Sul nas decisões da Frelimo. Utiliza-se ainda de dados etnográficos que evidenciam esse ideal que relaciona homem novo/desempenho escolar/ parentesco com membros da cúpula da Frelimo, como traços de distinção.

Brazão Mazula participou não só como um ator, mas também como um intérprete de todo o processo. A sua pertença à cúpula da elite intelectual de Moçambique lhe outorgava poderes e lhe contaminavam com desconfianças⁵³. É certo que, como descreve Sumich (2008), a lógica da distinção em Moçambique

⁵³ Em especial, as acusações de favorecimento de seus parentes na distribuição de bolsas de estudo para o exterior com o dinheiro da Universidade Eduardo Mondlane – UEM (MACUA, 2015).

ganhou traços capitalistas após o processo de neoliberalização decorrente da pacificação. Independente deste fator, havia *fissuras subterrâneas* e *embaraços* (HERZFELD, 2008, p. 16-17) na recepção daquela moça, que tinham mais a ver com a sua posição do que com o seu atraso, ou os comentários de seu companheiro. Torna-se necessário então retomar alguns processos e algumas trajetórias para compreender de que maneira essas lógicas próprias do período socialista ainda reverberam silenciosamente em 2013.

3.2 À MARGEM DA CÚPULA

Algumas das diferenças em jogo no decorrer da festa de independência de Moçambique ocorridas naquele ano podem ser melhor entendidas na medida que eu demonstre uma aproximação negativa da realidade de meus interlocutores com relação ao que se pensa de filhos de pessoas tão notáveis quanto Brazão Mazula. Para tanto, a trajetória de Ana me parece ser significativa daquela de uma camada média de moçambicanos, com instrução até o ensino superior, que, no entanto, não gozam de todas as benesses de ter uma rede de contatos fornecida pela posição familiar no âmbito da Frelimo.

Nascida em 1973, na Matola (província de Maputo), no Sul de Moçambique, Ana viveu a sua infância no período socialista. O pai, que teve quatro mulheres, trabalhava como cobrador do sistema de transporte no período colonial, e após a independência, tornou-se o administrador de uma frota de transportes de carga, e sua mãe era dona de casa. Em 1989, Ana se mudou para a capital, para fazer a 10.^a e 11.^a séries, que são os últimos anos do que no Brasil se convencionou como o Ensino Médio. Em meados dos anos 1990 entrou na UEM, para estudar Engenharia Florestal. Conforme me explicou em entrevista:

Na época havia muita fama a Engenharia Florestal. Então tinha muitos projetos, os alunos de Engenharia Florestal passeavam bastante nas matas, nas florestas, nas praias, tinham muitos projetos de lá. Então eu decidi, 'eu quero passear', e fui para a Engenharia Florestal⁵⁴

Ainda antes de terminar a faculdade, ela passou em um concurso, no ano de 2002, e assim começou a trabalhar na área de reflorestamento. Logo, passou a se

⁵⁴ CASTILLO DE MACEDO, Victor Miguel. Entrevista com Ana, relatório de campo, 2013.c (Gravação) 3'.

envolver em projetos com a FAO/ONU, e a viajar por diversas partes de seu país. Atualmente, a engenheira trabalha em Maputo, na Direção Nacional de Terras e Florestas – DTNF, que faz parte do Ministério de Agricultura. Seu marido, que é professor no curso de Engenharia Florestal da UEM, fez parte de uma geração de moçambicanos e moçambicanas que, no período socialista, teve a oportunidade de fazer seus cursos de graduação em terras estrangeiras – ele é parente de membros fundadores da Frelimo. No caso dele, o destino foi Cuba, e a sua volta daquele país foi no final dos anos 1990 – segundo Ana, “naquela altura havia muita cooperação entre Moçambique e Cuba para formar quadros...”. Foi o marido que incentivou Ana a tentar o mestrado no exterior, e assim ela iniciou a tentar através dos editais da Fundação Ford (que foi o mesmo que quase todos meus interlocutores fizeram enquanto primeira tentativa fazer o mestrado no exterior, João Paulo por exemplo, era bolsista da Fundação). Isso ocorre pois as primeiras opções de saída são países de língua inglesa, ou países onde haja produção científica em inglês – como Estados Unidos, Austrália e Japão.

Foi uma amiga de faculdade que sugeriu que ela viesse ao Brasil para o mestrado, já que o processo exigiria somente o projeto. Ela, apesar de contrariada em sua vinda e de ter sofrido com a distância de sua família, veio por um projeto de vida mais importante,

minha vontade mesmo é trabalhar em outra, porque em Moçambique o Estado não é como aqui no Brasil. O Estado paga muito mal... então a minha vontade quando voltar é começar a trabalhar numa ONG ou no privado, coisa parecida. Para ver se aquilo que eu aprendi vai valer a pena e até estou a ter me a possibilidade de dar aulas na universidade (...)⁵⁵

É justamente a configuração da estrutura de oportunidades profissionais que se conformou após a democratização que provocou uma maior valorização dos empregos em empresas privadas. Por outro lado, a saída para os estudos de mestrado no exterior passaram a ter um valor de ‘status’ entre as camadas médias urbanas, conforme demonstrou Sara Santos Morais(2012). Jason Sumich (2008, p. 322) nota essa relação com o estudo no exterior como um traço em comum da elite moçambicana⁵⁶ – que teve a sua origem no ideal do “homem novo” do socialismo.

⁵⁵ CASTILLO DE MACEDO, Victor Miguel. Entrevista com Ana, relatório de campo, 2013c (Gravação), 39’.

⁵⁶ O valor do estudo para elites, em especial com casos africanos é explorado também por Cohen (2013 [1981]).

As questões que Sumich (2007; 2008) traz a partir de seu trabalho de campo com elites urbanas têm a ver também com algumas das situações que me deparei entre os moçambicanos em Curitiba. Em especial, algumas das lembranças da geração de moçambicanos urbanos que viveu a infância durante o socialismo, que no limite era menos desigual que o momento atual (conforme o capítulo 2).

Ademais, a trajetória de Ana é reveladora de situações de ascensão social no pós-independência, como é o caso de seu pai, e por outro lado, do quanto havia um investimento por parte da vanguarda, os líderes do partido, na educação de jovens que pertencessem às famílias dos membros da cúpula – como no caso de seu marido. Apesar dessa proximidade com membros da elite política do país, Ana só logrou sair para seus estudos de mestrado após a criação de novos canais de acesso para bolsas de estudo⁵⁷. Se para pessoas como ela, que têm uma ligação parental de ‘segunda mão’ com alguns membros da elite, este já foi um processo difícil, para os demais moçambicanos em Curitiba a possibilidade de vir ao Brasil – apesar de não ser a primeira opção, é uma boa oportunidade. Ou melhor, é uma boa solução em relação ao processo que Sumich (2007, p. 6) chama a atenção “para elites e classes médias em Maputo, entretanto, novas oportunidades apareceram, ambas com negócios e principalmente, com o crescente setor de ajuda internacional”.⁵⁸

Ainda assim, as melhores oportunidades de trabalho no setor privado são garantidas aos membros da elite, citando mais uma última vez a análise de Sumich (2007), o autor não deixa de apontar que

Membros da elite podem contar com um vasto conjunto de amigos e familiares que têm, ou que tiveram altas posições em agências de ajuda, negócios recém privatizados e no governo numa base quase rotativa. Essas redes formam estruturas de poder que ligam elites, o governo, agências internacionais e de negócios de maneiras mutualmente beneficentes e auto-sustentadoras (SUMICH, 2007, p. 6)⁵⁹.

⁵⁷ Refiro-me à política que foi reforçada no Brasil no período do segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, de internacionalização das Instituições de Ensino Superior- IES, a partir do qual programas como o PEC-PG, tiveram suas plataformas ampliadas para aumentar o número de estudantes estrangeiros, de países latino-americanos e africanos no Brasil.

⁵⁸ Tradução livre do trecho: “For elites and the middle classes in Maputo, however, new opportunities appeared, both in business and importantly, with the growing international aid sector” (SUMICH, 2007, p. 6).

⁵⁹ Tradução livre do trecho: “Members of the elite can call on a wide range of friends and family who hold, or have held, high positions in aid agencies, newly privatised businesses and the government on an almost rotating basis. These networks form structures of power that link elites, the government,

Mais do que uma espécie de denúncia com relação a um tipo de tráfico de influência entre membros da elite política com as novas instituições que ofereciam oportunidades de trabalho, há um conjunto de relações que se estabeleceu muito antes mesmo dessas empresas e agências de cooperação chegarem a Moçambique. Há um conjunto de estratégias que foram tomadas, econômica e politicamente, que permitiram que o período de abertura democrática e pacificação se tornasse mais um momento de adensamento dos privilégios da elite. Apresento, na próxima seção, as mudanças que ocorreram para que as posições se mantivessem.

3.3 OPERANDO A 'PRESERVAÇÃO TRANSFORMATIVA'

As condições objetivas para o que se compreendeu como um processo de pacificação de sucesso entre outros casos africanos – como foi descrito o ocorrido em Moçambique – esteve apoiado em diversas bases. Levar em conta somente os encontros entre as partes envolvidas (Renamo e Frelimo) não permitiria uma compreensão das margens de manobra do(s) mediador(es) dos diálogos. Costumeiramente designados enquanto comunidade internacional, irei nomeá-los aos poucos e sua atuação no processo será brevemente especificada.

Olhar para a sucessão de relações e estratégias econômicas estabelecidas pelo governo da Frelimo ao longo dos anos 1980, permitiu-me seguir o enfraquecimento dessa organização enquanto Estado, e o fortalecimento dos laços internos entre as correntes que o compunham (SUMICH; HONWANA, 2007; SUMICH, 2007, 2008). Esse processo, decorrente da crise vivida por Moçambique no período, foi chamado entre técnicos da comunidade internacional de “ajuste estrutural” (PITCHER, 2002; OBARRIO, 2014). O que pretendo evidenciar, a seguir, são estratégias adotadas no mesmo período em que o país enfrentava a guerra que carcomia as suas estruturas internas.

3.3.1 Desestabilização econômica

business and international agencies in mutually beneficial and self-sustaining ways” (SUMICH, 2007, p. 6).

Conforme apresentei no capítulo anterior de forma indireta, o conflito que se produziu após a independência de Moçambique teve efeitos altamente danosos para o funcionamento do país. Para além da desagregação de diversas populações no interior – em vista das políticas de expansão do Estado para as zonas rurais –, a agricultura que era a base da economia do país foi se definhando, e como consequência toda a parte de serviços, comércio e abastecimento se viu fortemente restringida. Esse enfraquecimento econômico serviu de via de entrada para investimentos estrangeiros que na linguagem dos organismos internacionais se convencionaram enquanto ‘ajuda internacional’. Como demonstra o historiador moçambicano Yussuf Adam (2006), a crise no setor econômico de Moçambique não foi causada somente pela guerra, mas foi consequência também das estratégias adotadas pelo partido-Estado Frelimo.

O desenvolvimento econômico enquanto uma das metas da descolonização foi um planejamento ainda do período da guerra de independência. A crítica do historiador parte da centralidade deste conceito (desenvolvimento) nas estratégias adotadas pelos dirigentes da Frelimo, e corroborando com a contribuição de Amartya Sen (1988) toma a gramática do desenvolvimento como vazia ou ilusória. A compreensão de desenvolvimento é incerta, pois à medida que dada população se desenvolve, seus parâmetros de ‘evolução’ também se alteram – um tipo de dinamismo que as teorias econômicas não dão conta. Yussuf Adam (2006) caracteriza as estratégias econômicas adotadas no período entre 1975 e 1990, enquanto ecléticas – pois incorporam políticas e discursos de ao menos três escolas de pensamentos econômicos distintos: 1ª) Modernização e crescimento: economia neoclássica e paradigma da modernização/conceito marxista de progresso; 2ª) Escola da Dependência: operando a oposição periferia x centro, sendo a relação com o centro o principal obstáculo; 3ª) Outro desenvolvimento: atenção às necessidades básicas – ecologia e autonomia⁶⁰.

A sistematização do autor também determina períodos de desempenho econômico, tomando primeiramente a *transição* – de 1974 a 1977; em seguida o *desenvolvimento* (ou crescimento) – 1977 a 1981; e o *declínio* – a partir de 1982. A leitura de Adam a respeito desse processo de bancarrota da economia

⁶⁰ Essas sumarizações das escolas de pensamento econômico são fruto da reflexão de Adam (2006, p.113).

moçambicana se organiza em cinco subperíodos de estratégias adotadas pelos dirigentes da Frelimo até 1990.

O primeiro momento em que as lideranças começam a decidir a respeito de políticas de sustento e abastecimento é chamado de “Estratégia das zonas libertadas” e vai de 1965 a 1974⁶¹. O segundo momento foi batizado (ADAM, 2006, p. 118) como “matar o ‘jacaré’ enquanto é pequeno” – o nome retirado de um discurso de Samora Machel se refere à preocupação do então partido-Estado de barrar o surgimento de uma burguesia nos primeiros anos da independência do país (1974-1978)⁶².

O momento seguinte foi chamado por Yussuf Adam (2006) de “O estado a gerir barbearias?”, e nele se inicia uma re-conceitualização das estratégias de desenvolvimento, por isso vai de 1978 a 1984. A Frelimo passa a reconhecer a necessidade de se fazer concessões, a partir de 1981 começam a ressurgir pequenos empresários privados. Serviços mais comuns nas zonas urbanas como mercearias e salões de beleza passaram a ser reprivatizados. Da mesma forma, alguns setores que estavam marginalizados como a Igreja Católica, os antigos combatentes e os comprometidos (que colaboravam com o facismo colonial) (ADAM, 2006, p. 123), passaram a receber a atenção das autoridades estatais – como uma forma de abrir o diálogo interno da sociedade moçambicana. Essas medidas refletiam o enfraquecimento do Estado, e o quanto a guerra, as secas em algumas regiões e as cheias dos rios em outras afetavam profundamente o funcionamento das instituições e sua legitimidade⁶³.

A quarta periodização foi nomeada por Adam (2006) de “O estado afastado do mercado”, de 1984 a 1986. Nestes dois anos, o país e o partido-Estado iniciavam

⁶¹ Esse período que contempla a guerra de independência é marcado por uma incerteza no que concerne ao direcionamento ideológico e a opção por estabelecer um diálogo com as lideranças locais – o que basicamente se traduziu em uma troca de proteção militar por alimentos.

⁶² Período do III Congresso do partido (1977), em que se assume o viés marxista-leninista (conforme o capítulo 2). São anos marcados pelo êxodo de portugueses do território moçambicano (fossem burgueses e/ou burocratas, esvaziando a máquina estatal), e a nacionalização das propriedades rurais e urbanas. As causas oficiais para justificar a falta de bens de consumo já em 1977 foram: o declínio da produção, a destruição dos circuitos de comercialização, a estruturação insuficiente do aparelho de Estado para dirigir a economia, um aumento no consumo, a falta de uma rede de transportes, especulação e o acúmulo de produtos dos pontos de venda estatal para a revenda não autorizada dos mesmos (ADAM, 2006, p. 121).

⁶³ Hector Guerra Hernández (2011, 2014) descreve os efeitos e o funcionamento de uma migração promovida pelo Estado de trabalhadores moçambicanos para as fábricas na antiga República Democrática da Alemanha, que, no entanto, inicia em 1979 e dura até 1990.

os preparativos para a adesão ao Fundo Monetário Internacional – FMI e ao Banco Mundial. As negociações estavam sendo feitas em segredo até o final de 1985, e já nesse período alguns dos membros da alta cúpula do partido começaram a se tornar proprietários de seus negócios. A dívida externa acumulada ao longo dos anos só conseguiu ser paga até o ano de 1982 e desde então tentava re-escalonar seus dividendos. É devido a esses condicionantes que os dirigentes iniciam contatos com países do bloco ocidental: Inglaterra, França, EUA e a Alemanha Federal. O resultado foi o apoio financeiro do governo liderado por Margaret Thatcher, a normalização das relações com os EUA e a adesão ao FMI e ao Banco Mundial – essas novas relações diplomáticas e econômicas vieram devidamente condicionadas por três movimentos executados pelo governo moçambicano: a necessidade de se rever as relações com a União Soviética e o bloco socialista; a adoção do modelo econômico de mercado livre como modelo de desenvolvimento (a desvalorização da moeda moçambicana, o metical e uma divulgação contínua de estatísticas e dados); e o estabelecimento de relações com a África do Sul.

A última condição foi cumprida na assinatura do Acordo de Nkomati, em 1984⁶⁴, apesar do acordo ter sido questionado diversas vezes por aqueles que sofriam diretamente com os desmandos da guerra interna. É após a assinatura do acordo que se passa a nomear a Renamo em sua sigla em português, sinalizando um reconhecimento oficial de que não se tratava de um movimento sul-africano ou rodesiano. A organização bélica, por sua vez, passa a ter uma reformulação em seu funcionamento interno (PITCHER, 2002, p. 119 *apud* VINES, 1991). Oficiais da Zambézia e de Sofala se reúnem a Dhlakama para compor uma comissão administrativa e política, da mesma forma, alguns empresários e donos de fábricas se reúnem clandestinamente com essas representações do grupo, para criar comitês nas capitais provinciais.

Ao mesmo tempo em que tais condicionamentos abriam a diplomacia moçambicana para o bloco ocidental, medidas legislativas internas eram acordadas para encorajar o investimento estrangeiro. Ainda assim, o discurso oficial retratava tais ações como uma vitória contra o imperialismo, e o conflito com a Renamo

⁶⁴ O acordo de Nkomati foi uma tentativa importante de findar os conflitos do período. Samora Machel e o então presidente da África do Sul, Pieter Willem Botha, concordaram em, respectivamente, parar de apoiar a ANC (African National Congress) e a Renamo. Apesar do acordo, atrocidades da guerra continuavam a acontecer (como foi o Massacre de Homóine).

produzia medidas internas mais e mais autoritárias, de controle das críticas e produção do inimigo (PITCHER, 2002, p. 120). O que leva ao último período que antecede o início dos acordos de paz.

O momento chamado por Yussuf Adam (2006) de “As estratégias do mercado livre” (1986-1990) foi analisado também por José Jaime Macuene (MACUENE, 2001). A Política de Reabilitação Econômica – PRE, implantada no ano de 1987, marca a forte influência recebida pelo Banco Mundial e o FMI. Macuene (2001) apresenta o déficit de mão de obra técnica dos órgãos governamentais como um dos grande entraves do Estado moçambicano. Tanto uma instituição quanto a outra se comprometeram a contribuir com técnicos nos setores que lidavam com questões econômicas. O Ministério das Finanças, o Banco Comercial de Moçambique, o Banco Central e a Comissão Nacional do Plano (PRE) se estabeleceram com 3 mil estrangeiros na parte técnica. Entretanto o gasto com estes por ano era próximo ao que se gastava com 100 mil servidores do Estado no mesmo espaço de tempo (MACUENE, 2001, p. 259).

Adam (2006, p. 128) reforça a leitura de que havia uma situação política altamente instável, tanto interna quanto externa, que fez com que o PRE não tivesse de fato contribuído com melhorias substantivas à economia moçambicana, e sim que acabou se tornando a via pela qual o governo terminou de concretizar suas reformas liberalizantes. Para o autor, houve uma quebra com setores sociais da atuação estatal, no que se refere à saúde e à educação, e grande parte da mão de obra especializada de moçambicanos passou a trabalhar no setor privado. No âmbito político, o Estado passou a reconhecer em 1987 a divisão de poderes, e em 1989 o surgimento de outros partidos também se tornou legítimo. Neste mesmo ano ocorreu o V Congresso do partido, quando se abandonou oficialmente o título de marxista-leninista, ainda que todas as políticas de liberalização da economia impostas pelos doadores estrangeiros tenham sido justificadas como estando em sintonia com os princípios socialistas.

A situação de extrema pobreza, fome e incapacidade de se auto sustentar, a qual chegou Moçambique, contribuiu para que a literatura oficial a respeito desse período caracterizasse a guerra em curso enquanto uma Guerra de Desestabilização. O termo em sua abrangência produz um certo congelamento das oposições ao projeto inicial do partido-Estado, como se todas as divergências a ele estivessem ligadas a um tipo de conspiração internacional e criminosa. Apesar de

Yussuf Adam (2006) fazer algumas críticas a essa leitura, no limite ele não deixa de concordar com Joseph Hanlon (1997), e outros que designaram esse momento como um período de “recolonização”.

Internamente quem fazia oposição às políticas além do braço armado da Renamo, era a burguesia CCCC⁶⁵, que provavelmente tinha ligações com o grupo armado. Resta ainda questionar de que maneira a Frelimo poderia orquestrar o fim da guerra interna sem que isso significasse uma perda de controle sobre o Estado? Para Jason Sumich (2007, p. 8), da mesma forma que não houve uma mobilização popular em nome da democracia (uma vez que o país estava em guerra), a democratização pareceu a melhor forma de acabar com a guerra sem sair do poder.

3.3.2 Relações de ajuda/intervenção e a legitimidade internacional

Há que se considerar, que tanto Frelimo quanto Renamo dependiam de ajuda financeira externa. O curioso é que do início do período socialista de Moçambique, ao fim da Guerra Fria, as forças em conflito passaram de ter doadores ideologicamente opostos, ao caso de terem ambos, investidores da linhagem neoliberal. Deve-se destacar, no entanto, que esses investimentos eram distintos com sentidos contraditórios e em diferentes níveis. Assim, trago parte das relações que o Estado moçambicano estabeleceu com seus principais investidores, agentes diretos da ‘preservação transformativa’.

Acompanhando os exemplos trazidos por Joseph Hanlon (1997, p. 16) e Yussuf Adam (2006, p. 186), que por sua vez se basearam nos relatórios oficiais, inicio com o mais controverso dos países doadores, os EUA. Os donativos oferecidos pelos estadunidenses pertenciam a uma agenda de ajuda global, uma via de intervenção instrumental nos conflitos da Guerra Fria. As forças políticas internas ao país eram compreendidas enquanto não homogêneas (no caso os partidos democrata e republicano), ainda assim as relações entre os dois países estiveram silenciadas entre 1977 e 1984. No ano de 1988, Moçambique já era o país que mais recebia donativos dos EUA no Sul da África, através de programas como o USAID.

⁶⁵ Segundo Adam (2006, p. 167), a Burguesia CCCC (Cunha Candonga Chapa Cem) foi uma das forças opositoras no período estudado por esse autor. Estes eram comerciantes que se beneficiaram da dificuldade de circulação de bens de consumo nas zonas urbanas e criaram mercados paralelos. Casos semelhantes ocorreram na Europa pós-Segunda Guerra. Cunha (são as redes políticas e amigos), Candonga (a extorsão comercial que passa por cima de impostos) e Chapa-cem (são as mini-vans utilizadas para o transporte).

Por outro lado, a difundida consciência a respeito da ajuda dos estadunidenses à guerrilha da Renamo fez com que estes fossem sempre um alvo de desconfiança.

Da mesma forma a ajuda sueca, juntamente com um grupo de países nórdicos (Dinamarca, Noruega, Finlândia, Islândia e Holanda), teve pontos positivos e negativos. As relações entre estes e o grupo da Frelimo já se iniciou no período da luta armada, e em sua ascensão ao poder não enfrentaram resistências por sua opção socialista, da parte destes doadores. Pelo contrário, havia uma solidariedade com a causa da independência (apesar de no final do período colonial empresas suecas estarem participando da construção da represa de Cahora Bassa). A Suécia e os demais países nórdicos contribuíram após a independência, com um programa voltado para o desenvolvimento agrícola, o Mozambique Nordic Agriculture Program – MONAP. Apesar do projeto ter tido continuidade, sua aplicação se tornou mais e mais dificultada devido à dispersão e à pouca adaptabilidade de tais projetos à realidade moçambicana – especialmente pelo tipo de tecnologia utilizada. Houve ainda um choque de modelos burocráticos em prática, no qual moçambicanos teriam que se reportar diretamente aos técnicos nórdicos. O auge da crise entre suecos e moçambicanos se deu após a expulsão do embaixador sueco de Moçambique em 1986, e a publicação de um artigo na revista da Agência de Cooperação Sueca na qual exaltava a Renamo enquanto uma organização respeitável.

Um dos maiores doadores foi a URSS, que também contribuiu para a agricultura, para a indústria e a defesa. Além da ajuda militar, com treinos e o fornecimento de armas, havia também algumas rugas da URSS com a Frelimo, devido a sua aproximação com os chineses. Ainda assim, em 1977, assinou-se um acordo de vinte anos de cooperação. Em 1986, a União Soviética direcionou a maior parte de seus investimentos no apoio às machambas coletivas, às minas e à mão de obra na pesca. Da mesma forma, o fornecimento de petróleo era outra área de investimento soviético. No entanto, quando Gorbatchev assumiu o poder e implantou a Glasnost, o retorno destes investimentos passou a ser questionado de forma mais acurada. Consequentemente, dentro do Conselho de Ajuda Econômica Mútua, de sigla COMECON, Moçambique não lograra ser membro de pleno direito por sua situação econômica, que era comparativamente mais vulnerável que a dos outros países. Na segunda metade da década de 1980, a relação do país com a União Soviética foi perdendo cada vez mais força, devido em parte ao enfraquecimento do

bloco socialista, e da proximidade moçambicana com o ocidente (ADAM, 2006, p. 199).

O doador que possui a relação mais próxima e ao mesmo tempo mais tensionada é Portugal. A ex-metrópole atuou mais no fornecimento de mão de obra técnica, ou como uma referência para outros países que se interessavam em investir em Moçambique e ainda enquanto mediador de cooperações tripartites. Entretanto, logo após a independência, as relações não eram as mais amistosas não somente pelo fato da guerra, como também pela exigência do governo português que Moçambique (ou no caso o grupo que se beneficiou da transferência de poder, a Frelimo) assumisse os gastos com investimentos feitos no período colonial. A interpretação moçambicana foi de que aquela era uma tentativa de manter o controle sobre o território. Posteriormente, em 1988, após visitas de outros primeiros-ministros, os governos iniciaram diálogos a respeito de cooperação – ainda que ambos não dispusessem de capital financeiro para tal. Por outro lado, na parte da assistência técnica, e o fornecimento de mão de obra especializada, os portugueses eram o maior contingente nos projetos internacionais.

Um dos principais efeitos da ajuda internacional, nesse contexto, é se tornar um obstáculo para o funcionamento da burocracia estatal, ou apresentar condicionantes que não condizem com as propostas iniciais de projetos pensados em parcerias. A questão é que, conforme veremos adiante, a democratização bancada por interesses de investidores internacionais antigos e novos investidores nacionais se torna muito mais uma questão sobre a divisão de espólios do que de aumento de ‘*accountability*’. Em um relato mais recortado a respeito dos efeitos das transformações pelas quais Moçambique passava no período, Anne Pitcher (2006, p. 94) argumenta que um dos motivos para a manutenção do partido Frelimo no poder é a articulação e projeção de um esquecimento organizado⁶⁶. Esse é o seu locus de análise, por um lado para as estratégias do partido, e por outro para as memórias de operários desapontados com o novo sistema. A estratégia atual do partido basicamente se divide em duas frentes: Legitimar a Frelimo como detentora da defesa dos interesses populares; e a segunda seria diminuir o acesso a narrativas opostas ou alternativas àquela oferecida pelo partido. A tática foi cumprida

⁶⁶ Pitcher (2006, p. 88), do original em inglês “*organized forgetting*”, tradução livre.

substituindo discursivamente aquilo que era de preocupação “popular”, pela retórica do “nacional”.

Ainda assim, os operários de Maputo reconheciam as mudanças como derrotas, e distinguiram o período socialista da atualidade neoliberal. Levando em conta as asserções de Sumich (2007, p. 9), pôde-se considerar estas estratégias como uma maneira de manter uma legitimidade perante a comunidade internacional. Essa manutenção, no entanto, ocorreria em detrimento da legitimidade com a população (conforme apresentarei no próximo capítulo). Esta aliás, parece-me ser a estratégia mais importante deste período – uma vez que nem a Frelimo, e tampouco a Renamo, demonstravam condições de ganhar a guerra. Apesar do enfraquecimento da presença do Estado nas áreas dominadas pelos contrarrevolucionários, houve a consolidação interna de um “campo unificador” (SUMICH, 2008, p. 324) entre as diferentes “tendências” da Frelimo⁶⁷.

Nos anos 1990, o país aprovou uma nova Constituição, na qual projetava eleições multipartidárias. Na metade do ano de 1990, iniciaram-se as negociações entre Frelimo e Renamo. A seguir apresento parte desse processo esperando não reforçar a retórica já desgastada a respeito do sucesso das negociações de paz no caso moçambicano, e demonstrando como as articulações desse processo estiveram concatenadas com interesses econômicos e políticos que modulam as memórias sobre a guerra, procurando silenciar conflitos, e deixando algumas pontas soltas.

3.4 OS RELATOS DE BRAZÃO MAZULA

Apresentei até aqui diversos elementos que compuseram o período anterior às negociações de paz em Moçambique. O acirramento do conflito entre Frelimo e Renamo foi acompanhado de uma progressiva aproximação do governo moçambicano aos governos e organizações internacionais que pertenciam ao bloco ocidental. O que me mobilizou a retornar a esse período foi o encontro com a filha de Brazão Mazula durante uma festa de comemoração da independência

⁶⁷ Conforme Sumich (2007, p. 4) descreve, membros da Frelimo falam que existem distintas tendências dentro do partido que correspondem a notáveis do partido. Por exemplo: A tendência ‘Chissano’, baseada no presidente deste período; a tendência ‘Guebuza’, centrada no então Ministro da Defesa; a tendência ‘Machel’ que é encabeçada pela viúva de Samora, Graça Machel; e no período democrático ocorre também a tendência ‘Diogo’, por causa da futura primeira-ministra Luísa Diogo.

moçambicana. Procurei explicar os incômodos disfarçados de alguns de meus interlocutores, a partir de um processo descrito por Sumich (2007), de adensamento das diferenças entre a elite e as camadas médias urbanas em Moçambique. Para melhor evidenciar essa intensificação, utilizei-me da trajetória de minha interlocutora Ana, cujo marido tem laços de parentesco com membros da elite – demonstrando assim que os traços distintivos da elite não são transferíveis. Com vista a evidenciar as mudanças da “vida revolucionária” para o neoliberalismo contemporâneo, perpassei tanto algumas das mudanças na política econômica, como algumas das alianças feitas com potências, em nome do desenvolvimento. Essas alianças, como demonstrarei a seguir, contribuíram para a orquestração do acordo de paz.

Brazão Mazula (1995a), no artigo que abre o seu livro “Eleições Democracia e Desenvolvimento”, descreve o processo de pacificação em quatro etapas, que constituiriam o que ele chamou de “Trajetória Antropológica da Paz e da Democracia”. Essa trajetória se inicia com duas primeiras etapas, que contemplam o início do diálogo entre Frelimo e Renamo, até a sanção da lei eleitoral que ficou conhecida como a “Multipartidária”. A terceira, refere-se ao processo eleitoral e, mais especificamente, ao funcionamento da Comissão Nacional de Eleições – CNE, atuante na construção de um consenso comunicativo. A última etapa foi descrita como o período pós-eleitoral da construção da democracia moçambicana, rumando através do multipartidarismo ao Estado de Direito (MAZULA, 1995a, p.25-26).

3.4.1 O acordo geral de paz e a comunidade de Santo Egídio

O primeiro momento dessa trajetória, conforme descrito por Mazula (1995a), é talvez um dos mais importantes na contemporaneidade moçambicana. No Acordo Geral de Paz, se traçaram algumas das linhas que marcam a própria organização política do país atualmente. As negociações se tornaram tensas pelo lado da Renamo, já que a maior preocupação deste grupo era a “armadilha da integração” que a Frelimo prepararia. A integração nesse caso significa o retorno de um poder ilimitado ao partido socialista. Por outro lado, a desconfiança não deixou de ser também uma arma dos dirigentes da Renamo que foi utilizada até o último momento do processo de paz. O momento oficial e ritual de celebração da paz se deu no dia 4 de outubro de 1992, e ficou marcado pelo “abraço de compatriotas” entre Joaquim Chissano (da Frelimo) e Afonso Dhalakama (da Renamo), e talvez o maior gesto no

sentido da criação da nação moçambicana, ou daquilo que o autor chamou de *moçambicanidade*.

A obra de Brazão Mazula (1995a) contém também um breve texto de Don Matteo Zuppi, membro da Comunidade de Santo Egídio, localizada em Roma, no qual ele exalta a participação da comunidade na viabilização dos acordos. Em especial, a possibilidade de oferecer um espaço neutro e seguro para que ambas as partes pudessem levar adiante a discussão, e sob as mesmas condições. Essa comunidade católica ajudou a intervir no processo devido à articulação feita pelo Arcebispo da Beira, Dom Jaime Pedro Gonçalves. O arcebispo lembrou em entrevista concedida a Victor Igreja (2008, p. 544) que o esforço durante a mediação foi de reforçar que ambos os lados deveriam sublimar as coisas más feitas por cada um dos conflitantes, ou em outras palavras, focar no que os unia e deixar de lado o que os dividia – relatando dessa forma que não seria possível no caso moçambicano que se estabelecesse alguma espécie de “Tribunal de guerra” ou uma comissão da verdade. Nas palavras de Zuppi (ZUPPI, 1995, p. 121) “é assim que devemos compreender porque na África dos massacres e guerras infinitas se realizou silenciosamente o milagre da paz “impossível”⁶⁸.

Juntamente com membros da comunidade, estavam também representantes das Nações Unidas, os quais se responsabilizaram pela logística das rodadas de reunião e pelo contato com os futuros doadores. Entre os protocolos definidos pelo Acordo Geral de Paz, um dos mais polêmicos foi a decisão de se criar um fundo para financiar a desmilitarização da Renamo, e a capacitação de seus membros para que a organização se tornasse um partido político, o “Trust Fund da ONU”.

3.4.2 Múltiplas leituras das eleições multipartidárias

A possibilidade de oposição política pacífica é também uma forma de salvaguardar a variedade de posicionamentos. Na eleição que ficou conhecida como “Multipartidária” se deu o importante impasse sobre a composição da Comissão Nacional de Eleições – CNE, a qual o próprio Mazula foi presidente. O grupo de Partidos Políticos de oposição não-armada demonstrou a sua preocupação acerca

⁶⁸ Ou como o próprio Zuppi (ZUPPI, 1995, p. 121) afirma a respeito das disposições incitadas pelos membros da comunidade presentes nas reuniões “Procuraremos aquilo que une, pormos de lado aquilo que dividia”.

da bipolarização do processo democrático, o que o autor chama de uma “desconfiança estrutural”, já que estes partidos, em sua maioria, são formados por ex-integrantes da própria Frelimo. Em outras palavras, por conhecerem o funcionamento do partido até então no poder, desconfiavam de suas manobras.

A CNE, apesar de formada somente por moçambicanos, já conjugava uma série de conflitos internos, pela origem de seus membros, os quais provinham dos principais grupos em disputa naquele momento. Instituições ligadas à CNE incorporaram alguns quadros estrangeiros dado que todo o processo, de democratização como da pacificação, foi observado e mediado por instituições internacionais, como a ONU e a Operação das Nações Unidas em Moçambique a ONUMOZ. Foi o caso do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral – STAE. Esse órgão protagonizou uma celeuma (dentre outras) que se apresenta um tanto exemplar. Como relata Brazão Mazula (1995a, p. 60), uma das preocupações da CNE era despartidarizar a sua imagem, ou desvinculá-la de quaisquer partidos. Ainda assim, após uma proposta de informatizar o processamento do sufrágio (proposta de 1994), o grupo dos Partidos Políticos de oposição não-armada redigiu uma carta ao então presidente da CNE, argumentando que essa seria uma manobra da Frelimo. Para o grupo, a presença de técnicos brasileiros e angolanos “infiltrados” no STAE, seria um indicativo de que a vitória seria programada a favor do partido no governo, tal como ocorreu em Angola.

Exemplos como esse são utilizados pelo autor para demonstrar que o processo não se deu sem conflitos. O que para ele seria positivo, demonstrando que o processo eleitoral, apesar de demorado, não favoreceu um grupo em detrimento de outros, mas valorizou o diálogo, ou o conflito construtivo. A leitura de Mazula (1995a), enquanto agente nesse processo, certamente não é a mais imparcial, mas os detalhes e exemplos de que se utiliza para defender seu ponto trazem elementos importantes.

Na tentativa de caracterizar ou diferenciar a democracia *em* Moçambique, de uma democracia propriamente moçambicana, Brazão Mazula (1995a) opõe esse modelo de sistema político às relações tradicionais, hierárquicas e essencialistas. Descrevendo casos em que o marido tenta oprimir sua esposa por não votar em seu candidato, ou mesmo o pai que chega às vias de fato com o filho que não votou em quem ele queria, o autor observa o surgimento de um novo sujeito. Esse sujeito abre mão de relações tradicionais, por estar preocupado com “o bem maior (a nação)”

(MAZULA, 1995a, p. 58). A experiência da democracia em Moçambique era o primeiro passo para a construção de uma democracia nacional, moçambicana. Em termos mais condensados, o autor coloca:

Todos eles dizem-nos que o cidadão, mesmo camponês, ao votar num candidato, tinha diante de si, alguns critérios de avaliação dos candidatos: a figura do governante colonial, a figura do dirigente pós-independência, a guerra civil recente e o discurso político-ideológico da campanha eleitoral, ao qual ele respondeu com um contra-discurso, resultado da reflexão individual conjugada por todos aqueles critérios (MAZULA, 1995a, p. 63)⁶⁹

A percepção otimista do processo como um todo é evidente na maneira pela qual Mazula (1995a) estrutura sua descrição, afinal de contas, ambos os grupos com parte na guerra assinaram o acordo e concordaram em participar das eleições. No entanto, sua análise carregada de expectativas, sutilmente, reproduz a oposição que foi tão danosa no período socialista – entre a modernização do Estado e as sociedades tradicionais. Se por acaso se opta por um outro tipo de leitura, que seja um tanto mais diversificada em suas fontes, é possível encontrar mais fraturas e descompassos nos processos em questão.

Michel Cahen (2004, p. xx), anos após a publicação do livro organizado por Mazula, se questiona se é devido “visitar-se Satanás”, que no caso o historiador quis dizer, a Renamo. No breve relato de suas escolhas metodológicas – acompanhar a primeira eleição presidencial como um observador oficial da Renamo – o autor evidencia os questionamentos político-morais que decorreram da opção feita. O envolvimento deste pesquisador enquanto um observador independente (o único da esquerda europeia), com tal grupo reiteradamente marginalizado na história oficial de Moçambique, rendeu-lhe uma espécie de contágio entre os demais pesquisadores e jornalistas que acompanhavam o processo (junto à Frelimo), não obstante já ser um “revisionista”. A pesquisa que se concentrou em duas localidades vizinhas – cada uma em uma margem do Rio Save, contribuiu para evidenciar como grupos protonacionalistas anteriores ao grupo que lutou na independência se identificavam política e etnicamente com a Renamo (CAHEN, 2004, p. xxv). Esses fatores estavam combinados com a localização geográfica destes grupos, que pertenciam ao centro do país. Cahen (2004, p. xxviii) termina a introdução dessa obra publicada cinco anos após o processo eleitoral com o diagnóstico: “A totalidade

⁶⁹ Utilizei esse fragmento também na reflexão empreendida em minha monografia de conclusão de curso em Castillo de Macedo (2013a, p. 62).

da produção moçambicana continua a pertencer ao mundo da Frelimo, a esfera do Estado Moderno.” O preço pago pela busca de outras percepções do mesmo processo lhe rendeu ainda alguns atritos com intelectuais moçambicanos aparentemente ligados à Frelimo (conforme o capítulo 2).

Outra leitura interessante a respeito do processo eleitoral, que contrapõe a visão “de dentro” de Mazula (1995a), é a crítica do britânico Joseph Hanlon à ONU, em especial ao chefe da ONUMOZ, Aldo Ajello, e sua atuação no período da pacificação. Segundo Hanlon (1997), o processo de pacificação foi bem sucedido, muito mais pela vontade dos moçambicanos em acabar com a guerra, do que pelas ações da organização (apesar do gasto de um bilhão de dólares no processo). Sua crítica se centra em dois conjuntos de problemas: primeiro, a morosidade do processo dentro da própria burocracia da ONU, motivada por disputas internas entre o escritório de Maputo com o escritório de Nova York. Mesmo a nomeação de Ajello era tida como temporária. O trabalho de desminagem também atrasou cerca de dois anos e ao final apenas 1,5 milhões de dólares foram gastos, num orçamento de 14,2 milhões. As consequências foram sentidas por centenas de pessoas que ou morreram ou foram mutiladas pela explosão das minas. Ocorreram também disputas envolvendo dinheiro em questões como a reintegração de soldados desmobilizados.

Outro conjunto de problemas levantado pelo autor tem a ver com a forma como Ajello lidava com a Renamo. Segundo Hanlon (1997), as bonificações materiais, pagamentos e casas de luxo em Maputo, contribuíram para convencer Afonso Dhlakama a tornar a Renamo um partido político. E ainda, grande parte dos depósitos de armamentos dos chamados “bandidos” não foram vistoriados, o que permitiu que estes mantivessem algum tipo de controle sobre sua áreas de maior influência, no centro e no norte do país.

Essa crítica evidentemente exhibe uma desconfiança atroz na possibilidade de diálogo com os ex-combatentes da Renamo, por um lado, e no funcionamento burocrático de uma organização internacional, por outro. O evidente posicionamento ideológico de Hanlon (1997) o aproxima daquela Frelimo dos primeiros anos de independência – com a qual provavelmente o próprio Michel Cahen também se identifique. Mazula (1995a), no centro de todo o processo, apresenta um relato esperançoso e otimista. E é justamente por estar enredado nesse emaranhado burocrático – que se perde em seu próprio funcionamento simbólico e organizacional (produzindo assim uma indiferença simbólica, como chama a atenção Herzfeld

(1992, p. 47). A necessidade de descrever os fatos de forma racionalizada e dentro de uma gramática técnico-sociológica, permite a Mazula (1995a) relatar um processo bem sucedido, não só de acordo com os parâmetros da ONU, como também segundo as medidas de teorias em voga no pensamento social da época. As ‘ações comunicativas’ postas em prática, o multiculturalismo representado pelos vários partidos, e o ‘novo sujeito’ – que já não era mais o homem novo moçambicano – traziam a possibilidade de compreender o que se passava no país através de lentes mais estáveis.

A despeito de tal otimismo, o experiente pesquisador das dinâmicas históricas moçambicanas, Cahen (2004) terminava por ainda considerar a Renamo “desconhecida”. Mesmo após o intenso período de acompanhamento durante as eleições. Em 1995 iniciou-se o primeiro governo eleito na história do país, o então presidente Joaquim Chissano, que representava uma parcela mais moderada da Frelimo tinha a sua frente o desafio de lidar com uma pluralidade de atores externos e internos de forma pacífica. Não somente isso, Chissano teve que lidar também com ânimos ainda aflorados por causa da guerra e dos processos que levaram a paz a Moçambique.

3.5 SILÊNCIOS CONVENIENTES

Segundo o sociólogo Carlos Serra (2006), alguns dos dividendos da guerra civil em Moçambique, são os seguintes:

- Um milhão de mortos.
- 2/3 da população em nível de pobreza absoluta.
- Mais 250 mil crianças órfãs.
- Um terço da população desnutrida.
- Mais de sete bilhões de dólares em prejuízos.
- Mais de 1800 escolas destruídas.
- Mais de 150 aldeias e comunidades destruídas.
- Cerca de 4,5 milhões de deslocados internos.
- Mais de 1,5 milhões de refugiados no exterior⁷⁰.

⁷⁰ Oficina de Sociologia (2015b).

Esses são somente alguns dos dados que compõem o mosaico de dificuldades e desafios que o ‘novo’ governo havia de enfrentar. Ao longo da reflexão empreendida neste capítulo, diversas situações evidenciam tentativas de produzir a paz “silenciosamente”. As tensões guardadas na situação que ensejou a discussão deste capítulo se concentraram na moça que se sabia ser filha de um notável da história recente moçambicana. Um conjunto diverso de eventos, além da própria guerra situaram-na em uma posição específica da realidade moçambicana contemporânea, qual seja a de pertencente da elite urbana ligada à Frelimo. De maneira a reforçar esse argumento, trouxe à baila parte da trajetória de minha interlocutora Ana, para evidenciar o processo de distanciamento entre as camadas médias e a elite, ocorrido durante a transição entre socialismo e democracia. Esse processo, que foi silenciosamente sentido por meus interlocutores – e de maneira global, designado por Anne Pitcher como uma ‘preservação transformativa’.

Procurando evidenciar de que forma se operou tal processo, numa escala macrossocial, tomei a contribuição do historiador Yussuf Adam (2006), como uma prerrogativa para não me render aos conflitos já evidenciados no capítulo anterior, entre ‘intelectuais pró-Frelimo’ e ‘revisionistas’. Adam (2006) e Pitcher (2002), neste caso têm em comum demonstrar, em maior ou menor grau, a articulação de agentes importantes deste processo como os membros da cúpula da Frelimo e as agências de ajuda internacional, ainda que com horizontes distintos. Para aqueles à frente do Estado, a proposta de democratização se tornaria mais conveniente, à medida que isso representasse a manutenção de sua posição somada ao aumento de investimentos internacionais. Para a contraparte do conflito, a política poderia ser a continuação da guerra, uma vez que havia um interesse também financeiro em representar outras regionalidades de Moçambique. É dessa forma que, sem tribunais de guerra ou mesmo comissões da verdade que apurassem os fatos e eventos ocorridos durante o conflito de dezesseis anos, ambas as partes assinam o Acordo Geral de Paz em 1992.

Em outra situação, a politóloga Anne Pitcher (2006), sugeriu para dar conta da tentativa atual da Frelimo de disfarçar sua atuação perante à neoliberalização da economia moçambicana, o conceito de “esquecimento organizado”. No entanto, observo o que trouxe ao longo destes dois últimos capítulos mais como um exercício de silenciamento (TROUILLOT, 1995, p. 26). Tanto nas formas como me inteirei do massacre, pelo relato de João Paulo, como nas tensões presentes na Festa da

Independência de Moçambique, operavam silêncios. Esses silêncios podem entrar nas narrativas de quatro maneiras, na criação dos fatos (produção de fontes), na sua reunião (produção de arquivos), na recuperação dos fatos (produção de narrativas), e o momento de significância retrospectiva (em última instância, produção de *história*). Essas operações a que Trouillot (1995) chama a atenção enquanto instrumentos para a compreensão da produção de silêncios nas narrativas históricas não são subordinadas entre si, e tampouco devem ocorrer de maneira isolada. Sendo assim, é possível compreender o Acordo Geral de Paz, enquanto um silenciamento que contém em si essas quatro operações. A impossibilidade de responsabilização dos mais diversos crimes ocorridos durante a guerra, após o acordo de paz, não impediu, no entanto, que houvesse mobilizações locais, ritos de limpeza do derramamento de sangue (conforme demonstraram Paulo Granjo (2007) e Ilundi Cabral 2009)) – nesse caso, não um silenciamento, mas uma restituição da vida após eventos tão violentos.

Retomando a reflexão de Victor Igreja (2008), a respeito dos efeitos da memória da guerra em 1995 e seu uso entre parlamentares dos então partidos Frelimo e Renamo, observou-se que o silêncio acordado entre os dirigentes era tão frágil quanto se imaginava. Entre moçambicanos que não compunham essas cúpulas (ou que ainda não fazem parte dela) a linguagem política possível - entre os desmandos do partido ainda no poder, Frelimo, as condições impostas pelas concepções estrangeiras de governo e resolução de problemas - permanece menos pacificada e mais passiva, gerada sob uma “memória estarecida” (GUERRA HERNÁNDEZ, 2014, p. 202). Ao menos é uma passividade emulada, no que se refere aos moçambicanos em Curitiba, atenta às sutilezas e em constante posição de análise. Compreender de que maneira os silêncios acordados entre os membros da elite política moçambicana foram perdendo a força na atualidade é um dos objetivos do próximo capítulo. Assim, poderei demonstrar a inquietude que marca as análises destes moçambicanos em Curitiba, a respeito dos acontecimentos da política recente em seu país, e porque estar no Brasil permite uma preocupação menor com relação ao que se diz e o que se pensa.

4 AS SOBRE-VIVÊNCIAS DA MEMÓRIA

“... Nós fomos chamados pelo Senhor para romper o silêncio, nós não ficamos em nossas casas como outros, nós somos os escolhidos para lutar pelo nosso país, contra a injustiça, pois nós somos a força moral que mudará os destinos do nosso país...”⁷¹

Após ter apresentado parte das diferenciações que compõem o dia a dia destes moçambicanos, percorri no segundo capítulo as dinâmicas violentas da experiência e da memória da guerra pós-colonial, através das lembranças de João Paulo. Compartilhei algumas das tensões observadas numa festa de comemoração da independência de Moçambique, quando a suposta pertença à elite de uma moça, rememora alguns dos principais atores na transição para a democratização de Moçambique (ou como também pode ser violento o silêncio da performance pacificadora). As nada sutis distinções com relação a quem pode falar a respeito de memórias, ou como, quando e com quem, sinalizam estas como possíveis relações de poder – no sentido trazido por Raymond Aron (1991), no termo *macht*⁷², enquanto potência. São as dinâmicas da memória estarrecida na contemporaneidade política de Moçambique que interessam a este capítulo. É justo pela experiência reconhecida (pelos órgãos internacionais que a executaram) como bem sucedida - de pacificação silenciadora - que me interessa acentuar de que formas a memória ressoa e abala a frágil legitimidade do Estado (e das figuras da Frelimo), através de seu funcionamento, agora democrático e assumidamente multicultural.

Atento mais uma vez aos momentos em que os elementos mnemônicos mobilizam incômodos enraizados nas conversas entre/com meus interlocutores, inicio esse capítulo destacando um dos componentes do ritual que marca a saída destes moçambicanos do Brasil. O ritual em questão é a defesa de dissertação destes pós-graduandos. Em especial, o momento posterior às defesas será o ponto

⁷¹ Oração ecumênica dos Madgermane antes de seus protestos (GUERRA HERNÁNDEZ, 2011, p. 88).

⁷² Especialmente no que se refere ao conceito enquanto desígnio de um tipo de relação que se constitui entre duas ou mais pessoas, mas que ainda não se configura enquanto uma dominação ou uma submissão (ARON, 1991, p. 16). Ou como observa Trouillot (1995, p. 24-26), são as ambiguidades e potencialidades, contidas nas narrativas históricas, que permitem que essas produzam relações de poder.

de partida da análise deste capítulo. É nesse momento após uma concorrida avaliação, e a esperada aprovação, que se reúne os amigos conterrâneos e brasileiros mais próximos para beber cerveja e relembrar momentos da trajetória percorrida. Foram em alguns desses momentos de suspensão do cotidiano silêncio a respeito de questões políticas e suas devidas historicidades, que os mais recentes eventos da política moçambicana foram discutidos e compreendidos.

Para a compreensão de como fatos recentes contêm violências de lógica e função semelhante as da guerra, trarei o acompanhamento feito por intelectuais e periódicos com posições distintas da do governo. A repercussão em sites de notícia entrará também nessa seção, enquanto instrumento importante de expressão dos fatos (fontes), e ao mesmo tempo como leitura possível a respeito de tais fatos. Uma dinâmica que flerta entre a descentralização e a re-centralização das decisões ao longo do período analisado aparece até mesmo nas preocupações acadêmicas destes moçambicanos. Os desmandos da administração de Armando Guebuza na presidência da república no país são analisados e criticados sob uma linha histórica nos meios virtuais (ou principalmente nestes meios virtuais, como *sites* e *blogs*). É nesses espaços onde opera o “não-oficial” que muitos jovens-adultos urbanos, tais como meus interlocutores, aprimoram argumentos e revisam o conhecimento que lhes foi passado na infância. Desses sítios da Internet, saem os argumentos que reverberam nas mesas de bar em Curitiba⁷³.

De uma distância atlântica, meus interlocutores acompanharam eventos assombrosos, como o quase retorno de uma guerra entre Frelimo e Renamo, e a disputa eleitoral que ocorreu após muitas rodadas de renegociação de paz. Nessa disputa, a demora nos resultados gerou a certeza popular de que houve uma fraude no processo eleitoral – e assim a Frelimo mais uma vez venceu as eleições. A ausência de uma base popular por parte do partido ainda no poder leva a democracia moçambicana a cheque. Algumas dessas narrativas dos efeitos da democracia em Moçambique são trazidas a partir de trabalhos etnográficos que me permitem evidenciar distintas camadas de descontentamento, consonantes ao desconforto de meus interlocutores. Os fardos da memória na realidade da dinâmica política e seu funcionamento vivo, mesmo em posicionamentos tão marginais quanto

⁷³ O leitor notará que neste capítulo trarei menos detalhes pessoais a respeito dos sujeitos das situações. Essa é uma das consequências do lugar que passei a ocupar no período final da pesquisa, enquanto amigo, e já não mais como alguém que estuda Moçambique ou um pesquisador interessado em moçambicanos.

os de meus interlocutores, informam os questionamentos e diagnósticos sobre a política moçambicana. As conversas nos momentos pós-defesas continham elementos de diversos eventos da vida no Moçambique posterior a 1994. Os próprios eventos (aos quais me aterei mais à frente), como as eleições e os conflitos em Satundjira, na Serra da Gorongosa, mantêm aceso o sentimento de guerra, mesmo anos após o acordo de paz.

4.1 AS DEFESAS

O material que produzi na observação das defesas de dissertação e posteriores comemorações, teve um ganho qualitativo no período de 2013 ao início de 2015, uma vez que essas foram as defesas assistidas após o convívio (cf. Capítulo 1) que ocorreu em minha casa. Tomar as defesas enquanto momentos rituais, ou *ritos de passagem* do mundo moderno, não seria em si mesmo uma novidade. Tampouco me interessa trazer ao leitor uma descrição minuciosa dos parâmetros epistemológico-políticos que se desenrolam nas ditas defesas (uma vez que a maior parte das defesas que acompanhei foram de Engenharia Florestal).

Para esta análise, interessa levar em conta algumas das situações que ocorreram após as defesas de meus interlocutores. Especificamente, a reunião que ocorre com amigos brasileiros e moçambicanos (geralmente só moçambicanos) nos bares de Curitiba. A maior parte das vezes, a reunião acontece nos bares em que a cerveja é mais barata, ainda que tenham ocorrido ocasiões nas quais fomos para lugares mais caros. Como foram diversas as defesas, trarei especificamente quatro ao longo deste capítulo, em que participei ativamente dos preparativos – enquanto o fotógrafo, e compartilhei de compreensões íntimas da mesma forma que nas festas.

Início partindo do pressuposto que o conteúdo das falas em tais situações deve incorporar uma reflexão sobre as circunstâncias de nosso contato. Essa questão me foi sugerida a partir de pontos levantados por Paul Rabinow, em seu *“Reflections on fieldwork in Morocco”* (RABINOW, 1977, p. 110), a respeito da transitoriedade de sua estadia em campo; ao contrário do autor, as falas e interpretações transitórias no caso, são as de meus interlocutores. Essa modulação na forma pela qual se consideram os movimentos em interlocução, se relaciona também com a difusão de margens ou de marginalidades e, por conseguinte, de centralidades (como diria Pina-Cabral (2000)). O que quero dizer é que as defesas

de dissertação destes moçambicanos, enquanto rito de passagem, marcam uma redefinição de seus lugares sociais (com relação a seu país, e entre eles próprios que vivem temporariamente no Brasil). E, ao mesmo tempo, há uma espécie de indefinição temporária de sua condição, até a outorga de grau de mestre, e subsequente retorno a Moçambique (que nem sempre ocorrem nessa ordem). É o início desse período de indefinição que apresentarei para chamar a atenção com relação a dilemas moçambicanos. A comemoração do fim da avaliação da dissertação marca também o começo dos últimos dias em Curitiba.

Reitero, no entanto, que não possuo elementos para iniciar uma nova (e necessariamente extensa) discussão a respeito de um sentido ritual no cotidiano de meus interlocutores ⁷⁴. A preocupação é evidenciar a possibilidade de se retomar questões das memórias em comum, ou de acessar temas da política moçambicana que são controversos. Assim evito produzir um desuso de conceitos antropológicos que são paralelos à reflexão principal. Portanto, das quatro ocasiões, duas serão tratadas com mais detalhes, justo as que ocorreram anteriormente e que primariamente me informaram a respeito dos conflitos recentes em Moçambique, entre outras coisas.

4.1.1 As defesas de Carlos e José

No dia 17 de fevereiro de 2014, fui até o campus do curso de Engenharia Florestal da UFPR, para assistir à defesa de dissertação de Carlos. Iniciada às 14 horas daquele dia, a defesa foi muito bem sucedida. Junto comigo estavam José, Diego, Armando e Leonardo, e como o processo de avaliação e arguição foi surpreendentemente rápido, às 16 horas já estávamos saindo do campus do Jardim Botânico em direção ao centro de Curitiba – com a exceção de Armando que é muçulmano. Tomamos o ônibus ‘Solitude’ até a praça Carlos Gomes e, de lá, fomos ao Largo da Ordem, no bar “The Farm”.

⁷⁴ Como é o caso da reflexão de Pina-Cabral, que retoma os primórdios da reflexão antropológica acerca de ritos de passagem, como os trabalhos pioneiros de Henri Junod (na parte etnográfica) e Arnold Van Gennep (na formulação de uma teoria mais estruturada) (PINA-CABRAL, 2000, p. 866-867). Não é o caso tampouco retomar toda a atualização da discussão feita por Victor Turner, ao incorporar o sentido processual do rito na estrutura social (PINA-CABRAL, 2000, p. 870; TURNER, 2013).

Conosco estava a namorada de Carlos, Ellen, que é brasileira, filha de um angolano com uma brasileira. O casal chegou um pouco mais tarde que nós, pois necessitaram passar na casa de Carlos para deixar seu computador. Um dos primeiros temas de nossa conversa após começarmos a beber foi a possibilidade ou não de haver a Copa do Mundo da Fifa em Curitiba. Diego e José foram críticos, e apontaram a própria incompetência brasileira, os desvios de dinheiro e a leniência do processo como causas principais – motivos que afetam também, os grandes eventos em África, em especial na África do Sul e em Moçambique. Quando o casal chegou, a comida que havíamos pedido já estava na mesa. Tempo depois, os comentários foram acerca do desempenho de Carlos, e o quanto todos desejam defesas tão rápidas quanto a sua. Ele mesmo, mostrou-se de certa forma incômodo com o pouco debate que seu trabalho gerou, confirmando que gostaria de ter tido mais embates.

Quando começara a escurecer, dois colegas brasileiros de Carlos chegaram e se sentaram próximos a mim. Após nos apresentarmos, não chegamos a estabelecer uma conversa mais interessada. Naquele momento eu estava conversando com Leonardo, sentado ao meu lado. Justamente após me apresentar aos colegas engenheiros brasileiros, perguntei ao Leonardo que achava dos conflitos que estavam ocorrendo em Moçambique, e os outros, ao ouvirem meu questionamento, tentaram todos me responder de imediato que as coisas estavam melhorando. José levantou a situação do último ataque das forças governamentais em Gorongosa, cuja autoria já havia sido confirmada pelas FAM⁷⁵, como um exemplo de que não se pode ter plena certeza disso. Há que se lembrar que José (da Beira) era o único que não havia nascido no Sul de Moçambique que estava naquele dia.

O que estava certo, e foi repetido por mais de um dos engenheiros moçambicanos ali, é que o conflito havia desgastado a imagem da Frelimo de forma incorrigível e que ele (o conflito) não tomaria proporções maiores, porque não há uma adesão de grandes parcelas da população ao conflito. Na sequência, comentou-se sobre o crescimento do partido MDM (Movimento Democrático de Moçambique), como uma alternativa viável às opções de partidos que se apresentam – e ainda, que as pessoas estão começando a enxergar neste partido

⁷⁵Conforme encontrado no periódico MMO Notícias (2014).

uma via que não seja aquela da “Frenamo”. Diego me confidenciaria, praticamente um ano depois, que naqueles dias Carlos lhe havia dito que entre os membros da cúpula da Frelimo havia um acordo explícito e urgente com relação à necessidade de se eliminar Afonso Dhlakama (rumor que tratarei mais adiante). No dia da defesa, não retornaríamos a falar sobre estes assuntos abertamente políticos e pouco tempo depois eu me despedi de meus amigos.

Dez dias depois, estaríamos juntos novamente, para assistir à defesa de José. Apesar de presenciarmos algumas críticas um tanto mais contundentes ao trabalho, nosso destino (eu, José, Carlos, Leonardo e Diego), na sequência da defesa, e subsequente aprovação, era o mesmo. Como havia ocorrido de manhã, ao fim dos trabalhos, nos dirigimos ao Restaurante Universitário do campus, e às 13 horas já estávamos apanhando o ônibus em direção ao centro de Curitiba. Como José preferia os bares próximos à Reitoria da UFPR, nos dirigimos ao “Come-Come”, que era mais barato. Carlos acabou se atrasando pois teve que buscar sua mochila em um dos laboratórios da Engenharia Florestal. José estava realmente muito aliviado naquele dia, e fez questão de nos dizer que éramos seus ‘tropas’ no brinde inicial. Esse desígnio sugere uma proximidade grande, e principalmente uma espécie de lealdade entre amigos – ou como explicou o próprio José: é diferente da relação com irmãos nas quais temos obrigações, com a malta ou a tropa se pode contar nos momentos difíceis, não há interesses ou desconfiança.

Aquela tarde se iniciou com algumas histórias de Leonardo (do sul) e Diego (do norte), que davam aulas de Engenharia Florestal na mesma universidade no Chimoio. A que foi contada com mais cuidado, e ouvida com mais interesse, foi em relação ao dono de uma boate do Chimoio, que se beneficiava de um sistema de favores e subornos com os principais políticos da região, e assim, tinha mais poder na Manica, do que os próprios gestores do Estado. O próprio Leonardo comentou que uma vez esse mesmo dono de boate, ofereceu uma entrada gratuita para seu estabelecimento, a qual meu interlocutor negou, por saber que haviam interesses espúrios por detrás daquele convite.

Mais ou menos passada meia hora, Carlos chegou. Ao iniciar uma conversa o questionando como seria a sua volta a Moçambique, abri um precedente para conversarmos sobre como está a situação política do país. A princípio, fiz uma pergunta geral sobre a volta e o exercício da profissão de engenheiro florestal no país. Tanto Carlos, como os outros, trabalham em Moçambique como professores,

mas ele era o único ali que trabalha na UEM. A preocupação dele era compartilhada por todos, o problema da má administração pública, ou o mau uso dos recursos públicos (o que lembra também, uma das críticas feitas por Tiago, na ocasião da comemoração de sua defesa no ano anterior, quando questionou os investimentos em projetos de amortecimento dos efeitos da pobreza, que além de repetitivos tinham pouco efeito real na vida das pessoas – quando se poderia investir em pesquisas mais avançadas para facilitar a vida das pessoas). E, conseqüentemente, criticou também a corrupção que afeta as mais diversas esferas do Estado moçambicano.

Leonardo interrompeu bruscamente a fala de Carlos para observar que o governo privilegia a região Sul em detrimento das regiões Norte e Centro. Para ele, nos mais diversos aspectos o Sul era privilegiado – sobretudo em se tratando de obras de infraestrutura. Diego e José pareceram concordar com a visão de Leonardo, eu os questionei se de alguma maneira o conflito em Gorongosa⁷⁶ poderia agravar esse quadro de descaso, e a resposta foi negativa por todos eles. Conforme me explicaram, os conflitos de Gorongosa foram casos muito isolados, ou mesmo espalhados, sem um comando específico. Não chegaram a configurar uma demanda política clara – ou eram casos de investidas malsucedidas do governo, ou eram situações de violência geradas por emboscadas de ex-combatentes da Renamo mesmo.

Com respeito aos partidos, a recente vitória do MDM, nas eleições municipais⁷⁷, foi comentada como um fato positivo, para eles Daviz Simango é um político respeitável, ao contrário (pelo que foi dito) de Armando Guebuza⁷⁸ (o então presidente do país e da Frelimo). Guebuza aparece como o grande responsável pelos conflitos existentes em Moçambique – diminuiu o espaço de diálogo com a oposição, organizou inúmeros ataques armados às antigas forças da Renamo, é acusado de corrupção e viu seu patrimônio privado (entre empresas suas e de sua família) crescer consideravelmente nos últimos anos. A crítica à Guebuza não se

⁷⁶ Voltarei com mais rigor de detalhes a respeito dos conflitos da serra de Gorongosa, nas próximas seções.

⁷⁷ Ou conforme alguns meios definem, as eleições autárquicas. As eleições também serão objeto de maior escrutínio nas seções seguintes.

⁷⁸ Armando Guebuza se tornou presidente de Moçambique após o fim do segundo mandato de Joaquim Chissano, no início de 2005. Guebuza saiu do governo em 2015, sucedido por Filipe Nyusi, também da Frelimo.

estende à Frelimo, o partido é visto como um termômetro do bem estar no país, não é a Frelimo que deve deixar o poder, e sim os antigos dirigentes como Guebuza, Sergio Vieira entre outros (outra tendência, conforme Sumich (2007)). Nesse sentido, meus interlocutores todos concordam que a volta de Chissano ao poder (ou pelo menos do grupo dele), seria a via mais aceitável para a dissolução dos conflitos – já que ele compõe uma ala mais pacífica da Frelimo.

Apesar de querer insistir neste ponto, para entender melhor do que falavam os engenheiros, a conversa teve outro rumo. A discussão passou a ser as diferentes versões dos fatos que hoje compõem a história oficial do país, especificamente com relação ao primeiro tiro da guerra de independência. A história conta que Alberto Chipande foi o responsável pelo primeiro tiro da guerra de independência, na noite de 25 de setembro de 1964, no posto administrativo de Chai. A contestação à história oficial se encontra no livro “Moçambique – 10 anos de paz”⁷⁹. O comentário acerca da possibilidade da história oficial não estar correta trouxe um incômodo, partilhado por meus interlocutores, afinal o que é verdade na história contada pela Frelimo? E mais, como se pode continuar a ensinar isso nas escolas moçambicanas? De novo, essas inverdades ensinadas traziam um descontentamento geral com o país, mas, sobretudo, com a cúpula da Frelimo. Ainda assim, Carlos comentou que havia visitado o local do primeiro tiro, e que mesmo que não se soubesse da veracidade da história, pôde sentir que havia algo de diferente naquele local só pelo fato de saber que sem dúvidas a guerra passou por ali⁸⁰.

Ao cair da tarde, nos despedimos, para nos reencontrarmos – no mesmo dia – no pagode que José tanto insistiu para que fôssemos, e assim concluirmos nossas participações enquanto “tropas”.

4.1.2 Um período de difícil apreensão

Apesar de ter apresentado no final do capítulo anterior processos importantes para a constituição da paz em Moçambique – mesmo que alguns

⁷⁹ Sobre o livro do jornalista Guilherme de Melo, e a contestação da história, tal como contada pelos registros da Frelimo (O PAIS, 2014).

⁸⁰ Há que se lembrar que a média de idade destes moçambicanos está entre 30 e 40 anos, o que significa que eles, quando novos, foram formados dentro do projeto educacional do Sistema Nacional de Educação – SNE, implantado pela Frelimo, nos anos 1980 (MAZULA, 1995b). Portanto os símbolos cultivados no período socialista tem uma enorme importância para eles.

fossem silenciamentos violentos – o que parece se observar no período atual é um estado de coisas que depende de um conjunto de relações perversas para se manter. Mesmo com todos os rituais de pacificação dos espíritos e com a festejada democratização, há uma incômoda situação de dependência dos planos da cúpula da Frelimo. Por conseguinte, isto motiva críticas ao próprio período democrático. Ou melhor dizendo, não é um problema do partido Frelimo, e sim de algumas de suas principais personagens – e da legitimidade de que gozavam perante uma memória tantas vezes reforçada, nos bancos escolares e nos discursos políticos. Uma crítica às benesses de uma transição que deu aos membros da elite política moçambicana, status de elite cosmopolita, num circuito global.

É nesse aspecto que se compreende a insatisfação de meus interlocutores, a partir da perspectiva de mudanças que se construiu na transição democrática. Os principais agentes desse processo continuaram atuando no período que o antropólogo Juan Obarrio definiu enquanto Estado de Ajuste Estrutural (OBARRIO, 2014). Há certamente uma consonância com Macagno (2014, p. 263) na compreensão da importância dos efeitos que as diretrizes políticas de órgãos internacionais produziram no período pós-socialista. Ambos, ainda mais críticos que a conclusão sarcástica de Peter Fry, quando diz:

Em suma, a guerra civil em Moçambique, como um acontecimento crítico, anunciou não apenas o fim do socialismo e sua substituição pela “democracia” e a “economia de mercado”; ela resultou também no surgimento de sérias dúvidas sobre o valor dos velhos universalismos da “assimilação” e do “marxismo-leninismo” e na introdução dos imperativos discursivos da “diversidade” e do “multiculturalismo” (FRY, 2005, p. 77).

Não se deve, no entanto, “culpar” o experiente antropólogo anglo-brasileiro, e sim considerar o tempo das análises, e o que decorre dele. Ou ainda como observa Macagno (2014), no que diz respeito às análises das políticas culturais e educacionais do período pós-socialista: “entretanto – e felizmente –, as chamadas políticas culturais e as análises sobre a cultura não compartilham a mesma temporalidade.” (MACAGNO, 2014, p. 266). Nesse caso, tanto Macagno quanto Obarrio oferecem análises distanciadas e sensíveis às permanências históricas, tão importantes para o momento pós-colonial, como apontou Pina-Cabral (2004, p. 384). Mais que ter em conta as dinâmicas históricas, é se permitir observar as maneiras pelas quais os agentes se modulam para manter silenciadas as memórias, ou mesmo mudam o discurso para permanecer na estrutura de poder. A ideia de ‘Ajuste

Estrutural' vem da gramática da cooperação internacional (ou como explica Obarrio, é o termo usado para o financiamento de reformas políticas e econômicas fornecido e modulado por agências internacionais de crédito que passam a manter um controle paralelo das políticas a serem aplicadas), é através dessa condição que se procuram produzir políticas que solucionem os problemas decorrentes da pobreza e da diversidade cultural de Moçambique.

Nesse jogo de tentativa de acertos, e de muitos erros, reformas no ordenamento jurídico e nas institucionalidades, como por exemplo, a lei de Terras de 1997 e as cortes costumeiras (ou consuetudinárias) definidas no início dos anos 2000, emulam a disputa entre Renamo e Frelimo. Não somente isso, mas as causas que motivaram o conflito parecem ser reforçadas por outras vias, ou sob um novo repertório de atores – ONG's, agências de cooperação e empresas privadas – que seguem produzindo um condicionamento de atuação bifurcado para a população.

Aqui, estou fazendo referência à reflexão de Mahmood Mamdani (1996) (cf. Cap. 2), e as distinções nas políticas direcionadas para zonas urbanas e zonas rurais. Reforçando essa situação, o período pós-socialista fica marcado pela incorporação da lógica de mercado pelas elites locais e nacionais – conforme o antropólogo britânico, Harry West (2008, p. 349) descreve em duas distintas ocasiões (e quando afirma, “de facto, as elites ocuparam *como empresários privados* alguns dos espaços de onde se tinham, simultaneamente, retirado *como agentes do Estado*.” (WEST, 2009, p. 276)). Jason Sumich (2007) corrobora dessas conclusões, tendo em seu horizonte os membros da elite urbana ligada à Frelimo em Maputo.

O descontentamento com a atuação estatal atual, nas diversas esferas, ou nas múltiplas margens do Estado em Moçambique (ASAD, 2004), está diretamente relacionado às mudanças nos condicionamentos de seu funcionamento. A percepção de que a linha divisória entre os negócios pessoais e os negócios públicos das elites no poder está borrada chegou ao esgotamento nos últimos dois anos. É sobre esse processo que me debruçarei na próxima seção.

4.2 O ESGOTAMENTO DA LEGITIMIDADE

Deixe em paz meu coração, que ele é um copo até
aqui de mágoa. E qualquer desatenção, faça não,
pode ser a gota d'água.
(Chico Buarque)

Abordar as diversas maneiras pelas quais a legitimidade do Estado moçambicano se esgotou nos últimos anos não é uma tarefa simples. O primeiro motivo para isso é justamente o fato de que o contentamento com o Estado jamais foi pleno entre as populações que conformam Moçambique. No entanto, um breve período no que se seguiu ao processo de pacificação, ficou marcado por um otimismo com relação às possibilidades de mudança do país. Principalmente por parte dos agentes de cooperação e dos membros das elites urbanas do sul do país. No mais, a grande maioria da população se recuperava através de rituais de limpeza e retornando às suas casas. Havia, portanto, uma expectativa na fase que se iniciava.

Ainda assim, trabalhos antropológicos produzidos a partir segunda metade dos anos 1990, em Moçambique, demonstraram que nas diversas áreas de atuação, o governo nacional atuava ou em favor do partido no poder (ainda a Frelimo), ou sob a égide de princípios estabelecidos em cartilhas de organizações internacionais como o Banco Mundial e o FMI.

Diante da pluralidade de textos e análises, opto aqui por trazer parte da reflexão feita por Teresa Guile Nube (2013), sob o viés da Engenharia Florestal. Essa escolha se dá pois me parece que o caso trabalhado por ela contém algumas das características mais marcantes desse período: a ingerência de empresas estrangeiras na vida da população rural de Moçambique e o caráter multiculturalista das mudanças na legislação – observando o caso da lei de Terras de Moçambique; ou pode se dizer que é uma situação que demonstra, como descreve Obarrio (2014: Introdução), o disfarce da política econômica neoliberal, sob o manto de um viés multiculturalista, que foi utilizado como uma forma de política de “verdade e reconciliação” implícita, entre governo e populações rurais. Dessa forma, trago algo que está no horizonte de preocupações de meus interlocutores e que permite uma visualização mais clara das insatisfações deste período recente.

4.2.1 Os desusos da Lei de Terras

Como afirmei acima, a aprovação da lei de Terras, em 1997, foi de extrema importância para a instauração de uma nova toada na relação entre Estado e a zona rural, mediada agora, também pelo mercado. Joseph Hanlon, no artigo “Renewed Land Debate and the ‘Cargo Cult’ in Mozambique” (HANLON, 2004), produz uma

análise dos desenvolvimentos do debate acerca da lei, frisando sobretudo a parte rural.

Hanlon (2004, p. 605) demonstra que a discussão a respeito das terras havia iniciado em 1995, mesmo assim, a aprovação em 1997 ocorreu cercada por controvérsias entre o conselho de ministros e a Assembleia da República – AR. Nos anos de 1998 e 2000, novas regulações para a parte das áreas rurais e a delimitação de terras comunitárias foram aprovadas. Essas duas regulamentações posteriores têm efeitos importantes nas políticas de terras: O primeiro é a definição do direito de uso de terras agrícolas por três vias – a ocupação tradicional de indivíduos ou comunidades (direito de ocupação permanente); a ocupação em “boa fé” de ao menos dez anos (direito de ocupação permanente); e, moçambicanos e estrangeiros (companhias ou indivíduos) podem ser autorizados pelo governo a usar as terras num período de cinquenta anos (uma liberação que pode ser renovada no fim do prazo). A segunda regulamentação (que é considerada inovadora) é a definição legal de “comunidade local”, que seria “um grupo de famílias e indivíduos vivendo em uma área definida, menor que a localidade, que quer salvaguardar seus comuns interesses pela proteção de sua área habitada, suas áreas de plantação cultivadas ou não, florestas, lugares de importância sociocultural, pasto, fontes de água e áreas de expansão” (HANLON, 2004, p. 605).

É sob essas definições imprecisas de comunidades locais e de usos da terra, que se observam também, processos de atualização da retórica que regem as políticas direcionadas às populações rurais – em outras palavras, mais consonante com definições e políticas do Banco Mundial e do FMI⁸¹. Se por um lado o princípio da lei nº17/97 de que as terras moçambicanas pertencem ao Estado se manteve, por outro, as mudanças ‘técnicas’ acordadas no ano 2000 permitiram que as comunidades pudessem negociar contratos diretamente com as empresas interessadas no uso das terras. Esse contato deve incluir uma consulta pública aos nativos de cada região, e a emissão de certificados garantindo os acordos com

⁸¹ Macagno (2014, p. 261-265), ao desenvolver uma reflexão a respeito das políticas multiculturalistas de valorização da diversidade linguística em Moçambique, evidencia uma questão importante: a falsa oposição entre o assimilacionismo (do período colonial; que pode se dizer que teve uma versão socialista sob as imposições do ‘homem novo’) e o multiculturalismo recente. Na tentativa de ‘empoderar’ as populações da zona rural, uma nova figura legal surge: a comunidade local. Mais que uma reparação do passado, essa definição operou como um tributo às outras tentativas de modernizar o campo.

relação ao uso ou não das terras em questão. Como se demonstra no trabalho da engenheira florestal, esse nem sempre é o caso.

Teresa Nube (2013), que trabalha na Direção Nacional de Terras e Florestas de Moçambique – DNTF, lida com a análise e desenvolvimento de dados acerca da produção florestal do país. Suas pesquisas servem de base para a criação de políticas de desenvolvimento florestal junto às populações rurais. Logo, suas preocupações estão voltadas para descompassos que surgem entre empresas florestais privadas e as populações rurais. Para seu trabalho, a engenheira utilizou a aplicação de *surveys* entre os moradores de três distritos da província do Niassa: Lago, Sanga e Lichinga. O caso estudado por ela é um exemplo do que pode ocorrer sob a nova configuração legal: as empresas privadas iniciam o diálogo com os povoados, ou as chefias locais, oferecendo empregos e melhorias nas vias de acesso, em troca do uso das terras para plantios florestais⁸². Em troca, são oferecidos empregos nas empresas. Assim os moradores cedem suas terras de cultivo aos investidores para fins silviculturais. Apesar de Hanlon (2004, p. 606) afirmar em seu artigo que até o fim de 2002 não havia contratos entre empresas e comunidades, Nube (2013, p. 29 *apud* DNTF, 2012) explica que as experiências bem sucedidas de *manejo sustentável* geraram, de 2005 a 2011, benefícios em valores de mais de 3,5 milhões de dólares para mais de 850 comunidades. O que ela não deixa claro, entretanto, é o quanto em benefícios esse tipo de manejo da terra legou para as empresas.

Em suas conclusões, Teresa Nube (2013) observou as incongruências que não estariam previstas nas ofertas de emprego das empresas – o controle sobre o que se estava plantando e como (proibição das queimadas), o agravamento das condições de vida daqueles que não conseguiram emprego (por falta de educação formal) e a apropriação indevida de terras (camponeses que estendem suas *machambas* até as propriedades da empresa – ou o contrário, empresas surrupiando terras de camponeses). Conforme a autora demonstra a negociação das terras em troca de empregos, é feita com pouca explanação a respeito das condições do acordo, o que é agudizado pela condição de analfabetismo de maior parte da população rural do país. Essa situação é potencializada ainda, pela falta de

⁸² Conforme Nube (2013, p. 17) explica em seu trabalho as plantações florestais são uma espécie de florestas domesticadas para fins comerciais: a venda de lenha, a produção de carvão vegetal entre outros.

fiscalização e controle do Estado – bem como da pouca atuação de organizações não-governamentais – ONG's e outros movimentos da sociedade civil. Para além das populações, os condicionamentos ambientais também são burlados – com a criação de plantios nas margens de rios e em curvas de estrada. Sendo assim, não se pode negar que há um aumento nas oportunidades de emprego para os moradores das localidades, o que não é possível contabilizar, são os danos sociais e ambientais que esse contato direto produz.

A autora, em seu diagnóstico da produção florestal no Niassa⁸³, demonstra alguns dos descompassos entre a preocupação de agentes do Estado em desenvolver as zonas rurais, diretores de empresas e a população que detém um 'poder' de aprovar ou não o uso comercial da terra. Conforme Joseph Hanlon (2004, p. 619) observa, nas altas cúpulas de decisão das mudanças legais, há uma disputa entre governo e doadores, para saber quem irá desenvolver Moçambique – essa se desenrola nos mínimos detalhes da própria legislação, como nos debates acerca da delimitação e da frustrada tentativa de privatizar as terras. No âmbito das disputas locais, o acúmulo de poder e dinheiro tem sido o objetivo principal, tanto de lideranças comunitárias, como de agentes do Estado, ou de representantes de empresas. Essa lógica acaba por vezes agudizando algumas das desigualdades que já existiam nessas regiões, como no caso das mulheres no interior da província de Nampula. Quem comentou a respeito dessa questão foi Mariana, em uma entrevista:

Meu país tem um grande nível de analfabetismo, nas mulheres pior. As mulheres não vão, não tem acesso à educação. O que acontece, por exemplo, eu agora no norte é que senti que o nível de analfabetismo é grande. E as mulheres, é raro se encontrar uma mulher no campo, na zona rural que saiba fazer as contas, escrever, que saiba assinar. Então eu tive uma experiência que eu conversava com elas e eu dizia que eu também sou mulher, eu nasci, cresci, meus pais não são nada de especial. Mas foram à escola e elas podiam mudar, tentar pelo menos durante as atividades, fazerem duas aulas, aprenderem a escrever que é uma mais-valia pra elas. E nós conseguimos organizar algumas (...) porque em algumas comunidades quando as pessoas fazem negócio, as mulheres já vão à escola. E eu lembro uma vez numa visita elas disseram que “a engenheira sempre fala que a caneta, vai ser a nossa arma”, isso pra mim (...) e ainda pediam cadernos e canetas...⁸⁴

⁸³ Relembro que em 1979, engenheiros brasileiros da UFPR fizeram o primeiro inventário florestal da região. Alguns deles são professores hoje dos engenheiros que vem de Moçambique. Sobre brasileiros em Moçambique no período da ditadura militar no Brasil. (AZEVEDO, 2013).

⁸⁴ Esse trecho de entrevista também ensejou outra reflexão, em Castillo de Macedo (2013a).

Como se pode ver, a política adotada para as zonas rurais, da forma como foi implementada, sob a lógica de mercado, não resolveu alguns problemas mais elementares da situação do campo em Moçambique. Juan Obarrio (2014), que descreve em seu livro, o funcionamento de Tribunais Consuetudinários nas localidades do norte do país, também se mostra sensível à condição das mulheres na periferia da cidade de Nampula – para além das perversidades decorrentes das determinações da Lei de Terras. Obarrio (2014, Cap.5) observa o funcionamento de ordenamentos jurídicos distintos e por vezes contraditórios (local X nacional), mas que pouco contribuem para enfrentar as desigualdades da micropolítica cotidiana.

4.2.2 As comunidades locais e a autoridade tradicional

A marginalidade das populações rurais – seja ela social, econômica ou política – é fruto também de tramas produzidas entre agentes do Estado, chefes locais e representantes de empresas e organizações privadas. Esses três atores têm produzido inúmeras situações de conflito nas zonas rurais. Desde o descaso na fiscalização de terras usurpadas por empresas (por parte de burocratas ou de chefias que se beneficiam da presença das empresas), até o uso de *poderes invisíveis* na resolução de crises de representatividade. Harry West (2008, 2009) demonstra que, em alguns casos, a democracia é responsabilizada por instaurar uma ordem que tolera todas as práticas de feitiçaria local. O mesmo autor, em um trabalho mais antigo (WEST; KLOECK-JENSON, 1999), aponta para a posição intermediária que ocupam as então chamadas ‘autoridades tradicionais’ nessa nova composição da interação entre Estado e os grupos que conformam o social em Moçambique. Há, inclusive, uma espécie de caráter preditivo em algumas de suas conclusões a respeito das possíveis consequências de uma estabilização estatal da ideia de autoridade tradicional – sem a compreensão das suas distinções e dos diferentes tipos de autoridade que se conformaram historicamente. Conforme afirma:

Demandar que um régulo fale em nome de sua comunidade na concessão de terras locais ou disputas, por exemplo, pode ser dar a ele um poder considerado altamente não-tradicional por sua comunidade e pode contribuir para o abuso de poder naquele nível, ao encontrar maneiras para incluir figuras de ‘autoridade tradicional’ de um nível mais baixo nessas decisões e processos pode ser um meio bem efetivo de garantir que os

interesses da comunidade estejam protegidos (WEST; KLOECK-JENSON, 1999, p. 484)⁸⁵

A análise do artigo chama a atenção para as especificidades históricas e regionais de cada localidade. Para o autor, aceitar a legitimidade de lideranças locais não deve olvidar a maneira como as pessoas se relacionam com ditas lideranças. As possibilidades observadas por West, nesse trecho, acabam sendo adotadas como política de Estado a partir do decreto 15/2000 que reconhece a existência de autoridades tradicionais, e como uma profecia auto-cumprida, Tornimbeni (2007, 485) descreve consequências do que para os chefes locais “sempre foi assim”.

O que tanto Tornimbeni (2007) como West e Kloeck-Jenson (1999) estão chamando a atenção, é que para a população essa aproximação entre Estado e chefias locais emula a atuação dos régulos no período colonial. Apesar da atenção de Tornimbeni se voltar mais para as formas de controle da mobilidade (e como elas contêm elementos de tempos distintos de Moçambique, como as ‘guias de marcha’ do período socialista, ou as apresentações aos chefes locais) há uma demonstração da ambígua relação que se depreendeu entre Estado e estas então chamadas ‘autoridades comunitárias’. Fernando Florêncio (2005), em sua análise das relações entre Estado e o poder tradicional, já havia apontado para essa questão, sobretudo pelas semelhanças nas atribuições definidas legalmente aos chefes pelo decreto e a RAU (Reforma Administrativa Ultramarina) de 1933 - nesse processo de institucionalização da descentralização administrativa pelo qual Moçambique aparentemente passava (FLORENCIO, 2005, p. 126;276). O artigo 5º do decreto demonstra algumas das disputas simbólicas “previstas em lei”:

No exercício de suas funções, as autoridades comunitárias gozam dos seguintes direitos ou regalias: a) Ser reconhecidas e respeitadas como representantes das respectivas comunidades; b) Usar os símbolos da República; c) Participar nas cerimónias organizadas localmente pelas autoridades administrativas do Estado; d) Usar fardamento ou distintivo próprio; e) Receber um subsídio resultante da sua participação na cobrança de impostos.

⁸⁵Mandating a régulo to speak on behalf of his community in relation to local land concessions or disputes, for example, might be to give him a power considered highly untraditional by his community and might contribute to the abuse of power at that level, while finding ways to include lower level ‘traditional authority’ figures in these decisions and processes might be a very effective means of insuring that community interests be protected. Tradução Livre.

Esses condicionamentos demonstram a forma pela qual os membros da AR pensavam delimitar os espaços de atuação das lideranças locais. Ao mesmo tempo há uma preocupação que opera enquanto uma permanência, qual seja, o reconhecimento de uma diversidade que não fragmente a unidade nacional⁸⁶. Relatos como os de Tornimbeni (2007) e Florêncio (2005) demonstram que as chefias locais podem, quando lhes interessa, fazer as vezes do Estado, representar as empresas estrangeiras ou ainda responder os problemas que surgem segundo os parâmetros tradicionais. Estas estratégias conformam uma tendência descentralizadora do governo moçambicano, no início do período democrático. O refreamento desse movimento e as tentativas de re-centralização das decisões desencadeiam o que culminou na atual crise política que vive Moçambique, são consequências de uma preocupação unitarista.

4.2.3 A re-centralização

Apesar dos acordos, dos silêncios e dos novos condicionamentos materiais, a preocupação com a unicidade (CAHEN, 1996) da nação moçambicana nunca saiu do horizonte dos membros da cúpula da Frelimo. Na forma pela qual foi disposta, a descentralização (ou o que Florêncio (2005, p. 276) chama *o processo de formação do Estado Distrital*), emulou as divisões partidárias que disputam o governo central. Assim, nas diferentes regiões de Moçambique, as populações fortaleceram mais aquelas agremiações com as quais se identificavam. Como mesmo depois da democratização a Frelimo se manteve no comando das instituições nacionais, a população de regiões como o Centro (onde Fernando Florêncio fez sua etnografia), observam a influência do partido no Estado de maneira negativa. Da mesma forma, em outras paragens do país, como entre os Makonde, no Norte, encara-se essa ligação entre partido e Estado com maior otimismo.

Esse posicionamento com relação ao Estado (e à Frelimo) é modulado também, entre outras coisas, pela memória dos tempos de guerra. West e Kloeck-

⁸⁶ É interessante ter em conta que Weber (1964[1922]:33), ao retomar a distinção de Tönnies entre Comunidade (*Geimenschaft*) e Sociedade (*Gesellschaft*), prefere se utilizar de uma terminologia mais dinâmica com os termos *Vergesellschaftung* (processo de associação) e *Vergemeinschaftung* (processo de comunhão) - segundo a nota do tradutor. Observa-se, nesse caso, que produzindo uma nova acepção da sociedade moçambicana (pluralista e multicultural), se reforçavam antigas formas de comunidade – sendo ambos processos em movimento, não estáveis, diferentemente de como se costuma compreender. Voltarei mais à frente a essa questão em diálogo com a reflexão de Michel Cahen (CAHEN, 1996).

Jenson (1999, p. 479), descrevem, por exemplo, uma situação ocorrida na província da Zambézia, onde duas autoridades tradicionais que são parentes entre si, de uma mesma localidade, disputam o poder entre os conterrâneos enquanto secretários dos dois maiores partidos do país (Renamo e Frelimo). A contenda entre essas duas forças políticas dividia-se também com outros posicionamentos no cenário local como afirma Florêncio (2005, p. 276) “(...) além das autoridades tradicionais, as autoridades estatais, as organizações não governamentais, as organizações partidárias da Frelimo e da Renamo, os diferentes líderes religiosos, comerciantes e *big men* locais”⁸⁷. Essa sendo uma dinâmica própria do período que se vive, terminou por chamar a atenção dos membros da cúpula do partido no poder central, ao longo dos anos 2000.

O antropólogo Victor Igreja evidencia essa ‘atenção’ ou tensão, rememorando conflitos gerados por duas iniciativas de se homenagear André Matsangaíssa (primeiro líder da Renamo, ver capítulo 2), a primeira em 1997, em Gorongosa e a segunda na Beira, no ano de 2007. Em Gorongosa, uma comissão da Renamo havia se reunido para homenagear seu antigo líder, e construir um sepulcro para ele, uma vez que foi lá, em uma batalha contra soldados da Frelimo, que ele morreu. Apesar do secretário e administrador da época (membro da Frelimo) haver permitido a ocorrência da cerimônia, ele se recusou a aceitar a construção da tumba para uma figura tão desprezada pela história oficial de Moçambique.

A segunda situação trazida pelo autor decorre da promulgação da lei 02/97, que criaria o enquadramento legal para a criação de municipalidades descentralizadas. Em especial, o artigo 45 dessa lei, determinava em suas alíneas a possibilidade das autarquias locais definirem os nomes de logradouros municipais. Após uma breve controvérsia, ficou decidido que a decisão final dos nomes deve ser somente comunicada à Assembleia da República⁸⁸. No ano de 2007, a assembleia municipal da cidade da Beira decide nomear uma rotatória de André Matsangaíssa, na qual se construiu também uma estátua. Apesar das determinações da lei das municipalidades nacional, a assembleia municipal que na época era de maioria da

⁸⁷ Como a história de meus interlocutores, Leonardo e Diego, a respeito do dono de uma boate no Chimoio, no início deste capítulo.

⁸⁸ Segundo o relato de Igreja (2013, p. 324), os deputados da Frelimo “dormiam”, enquanto as alíneas ‘s’ e ‘t’ eram alteradas. Nessa discussão se definiu que as Assembleias Municipais só teriam que “comunicar” as alterações no nome de logradouros, ao invés de “propor”, como estava na primeira versão do texto.

Renamo, e o presidente do município (Daviz Simango, ainda na Renamo), aprovaram a mudança. A saída de Simango do partido, em 2008, no entanto, produziu uma situação anômala, em que integrantes da Renamo não consideravam a estátua um feito que interessasse ao partido, e boicotaram a sua inauguração⁸⁹.

Para além das engenharias legais que pretendem manter o controle completo da vida política local pelas instâncias centrais, há uma disputa simbólica em jogo. A criação e definição dos heróis nacionais, é uma operação de profunda importância nesse caso⁹⁰. A cidade da Beira, naquele período (e ainda hoje) era vista como um dos redutos da oposição à Frelimo e à hegemonia política e econômica do Sul. A oposição política regional passava a ser dessa maneira uma fratura na história contada e defendida pelos dirigentes no poder – sempre com a “política enquanto medida de todos os heróis”, como conclui Serra (2015b). Foi assim que se estabeleceu a construção de uma estátua de Samora Machel em todas as capitais provinciais de Moçambique, nesse período. Em uma reflexão anterior a respeito de biografias dos heróis da nação, Cristiano Matshine (2001, p. 220) chama a atenção para o quanto figuras como Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano, Sérgio Vieira e Alberto Chipande são oficialmente vistos com melhores olhos que outros como Uria Simango e Lázaro Nkavandame. Em lugares como a cidade da Beira, personagens referenciais da história moçambicana, como Samora Machel e Eduardo Mondlane, dividem sua legitimidade nacional com outros nomes que ajudaram a constituir historicamente a oposição à Frelimo.

Não obstante, como observou-se no início deste capítulo, as elucubrações a respeito da memória (como, por exemplo, a dúvida se Alberto Chipande foi ou não o primeiro a dar o tiro da guerra de libertação) – e seus heróis, opera segundo princípios próprios. A saber, mesmo essa interrogação histórica, trazida por meus interlocutores, não é suficiente para tirar o valor daquela luta armada e de seus vestígios. Mas enquanto a política for a medida para os heróis, as lutas simbólicas poderão ter consequências drasticamente materiais – como se viu na sequência dos relatos de Igreja.

⁸⁹ No ano de 2012, o jornal “A Verdade” anunciou que a estátua foi destruída, não se sabe por quem exatamente, as suspeitas indicavam que membros da Renamo estavam no local momentos depois do ocorrido.

⁹⁰ Conforme observa o sociólogo moçambicano Carlos Serra no texto “O conflito na produção de Heróis em Moçambique (8)” (OFICINA DE SOCIOLOGIA, 2015b).

No mesmo ano da aprovação do nome da rotatória (2007), e da instalação da escultura em homenagem à Matsangaíssa, os deputados da AR aprovaram uma proposta para mesclar as alíneas ‘s’ e ‘t’ do artigo nº 45 da lei 02/97. Dessa forma, eles garantiam que a nomeação de logradouros urbanos deveria passar por aprovação do poder central. Essa medida foi uma dentre algumas, aprovadas nesse período dos anos 2000, em que a população moçambicana passou a conviver com a sensação descrita por Victor Igreja (2013, p. 331), de que o país e suas instituições ‘*pertencem*’ à cúpula da Frelimo. Pensadores moçambicanos de outras áreas produziram reflexões que concordavam em alguma medida com o exposto por Igreja, como é o caso do prefácio do jurista franco-moçambicano Gilles Cistac para o livro de Eduardo Chiziane (IGREJA, 2013 *apud* CISTAC, 2011) – apesar deste criticar tanto a Frelimo por retirar a autonomia administrativa das autarquias, como a Renamo por sua fraqueza política.

Além dos casos citados, houve outras manobras jurídicas que reforçaram o movimento de re-centralização das decisões. O principal, é que está em execução uma coação do aparelho estatal que opera nos mais diversos âmbitos da vida política. Se, de fato, como conclui Igreja em seu artigo, existem fraturas no que se compreende como a cúpula da Frelimo – tendo em conta as movimentações contraditórias de seus representantes nas decisões da AR – não se pode negar, por outro lado, que mesmo aqueles que internamente se opõem à concentração de poderes são coniventes com as ações possessivas da unicidade defendida pelo partido (talvez o que Sumich (2008), chama de “campo unificador”, cf. Capítulo 3). Aliás, talvez seja nesse ponto que se encontra o resíduo comum a todos os desmandos relatados através de trabalhos antropológicos, ou mesmo por moçambicanos que vivem em Curitiba. O controle e a posse da história do país que se mescla com a história do partido foram ameaçados desde os questionamentos produzidos pelas consequências da guerra civil. Essas atuações reiteradas, em nome de uma unidade essencializada da nação, acabaram extenuando a legitimidade do governo perante as populações que já não se relacionavam tão bem com a autoridade do partido (em especial no Norte e no Centro do país).

À medida que a atuação do Estado mais uma vez se identificava com os interesses do partido, comunidades de regiões afetadas pela concentração de capital financeiro e político do Sul do país, terminam por consolidar memórias nas margens daquela narrativa estabelecida e defendida oficialmente – como se o

movimento de ‘associação’ (da nação sob interesses do partido) como o define Weber (1964, p. 33), terminasse por definir o processo de ‘comunhão’ (de diversas comunidades das zonas rurais). É somente através de medidas administrativas e burocráticas, sob o funcionamento legal que membros da Frelimo articulam a concentração de capital político – uma vez que nesse período de democratização, o capital financeiro se concentrava na ação de doadores e empresas estrangeiras. Neste ponto, não posso deixar de concordar com Macagno (2014, p. 266) e Obarrio (2014, Cap.3), que para evitar conclusões apressadas, é necessário olhar para esses processos segundo uma perspectiva de *longue durée*⁹¹ ou de longa duração – em outras palavras, a consideração da duração de algumas relações e o caráter processual dos pequenos movimentos que a compõem.

É considerando também os períodos analisados nos capítulos anteriores, as memórias e os respectivos sentimentos que elas mobilizam, e como eles retornam, que posso observar de que maneiras os dirigentes da Frelimo foram desgastando as formas de legitimidade que mantinham (WEBER, 1964, p. 27), bem como a viabilidade de alguma dominação mais estabelecida em Moçambique (WEBER, 1964, p. 171). Ainda se o projeto unitarista do partido no poder (CAHEN, 1996, p. 22) se movimentasse somente pelas flâmulas da produção simbólica, os efeitos práticos seriam menos evidentes. Entretanto, como apresentarei a seguir os canais de diálogo institucionalizado não foram o suficiente para conter a suspensão dos acordos de paz em 2013.

4.2.4 Satundjira e os conflitos recentes

Custou-me algum tempo, ao longo da pesquisa, para compreender como dar ganho analítico para as conversas que ocorriam nos momentos posteriores às defesas. Não bastava repetir opiniões, era necessário compreender as condições de fala e os sentidos que as mobilizavam.

Por isso, no início do ano de 2015, enquanto discutia com o sociólogo Alexandre alguns dos percursos de minha pesquisa, ele me explicou que um motivo para outros moçambicanos que estavam em Curitiba não comentarem os conflitos

⁹¹ Termo cunhado pelo historiador francês Fernand Braudel, um dos principais pensadores dos *Annales*, para uma melhor compreensão dos debates entre o que foi chamado a Nova História e o Estruturalismo Francês (BRAUDEL, 1958).

ocorridos nos dois anos anteriores, é simplesmente porque as pessoas preferiam não ficar falando mal de seu país estando fora dele. O que talvez reverberava em minhas preocupações, foi justamente uma exposição do caráter militar das principais agremiações políticas em Moçambique, que me apresentou Michel Cahen (CASTILLO DE MACEDO & MALOA, 2013). Por outro lado, Guerra Hernández (2011, p. 89) aponta que segundo a percepção de seus interlocutores – madgermanes – “(...) em Moçambique existe uma relativa passividade e, por vezes, temor por parte dos setores sociais de demonstrar seu descontentamento(...)”. É com essa preocupação como norte que exponho alguns dos eventos que tornaram essa dinâmica política ainda mais violenta⁹².

Desde a reeleição de Joaquim Chissano, na segunda eleição presidencial (1999), partidários da Renamo protestaram contra as formas pelas quais ocorreram as eleições. Naquela ocasião, os observadores internacionais afirmaram que o processo ocorreu sem irregularidades, apesar do próprio líder da Renamo, Dhlakama também acusar fraudes. No final de 2004, a população moçambicana elegeu Armando Guebuza, representante da Frelimo, nascido em Nampula – à diferença dos outros líderes do partido ele não é da província de Gaza, como Mondlane, Machel ou Chissano. Apesar dos resultados eleitorais acusarem uma vitória com 75% dos votos favoráveis, os observadores afirmaram que a atuação da Comissão Nacional de Eleições não havia sido transparente.

Guerra Hernández, em sua investigação dos conflitos entre o governo e o Madgermanes, descreve a ocorrência de protestos semanais destes trabalhadores na cidade de Maputo. Os protestos desse agrupamento de moçambicanos retornados da Alemanha socialista tiveram início nos anos 2000, e apesar de sofrerem com a violência policial em momentos distintos, sua reivindicação passou a ter um caráter rotineiro para os maputenses. Da mesma forma, Guerra aponta também (GUERRA HERNÁNDEZ, 2011, p. 194) que a capital fora palco de duas revoltas, em 2009 e 2010, ligadas ao aumento no preço da tarifa das chapas (transporte coletivo) e ao aumento do preço do pão e demais produtos de cesta básica, respectivamente⁹³.

⁹² A maior parte dos eventos trazidos nesta subseção ocorreram durante a pesquisa de campo, por isso me utilizo da organização feita pelo jornal Deutsche Welle (doravante DW), onde produz uma linha do tempo dos eventos críticos entre 2013 e 2014 (DW, 2015a).

⁹³ O sociólogo Remo Mutzemberg cita brevemente em artigo a ocorrência de protestos relacionados à atuação de empresas brasileiras em Moçambique, em especial, a Vale do Rio Doce. Os protestos

Em 4 de outubro de 2012, na comemoração dos vinte anos do Acordo Geral de Paz, membros da Renamo expressaram sua insatisfação com o acordo. Fossem eles políticos ou ex-combatentes, a reclamação era com relação ao acesso às instituições do Estado, às Forças Armadas e à CNE. No dia 17 de outubro (data do aniversário de André Matsangaíssa) daquele ano, Afonso Dhlakama se instalou nas dependências da antiga base militar de Satundjira, em Sofala, próximo à Serra da Gorongosa. Alguns meses depois, em 3 de dezembro, iniciaram-se as rodadas de negociação entre Renamo e o Governo, com relação a três pontos específicos: a maior representação de ex-combatentes da Renamo nas Forças Armadas de Moçambique – FAM; a revisão do sistema eleitoral; e o aumento no repasse dos ganhos em gás e carvão garantidos pelo governo.

No início de abril de 2013, ocorrem conflitos armados na localidade de Muxúnguè onde quatro policiais e um combatente da Renamo morrem – segundo o jornal DW, a causa foi a tentativa de libertar militantes da Renamo que foram presos na sede do partido da cidade. Em junho, ex-combatentes da Renamo matam seis militares, o partido, no entanto, nega o mando dos ataques. No dia 21 do mesmo mês, o Chefe do departamento de Informação da Renamo, Jerónimo Malaguetta, é detido na madrugada, por ter afirmado no dia 19, que em resposta à concentração de militares na região das antigas bases do partido (Muxúnguè e Satundjira), homens armados impediriam a circulação rodoviária e ferroviária no centro do país. Enquanto ocorriam estes conflitos, governo e partido de oposição continuavam a se encontrar, sem que entrassem em acordo. Um dia após as comemorações da independência (após a festa descrita acima, cap.3), Armando Guebuza exonerou o Chefe de Estado-Maior Das Forças Armadas, Paulino Macaringue, e reconduziu o vice, Olímpio Cambona (ex-combatente da Renamo) para o cargo. Em julho, Dhlakama fez um pronunciamento em sua base no centro do país, afirmando que suas ordens são para atacar o exército, e não civis. Dias depois, em 6 de julho, o exército destruiu um acampamento de antigos guerrilheiros da Renamo no distrito de Chibabava, Manica. No dia 15 do mesmo mês, ocorreu a 11.^a rodada de negociações, na qual houve um acordo com relação ao pacote eleitoral, e um acordo

iniciaram em 2011, e ganharam força em 2012 e 2013 (MUTZEMBERG, 2014), com relação à protestos que questionam a soberania pós-colonial moçambicana na última década, ver Bertelsen (2014).

parcial sobre a composição da CNE. A discordância seguia com respeito à desmilitarização da Renamo.

Dia 29 de julho de 2013, Afonso Dhlakama ameaçou dividir o país caso o governo prosseguisse com as eleições autárquicas marcadas para novembro. Ainda assim, no início de agosto, havia terminado o prazo para o registro eleitoral e a Renamo ficara de fora. Já em setembro, praticamente um mês depois, pouca coisa havia mudado no cenário, até o líder do governo exigir um encontro com Dhlakama. Este, por sua vez, condicionou o encontro à retirada das tropas governamentais da região de sua base. Em 7 de outubro, a comissão da Renamo exigiu a participação de observadores (facilitadores) para que se continuassem as rodadas de negociação, o governo, entretanto, rejeitou essa possibilidade de abertura para mediadores. Dia 17 daquele mês já fazia um ano da estada de Dhlakama em Satundjira. Quatro dias depois, as forças do governo tomaram a base na região da Gorongosa. Reagindo ao ataque, o porta-voz da Renamo, Fernando Mazanga, declara que “a atitude irresponsável do comandante e chefe das Forças Armadas coloca um termo ao Acordo de Paz em Roma” (DW, 2015a).

Dois dias após as declarações, as pessoas que viviam na região começaram a abandonar o local, e organizações da sociedade civil, lideradas pela Liga dos Direitos Humanos – LDH⁹⁴, pressionaram ambos os partidos por paz. No terceiro dia, o porta-voz da Renamo recuou e afirmou que as declarações foram mal interpretadas. Nessa ocasião, Mazanga explicou que o Acordo Geral de Paz era como um produto da ação da própria Renamo, “um filho”, do qual não abririam mão. Nos dias que seguiram, novos ataques ocorreram e não se sabia o paradeiro do líder do partido de oposição. O porta-voz deste declarou que os ataques que ainda estavam ocorrendo não poderiam ser assumidos como ações do partido, uma vez que a agremiação estava sem seu líder. Durante esse período, uma onda de raptos assolara as grandes cidades de Moçambique, como Maputo, Beira e Quelimane – somente naquela semana havia acontecido 5 raptos (HANLON & CIP, 2013, p. 2)⁹⁵. O dia 31 de outubro de 2013 é marcado por grandes manifestações nestas cidades,

⁹⁴ A Liga de Direitos Humanos – LDH, é uma organização não-governamental que foi reconhecida oficialmente pelo governo moçambicano em 5 de maio de 1995. A presidente e principal liderança da “Liga” como é conhecida, é a jurista Maria Alice Mabota.

⁹⁵ É certo que tais atos não são passíveis de generalizações, mas tal como foram descritos no boletim informativo de Joseph Hanlon, no texto de Mia Couto, quase na maioria dos casos os bandidos estavam armados de AK-47 (metralhadora automática), e as vítimas eram ou pessoas ligadas ao comércio, ou de origem ‘estrangeira’ – asiática ou muçulmana.

contra os raptos e pelo fim dos conflitos entre Renamo e o Governo. Essas manifestações também são lideradas pela LDH, e, segundo os organizadores, contavam com mais de vinte mil pessoas. Tais manifestações renderam, inclusive, mensagens de adesão da parte de meus interlocutores.

Os ataques pontuais continuaram ocorrendo até o ano seguinte. As eleições autárquicas de 2013, ocorreram com alguns episódios de violência no momento de votação. Ainda assim, a Frelimo sagrou-se mais uma vez a vencedora majoritária do pleito pelos municípios. Entre os principais partidos, o MDM também garantiu para si as capitais da Zambézia, Nampula e de Sofala. Apesar do crescimento do MDM em cargos de representação, a Renamo continua sendo a principal representante da oposição no país. É como observou o psicólogo Boia Efraime Júnior da Associação Reconstruindo a Esperança (que trabalha com meninos-soldado do pós-guerra) em entrevista para o periódico DW - com relação à parte do governo e do partido ainda no poder, não há um reconhecimento da legitimidade de outras forças políticas que não detenham um poderio bélico para ameaçar seu controle⁹⁶ (DW, 2015b). Da mesma forma, não há um diálogo entre os grupos em disputa. Na pesquisa feita com membros das camadas médias urbanas e eleitores da Frelimo, Jason Sumich (2007) reuniu alguns relatos em que os pesquisados afirmavam preferir um grupo que já esteja com os “bolsos cheios”, que outro que fosse começar a roubar para encher os bolsos. O desgaste do cenário político de Moçambique produziu sérias preocupações entre meus interlocutores aqui no Brasil. Afinal o que fizeram os “donos do país” para evitar essa situação? Ou melhor, quais interesses justificam a intransigência destas lideranças?

A exemplo das conclusões de Efraime (2014), observo que a memória da guerra entre a população do centro de Moçambique seguia viva – uma vez que estes voltaram a se deslocar de suas cidades fugindo de conflitos. Foi o que demonstraram os desdobramentos desse panorama.

4.3 DESAFIOS PRESENTES

Ao longo de meu trabalho de campo, tive a oportunidade de estar com meus interlocutores moçambicanos em diversos momentos. Alguns desses momentos

⁹⁶ DW, 2015b.

eram mais íntimos, e ocorreram em suas casas em Curitiba. Devido ao frio ou mesmo aos estudos, muitos me receberam em seus quartos, e volta e meia estavam conectados à Internet, lendo notícias sobre seu país e/ou conversando com parentes e amigos lá em seu país. Em consonância com Trajano (2002), levo em consideração aqui, que os meios virtuais de diálogo oferecidos pela Internet conformam um lugar de debates e questionamentos a respeito de narrativas acerca da nação de valioso interesse etnográfico.

No entanto, não pretendo elaborar uma tentativa de testar tais argumentos no caso moçambicano, e sim, partir das premissas de Trajano (2002) para desfiar uma reflexão sobre a maneira pela qual meus interlocutores recebiam os eventos em seu país, através da Internet. O meio virtual se oferece como instrumento para atualização dos fatos que ocorrem em Moçambique, é através de notícias, *blogs*, comentários e conversas com conterrâneos via o programa *Skype* que se torna possível comentar fatos e criticar os governantes. A mesma lógica permite que essas atualizações ocorram sob a forma de rumores – uma vez que há desconfiança da informação noticiada, como também dos comentários favoráveis ou contrários ao governo, mas que não permite a negação dos fatos por inteiro (como a ocorrência dos ataques e mesmo as fotos dos protestos nas grandes cidades).

No que se seguiu às eleições autárquicas, as quais a Renamo não participou, houve um pronunciamento de Afonso Dhlakama em dezembro de 2013, que ainda estava na Região Central de Moçambique. Segundo a sua declaração, o país só voltaria a ter paz no início do ano seguinte. No começo de 2014, pessoas civis e militares continuavam a morrer nas emboscadas governamentais e opositoristas. Sem embargo, houve manifestações (leia-se pressão) por parte de alguns dos principais doadores moçambicanos, como a União Europeia e o Japão, para que a celeuma político-militar se solucionasse o mais prontamente. Entre os moçambicanos, os quais ainda estavam no Brasil no começo daquele ano, Diego e Leonardo, a opinião era que os líderes da Frelimo estariam se recusando a dar o dinheiro que Dhlakama queria para aquietar-se, e, por isso, afirmavam que em breve o conflito seria solucionado.

Apesar do acordo entre os partidários não ter ocorrido tão brevemente quanto diagnosticaram meus interlocutores, houve sim, acordos em fevereiro de 2014. Aparentemente, o governo cedeu às propostas de reformulação da composição da CNE e da STAE, que foram aprovadas também no parlamento. No

decorrer dos demorados e performáticos diálogos entre governo e oposição, as movimentações e ações militares continuavam a ocorrer – em 26 de fevereiro, cerca de duas mil pessoas do distrito de Moatize se deslocaram para o Malawi, devido à constatação da presença de forças da Renamo na região. No Sul, a preocupação maior eram as eleições presidenciais que ocorreriam em outubro daquele ano.

4.3.1 Eleições Roubadas

Naquele período do início do ano de 2014, havia muita preocupação nas conversas que eu tive com Diego, Alexandre e Leonardo, com relação a qual seria o candidato escolhido pela Frelimo, para concorrer as eleições. Àquela altura, disputavam a candidatura o primeiro-ministro Alberto Vaquina, o ministro da defesa Filipe Nyusi, o ministro da agricultura José Pacheco, e dois notáveis do partido, Luísa Diogo e Aires Aly. A ex-primeira-ministra Luísa Diogo era o consenso entre os moçambicanos em Curitiba, enquanto a melhor possível candidata. Não obstante, no primeiro de março daquele ano, Filipe Nyusi foi o escolhido entre os pares do partido. Ele estava desde 2010 à frente de seu cargo, e para o pesar de meus interlocutores era considerado um continuador na forma de governar de Armando Guebuza – parte da linha dura da Frelimo.

Da parte da Renamo havia uma preocupação em garantir que as regiões onde a maioria de seu eleitorado estava localizada (como o centro e o norte), fosse bem recenseada. Por isso, Dhlakama articulou os meios necessários para atrasar o processo de recenseamento, tardando inclusive para fazer seu próprio registro eleitoral. A previsão original era de que o recenseamento ocorresse entre 30 de janeiro e 14 de abril (HANLON, 2014:1 – 28 de janeiro) – os argumentos para a postergação do prazo eram variados, mas coerentes, como a quantidade de pessoas que havia sofrido com as cheias dos rios naquele ano, os deslocados por causa do conflito e ainda aquelas regiões que estavam sofrendo diretamente com a violência do período (HANLON, 2014, p. 2;3 – 20 de abril). É somente no final do prazo que os órgãos responsáveis declaram o alargamento do período de recenseamento (HANLON, 2014, p. 1 – 29 de abril). No penúltimo dia desta nova delimitação, Afonso Dhlakama faz seu registro para o processo eleitoral, no dia 8 de maio.

Ainda que as condicionantes básicas para o pleito estivessem garantidas, as desavenças nos planos político-burocrático e militar, seguiam. O líder da oposição ameaçou, em junho daquele ano, dividir o país, caso a proposta de paridade na composição das forças armadas (em outras palavras a inclusão de ex-combatentes da Renamo), não fosse aprovada. No mês seguinte, o presidente Guebuza deu declarações consternadas, nas quais deu sinais de que cumpriria esta parte do acordo. A 5 de agosto de 2014, após 69 rodadas de negociação, o governo da Frelimo e a Renamo, chegaram a um acordo. A campanha foi marcada por comícios de grande porte de Afonso Dhlakama, que inclusive atraíam partidários da Frelimo e do MDM pelo volume de pessoas. Nyusi, junto a Guebuza, foram acusados de usar as estruturas do Estado para a promoção partidária.

O dia da votação, 15 de outubro, foi marcado pelos mais diversos tipos de distúrbios. Os concorrentes aprovados pela CNE foram os representantes dos três maiores partidos, Nyusi, Simango e Dhlakama. As falhas foram as mais diversas e ocorreram, em sua maioria, nas regiões Norte e Centro. Desde a falta de material para o voto, até a ausência de credenciais para observadores e dos cadernos com o nome dos votantes em cada seção, a eleição contou ainda com uma demora na abertura das urnas devido a enchentes que ocorreram durante as primeiras horas. O encerramento da votação ficou marcado ainda por outra série de complicações: o atraso no encerramento; o baixo comparecimento de votantes; na Beira, policiais da Força de Intervenção Rápida – FIR dispararam balas e gás lacrimogêneo contra grupos de pessoas que não queriam deixar o local da votação; pessoas que não conseguiram votar invadiram as assembleias de votação em Nampula; alguns locais do Norte do país ficaram sem energia elétrica; em Gaza um observador percebeu que havia urnas que já estavam cheias de cédulas com votos na Frelimo; em Quelimane, um cidadão portava dezessete votos na Frelimo, entre outros problemas semelhantes (HANLON, 2014, 15 de outubro).

A apuração dos votos esteve também envolta em diversos problemas de transparência nas operações envolvidas. As primeiras projeções, no dia 16, acusavam a vitória de Nyusi da Frelimo, com 60, 5%, Dhlakama com 32% e Simango com 7,5%. No dia 17, o porta-voz da Renamo – agora António Muchanga, declarou que o partido não aceitava os resultados das eleições, uma vez que houve fraudes das mais variadas. O líder do partido, no entanto, alguns dias depois, desmentiu tal posicionamento, afirmando que gostaria de “criar uma verdadeira

democracia” em seu país. Do mesmo modo, Daviz Simango também afirmou que aceitaria os resultados – apesar de casos como o trazido por Joseph Hanlon, em que o registro de uma mesa de votação apresenta um número de votantes na Frelimo é maior que o número de votantes da mesa. Nos dias seguintes, Dhlakama começou a afirmar que ganhou as eleições, e que uma vez no poder, faria novas eleições dali a dois anos, já que aquelas haviam sido demasiadamente fraudadas. Questionou os diplomatas internacionais, por que razão aceitavam na África uma eleição que não seria aceitável na Europa – Hanlon, sem embargo, critica o candidato que sempre afirma ter ganhado as eleições que participou (HANLON, 2014, p.2 – 19 de outubro).

Esse período ficou marcado pelo atraso nas contagens de votos. Joseph Hanlon, que acompanhou, comentou e comparou resultados, produziu pequenas reflexões a respeito dos ocorridos, com a ajuda dos dados repassados. Em um desses estudos, o autor conclui que houve dois tipos principais de fraudes, o enchimento das urnas e a alteração de editais de contagem dos votos. A consequência pode ter sido, segundo os cálculos do Observatório Eleitoral, a existência de aproximadamente 105 mil votos extra. Mesmo assim, a CNE divulgou um resultado oficial no dia 30 de outubro de 2014, devido à obrigatoriedade de explanação dos resultados. Para a aprovação dos resultados divulgados a comissão ficou dividida, 10 foram favoráveis e 7 contra. Ambos os partidos de oposição, MDM e Renamo, rejeitaram os resultados ditos oficiais, e afirmaram que se utilizariam das medidas legais para contestar os resultados.

Os cálculos finais desse processo eleitoral tiveram um sabor amargo para os moçambicanos que viviam em Curitiba. Contagens de voto não-oficiais, apareciam em suas páginas de site de relacionamento, nas quais o vencedor havia sido Dhlakama, evidenciavam um posicionamento com relação aos eventos em questão. Em conversas pessoais, o diagnóstico era ainda mais taxativo, “todos sabem que Dhlakama ganhou.”, ou “não há democracia em Moçambique”. É curioso perceber a diferença nas leituras recentes de Hanlon, que reconhece a pressão que o governo da Frelimo exerce em todos os níveis para garantir a eleição de seus candidatos. Como o próprio comenta: “as pessoas que não possuem o cartão do partido Frelimo não tiveram acesso às promoções.”; “há várias reclamações sobre o aumento desta política durante o segundo mandato de Armando Guebuza na presidência da república” (HANLON, 2014, p. 6 – 2 de novembro). Guebuza, aliás,

era percebido como o principal corruptor de todo o processo, enquanto Dhlakama se reafirmava enquanto o vencedor e ia fazendo comícios (pós-eleitoriais) nos quais defendia a sua proposta de criação de um governo de gestão. O líder da Renamo utilizava o seu prestígio enquanto elemento de validação da sua autoridade, como uma forma de diminuir a possibilidade de Nyusi governar (uma vez que esse é o primeiro presidente do país que não fez parte das primeiras gerações de combatentes anticoloniais) – assim em suas últimas declarações no ano de 2014, após a validação das eleições pelo Conselho Constitucional, ele pediu calma a seus correligionários, pois ele iria governar no ano seguinte.

4.3.2 A queda de Guebuza

Em 2015, as divisões que pareciam ter sido consequência da guerra civil, – ou como diagnosticou Michel Cahen (CASTILLO DE MACEDO & MALOA, 2013), foram em grande medida resultado do estabelecimento do domínio português sobre o território moçambicano – qual sejam, entre a região Sul com relação à Centro e Norte, ganharam novos contornos. Dhlakama continuava a fazer comícios que se enchiam de curiosos e simpatizantes, nos quais divulgava sua perspectiva de autonomizar as demais regiões do país do Sul. Quando questionado (em entrevista a STV⁹⁷) com que dinheiro pretendia fazê-lo, respondeu que com o dinheiro das produções de madeira, carvão e gás mineral, as quais provinham em grande parte do PIB do país e eram produtos extraídos do Centro e do Norte.

Nyusi, por sua vez, enquanto legava aos membros do governo ou da Frelimo contestarem as propostas do opositorista, apresentou-se para a posse, no dia 15 de janeiro, com discurso conciliador e ciente de sua posição com relação aos que já haviam sido presidentes. Conforme afirma:

Represento uma nova geração, uma geração que recebe um legado repleto de enormes sucessos e de exaltantes desafios. Repousa sobre todos nós, de todas as gerações a responsabilidade de preservar as conquistas alcançadas pelo nosso povo. Esse percurso foi liderado por homens visionários e comprometidos com a causa da liberdade e do bem-estar dos Moçambicanos. (Discurso de Posse do Presidente Filipe Jacinto Nyusi, em 15 de janeiro de 2015)

O então presidente desfrutava de uma desconfiança dupla, primeiro por não

⁹⁷ Essa entrevista foi feita no final de 2014, após o resultado da validação do Conselho Constitucional. Encontra-se disponível no blog Macua (2015).

fazer parte da geração que lutou pela independência (o que ainda pôde ser visto como algo bom, pois diferente de todos que haviam assumido o cargo até ali – em outras palavras, ele não era um membro original do comitê central da Frelimo), e, segundo, pois sua aprovação enquanto candidato dentro da Frelimo era reiteradamente comentada pelos meus interlocutores como uma ação de Guebuza para continuar a mandar no país pelos bastidores. E de fato era isso que parecia estar ocorrendo, uma vez que o ex-presidente do país se articulava para se manter enquanto presidente do partido Frelimo⁹⁸. O discurso de Nyusi havia causado o efeito esperado de produzir faíscas de esperança na atuação da Frelimo – em especial, quando este se comprometeu a “governar para todos”.

A sinuca de bico em que o presidente eleito se encontrava, ficou completa, com a pressão e as ameaças de Dhlakama – que passou a sugerir a possibilidade de reiniciar a onda de violência caso o novo mandatário não acatasse suas sugestões de criação de um governo de gestão. Já nesse período, a proposta havia se desenvolvido em uma proposição mais ‘constitucional’. Isso ocorreu, pois no final de janeiro, o constitucionalista Gilles Cistac afirmou em entrevista que a proposta era cabível segundo os parâmetros legais. Ao invés do ‘governo de gestão’, o ideal seria uma autonomização das autarquias na qual se consideraria a transferência de competências do governo central para cada localidade, ou ainda, aquelas províncias que elegeram Dhlakama tivessem uma administração autonomizada, o próprio opositorista. A proposta do jurista já recebeu críticas tanto de membros do governo central como dos governadores provinciais, e une ambos os lados em um coro uníssono a respeito das possibilidades da autonomia regional dividir o país⁹⁹ (JORNAL A VERDADE, 2015a). Cistac (JORNAL A VERDADE, 2015a), no entanto, coloca a questão de outra maneira, enquanto uma expressão da vontade da maioria em regiões importantes econômica e demograficamente para Moçambique. Diante da viabilidade legal e do apelo popular que a proposta de autonomização passou a ter, a resposta de diversos comentaristas de artigos postados na Internet era semelhante ao posicionamento de meus interlocutores moçambicanos em Curitiba: a questão era esperar para saber se Dhlakama realmente iria seguir em frente com a

⁹⁸ Entre os presidentes moçambicanos, desde o período de Samora Machel, a função de presidente do país acumula também a função de presidente da Frelimo. Nessa situação, seria incomum que Nyusi não se tornasse presidente do partido, dado que todos seus predecessores o fizeram.

⁹⁹ Trechos da entrevista com Cistac (JORNAL A VERDADE, 2015a).

proposta, ou entraria em algum tipo de acordo com o governo – como o próprio Gilles Cistac (JORNAL A VERDADE, 2015a) coloca, “a Renamo não poderia sair sem nada”. O constitucionalista, que como vimos acima, já mantinha uma posição crítica tanto à Frelimo, quanto à Renamo há algum tempo, sofreu consequências violentas por seu posicionamento.

Foi dessa maneira, aliás, que tomei conhecimento de sua obra. No dia 3 de março, estava marcada a defesa de dissertação de Diego. Leonardo, que defendera quase um mês antes, já havia voltado para Moçambique. Do ‘grupo’ que conheci e acompanhei ao longo dos últimos três anos, somente Alice, Diego e Alexandre ainda estavam em Curitiba. Naquele dia, havia acordado cedo para ir à defesa de Diego. Já de manhã, acompanhando as notícias de Moçambique, chamou-me a atenção que os dois canais de notícias moçambicanas que eu acompanhava pela rede social *Facebook* (Canalmoz; Mozmaníacos) traziam informações sobre o ataque sofrido por Gilles Cistac na Avenida Eduardo Mondlane, depois que saíra de uma cafeteria. Segundo os relatos, o constitucionalista foi atacado por tiros de uma metralhadora, que estava nas mãos de um homem branco, em um carro com outros três homens negros. Só saberia, horas mais tarde, enquanto almoçava com Alexandre, Diego, sua namorada e uma amiga, que Cistac havia morrido no Hospital Central de Maputo. Sua morte causou muita comoção entre os rapazes, que chegaram a assistir palestras suas em Moçambique, e que o admiravam muito. Estava claro para eles que se tratava de uma retaliação política, uma vez que o jurista seguia expondo a viabilidade jurídica para uma descentralização – já que em 10 de fevereiro, Nyusi e Dhlakama entraram em acordo para submeter a proposta à Assembleia da República. A morte de Gilles Cistac era a confirmação do diagnóstico que eu havia ouvido alguns dias antes entre meus interlocutores, de que não há democracia em Moçambique.

Esse golpe não ocorreu sem reverberar para todos os lados. Mal começava um novo mandato da Frelimo e um evento como esse significava que a expressão de posições contrárias aos interesses do governo continuava a não ser livre¹⁰⁰. O mal estar político que cercava Nyusi, somente reforçava a opinião de que ele era um capataz do ex-presidente Armando Guebuza. As atenções já estavam voltadas ao ex-chefe de Estado, devido a acusações de participação em esquemas de corrupção

¹⁰⁰ Os elementos mnemônicos que constituíram esse evento, rememoram o episódio de Carlos Cardoso, jornalista morto a mando de um filho de Joaquim Chissano, no ano 2000.

com uma multinacional italiana. Segundo o semanário Canal de Moçambique, através deste esquema foram movimentados mais de 900 milhões de dólares. Aquele era o “fim da Frelimo” para meus interlocutores. A desmoralização do partido havia atingido níveis inimagináveis – agora que a percepção de que os políticos mais poderosos do país andavam a “comer sozinhos”¹⁰¹ se confirmava. Guebuza, que foi eleito presidente do partido em 2012, teria um mandato que se estendia até 2017. Tal situação foi descrita pelo jornal @Verdade enquanto a criação de dois centros de poder (NHANCHOTE, 2015 apud JORNAL A VERDADE, 2015b). A solução encontrada foi Armando Guebuza deixar o cargo à disposição ao final da IV Sessão Ordinária do Comitê Central da Frelimo. Esse movimento permitiu que Nyusi fosse então eleito o Presidente do Partido, e desta maneira, selasse uma independência “oficial” das vontades do ex-presidente.

Diante de tal cenário se constituem novos tempos, mergulhados em memórias e temores antigos e quase que cristalizados no imaginário político dos moçambicanos. No dia 30 de abril de 2015, a proposta das autarquias provinciais foi negada no parlamento moçambicano, em resposta, Dhlakama prometeu não recuar.

4.4 A LUTA (DA MEMÓRIA) CONTINUA (OU CONTÍNUA)

Governo tem sempre a culpa quando é o povo
quem julga
Mais povo tem memória curta, a sentença não
executa
Governa o partido com maioria absoluta
É uma instituição naturalmente corrupta
Azagaia – ABC do Preconceito

Neste capítulo procurei evidenciar as sobrevivências da memória em eventos da política recente de Moçambique. Os enunciados apreendidos em diálogo com os pós-graduandos moçambicanos em Curitiba vieram acompanhados de condicionantes para seu acesso. Como também demonstrei nos capítulos anteriores, nem sempre há uma pré-disposição para adentrar aos meandros da memória. Esse efeito alusivo, ou incorporador, é inspirado por elementos mnemónicos das mais diversas naturezas. Neste capítulo, esses elementos foram os próprios eventos da política moçambicana, que em momentos liminares eram

¹⁰¹ Conforme vários autores, entre eles, Passador (2008), Guerra (2014) e West (2008).

comentados sem uma preocupação maior com o conteúdo das opiniões ou a concordância do receptor das mensagens – que nesse caso fui eu. Da mesma forma que eu estive atento nestes momentos, para entender como se articulavam as razões de descontentamento à experiência violenta (próxima ou distante) da guerra civil – notei que havia um diálogo entre essas percepções e as análises antropológicas e sociológicas que foram produzidas nesse período de democratização em Moçambique.

Ao invés de traduzir as preocupações de meus interlocutores, procurei aproximá-los de questionamentos originados em reflexões de maior fôlego histórico, como aquelas produzidas por West (2009), Macagno (2014), Obarrio (2014) e ainda Mamdani (2001) no que concerne a outras realidades africanas. Percebi, dessa maneira, que havia afinidades eletivas entre a compreensão de levar em conta os conflitos perpetuados por Frelimo e Renamo, sob a ótica da *longue durée*, e a preocupação em considerar a memória como um locus privilegiado para a discussão da dinâmica política de Moçambique – tal qual Igreja (2013) e Pitcher (2006). Sem, no entanto, reificar as mobilizações memoriais ou me afundar nos detalhes de cada narrativa, permiti que o horizonte do desgaste político (macrossocial) da Frelimo se evidenciasse à medida que a duração dos embates se alargava. É somente dessa forma que considero ser possível dialogar com questões tão caras aos pensadores das nacionalidades moçambicanas (como o é o unitarismo para Michel Cahen), sem perder de vista os funcionamentos sociológicos em voga.

Ainda sob a luz de reflexões clássicas, como os processos de associação e de comunhão, a que Weber (1964) chama a atenção, foi necessário observar as funcionalidades locais de diferentes memórias. Deste ponto, as lógicas políticas locais (tão bem analisadas por Fernando Florêncio (2005)), ressoam o sentido fragmentário das percepções entre os moçambicanos de diferentes regiões em Curitiba. Produzindo, assim, a cada evento crítico, efeitos de associação (nacional) e comunhão (entre localidades), ao mesmo tempo e em sentidos opostos. Não há, parece-me, nada que una mais moçambicanos das mais distintas paragens, que o sentimento de inconformidade com os desmandos da classe política. Ou mesmo, a sensação clara de uma distância abissal entre “os donos de tudo” e o cidadão mediano que necessita do cartão do partido para a garantia de direitos mínimos.

Diante de tantas permanências e/ou recorrências, as oportunidades de estudo e formação em outros países, oferecem formas de deslocamento espacial

que ora permitem novos horizontes de atuação micropolítica, ora esbarram nas continuidades de um futuro (macro)político melancólico.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, questões da história e da política moçambicana foram interpeladas por memórias, silêncios e intimidades. Estes três âmbitos operaram não enquanto estados de espírito, ou condições cristalizadas as quais moçambicanas e moçambicanos, em Curitiba, tiveram acesso. A sua operação entrelaçada e sem um ordenamento previamente delimitado me pareceu ser uma das formas de expressão política de meus interlocutores, o próprio texto foi afetado por tal condição.

Não por menos, procurei no primeiro capítulo introduzir estes moçambicanos e alguns dos modos de estar que eles construíram em sua estada na cidade de Curitiba. A pretensão em apresentá-los segundo as respectivas regiões de origem, em Moçambique, não foi definir pertenças essenciais. E sim, atentar ao leitor que toda ocasião em que o adjetivo coletivo “moçambicanos” fosse mobilizado no texto, diferenças e semelhanças histórico-políticas estariam contidas no termo. No mesmo capítulo, evidenciei as condições de meu diálogo com estes homens e mulheres que saíram de seu país para estudar em programas de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná. Minha estada em Moçambique, no ano de 2005, bem como a organização de um convívio moçambicano no salão de festas do edifício em que vivo, foram eventos importantes para a minha aproximação com eles. Foi dessa maneira, aliás, que desenvolvemos um tipo de intimidade, com o sentido próximo aquilo que Herzfeld (2008) definiu como *intimidade cultural*.

Essa intimidade, apesar de diversas vezes interrompida por silêncios e estranhamentos (CANDEA, 2010), foi o que me auxiliou a compreender a importância de determinados eventos para as compreensões destes moçambicanos com relação à política de seu país. Foram eventos críticos (DAS, 1996), e eventos como artefatos (STRATHERN, 2014) que permitiram a construção deste trabalho, ora com efeitos de longa duração, ora, contemporaneamente, ressoando tais efeitos. O que me levou a questão do segundo capítulo.

No segundo capítulo, as situações ocorridas com João Paulo, ou a sobrevivência de seu tio, durante o maior massacre da guerra civil, ganharam contornos, condicionamentos e versões. Da mesma maneira, a guerra, sob a ótica

de intérpretes revisionistas e frelimistas, evidenciaram como e porque lembrar do conflito pode ser um ato político. Questionamentos e posições a respeito deste período de 16 anos de guerra, entre estas duas visões, acabam complexificando ainda mais as já complexas conclusões de Pina-Cabral (2004, p. 384) (em sua cruzada anti-cesurista), quando questiona o “silenciamento das continuidades”. No entanto, ao considerar as argumentações das posições definidas por Alice Dinerman (2006), observo que os analistas tão acertadamente divididos, têm entre si uma distinção de ênfases – o que significa que não olvidaram as continuidades, mas discordam quanto a mais ou a menos relevante para a compreensão das dinâmicas políticas de Moçambique. Por um lado, os frelimistas tendem a não abrir mão da conjuntura política global que iniciou o período pós-colonial – há uma continuidade do colonialismo estrangeiro, via capitalismo. Por outro, os mal-afamados “revisionistas”, descreveram de que maneiras “modos de dominação” ou domesticação das populações rurais internas mantiveram lógicas e características em comum entre o período colonial e o período socialista (em linhas gerais, a substituição do domínio português branco, pelo domínio das elites negras). Mais importante que a coerência ou a precisão histórica de tal ou qual perspectiva, é observar que ambas possuem seu mérito em compreender técnicas e políticas de modernização ocidental.

Para a reflexão geral deste trabalho, o segundo capítulo é a primeira mirada sobre o que está em jogo quando se recordam determinados eventos. Mas como tal, ele não dá conta de um fator que se evidencia mais claramente no terceiro capítulo. Estou me referindo a um incômodo coletivo, por vezes sutilmente silenciado, com relação às elites do país. Nesse caso, às elites que compõem a cúpula do partido há quarenta anos no poder, a Frelimo. Se meus interlocutores não fazem parte de uma maioria empobrecida e desprovida de meios para a formação na educação formal, tampouco compõem a recortada minoria que dispõe da população, para o cumprimento de seus interesses econômicos. Por isso, achei conveniente trazer a noção de “camadas médias” (VELHO, 1998), enquanto uma via explicativa da margem de manobra, a que tinham acesso (como a vinda ao Brasil), que mesmo assim era diminuta frente às vontades dos membros da cúpula.

O caráter de preservação transformativa (PITCHER, 2002), que se estabeleceu no período em que novas políticas econômicas e novos doadores eram definidos, só pôde ser confirmado após a passagem para o período de democracia

institucional. Entre os atores do processo que culminaria nas “eleições multipartidárias”, ficou evidente que havia um silêncio conveniente com respeito as mais diversas barbáries cometidas durante a guerra. Membros, tanto da Frelimo, como da Renamo, tiveram muito a ganhar com silenciosas mudanças institucionais, que agradaram também os investidores internacionais. A situação trazida no início do capítulo 3, em que a filha do conhecido intelectual moçambicano Brazão Mazula é rodeada de uma sutil desconfiança, emula um sentimento que se tornou exacerbado entre a população moçambicana ao longo dos anos de estabelecimento do regime democrático.

No quarto e último capítulo, atento para as diversas formas pelas quais o silêncio foi “quebrado”. No acompanhamento de momentos cruciais na estada de meus interlocutores, as defesas de dissertação, observei a conformação de momentos em que o silêncio cotidiano a respeito da política moçambicana (no Brasil) era quebrado. Parte da trajetória da democracia moçambicana foi analisada em diálogo com as leituras feitas por estes moçambicanos, e foram complementadas por análises etnográficas, reportagens jornalísticas e análises mais aprofundadas, com horizontes a longo prazo. Atento ao movimento entre descentralização e re-centralização, demonstrei como elementos e práticas mnemônicas foram mobilizados reiteradamente, por distintos agrupamentos políticos, e também pelos protagonistas da guerra civil nas décadas de 1990 e 2000.

Eventos que reacendem os conflitos e suspendem a paz entre os anos de 2013 e 2015, mantêm acesa a memória mal-superada da guerra. Entrecruzamentos das análises de intérpretes revisionistas ou frelimistas, com o entendimento de meus interlocutores, demonstram mais que disputas pela memória, mas também a forma pela qual os eventos a reiteram. Os resultados e efeitos eleitorais, entre 2013 e 2014, são exemplares de dois fatores: o caráter violento da política em Moçambique, e a centralidade do conflito entre Frelimo e Renamo a despeito das diversas organizações e formas da política que coabitam o país. A esperança distópica de meus interlocutores, permite a eles que se expresse um apoio urgente em contraposição a barragem que impede o acesso aos instrumentos políticos. Quiçá pela ideia de divisão do país, quiçá pela proposta de maior autonomização, qualquer que fosse o antídoto contra o descarado controle sobre os resultados eleitorais. A Renamo, de Afonso Dhlakama, parece apresentar, pela primeira vez, um projeto distinto e mais atento aos interesse populares – o fortalecimento das autarquias e a

oposição à Frelimo. No caso da Frelimo, já não se tem plena compreensão se a manutenção do poder é um projeto de construção e estabelecimento do sentimento nacional, ou já mais evidentemente um plano de crescimento de lucros e consolidação de privilégios. É pela força que esse conflito contém, ou pela sua capacidade de se auto-reproduzir, sob diversas roupagens e nas mais distintas escalas de análise que propus compreender a lógica constitutiva dos eventos que o compõe, sob o viés de uma análise de longa duração.

Na esteira das conclusões de Macagno (2014) e Obarrio (2014), observo que essa preocupação com o maquinário subjacente a essa contínua disputa ou ao contínuo controle que se exerce, demonstram uma tentativa de compreender uma série de eventos de forma diacrônica, sem perder de vista suas sincronidades. É certo que a cada tempo (entre colonialismo, socialismo e neoliberalismo), observam-se condicionantes distintos, além de designíons, atores, agentes, sujeitos e instituições próprios. Mas é certo também, que a cada tempo, nesse período pós-colonial principalmente, as feridas legadas pelos eventos e pelas conjunções sócio-políticas e econômicas emulam a sensação de que as possibilidades de escolha e determinação sobre a vida se concentram nas mãos de uma minoria. Nesse aspecto, fragmentos de memória se tornam objetos poderosos, altamente contestatórios e microscopicamente reveladores, mesmo quando ocorrem de forma silenciosa. Tão importante quanto as memórias, são as formas que condicionam sua transmissão – através de rumores, disposições corporais ou desabafos intensos, que guardam toda a potência psicológica de eventos críticos.

Conforme concluí ao final do último capítulo, à luz de Weber (1964) há uma marca na maneira como se compõe o que compreende-se enquanto Moçambique, que *per se* não nega a existência de uma nação. Essa marca está relacionada com os processos de associação e de comunhão, próprios de políticas de modernização da vida – como já observaram Sahlins (1997) e Geschiere (2006) – que por sua vez reiteram tradicionalismos. Os relatos e situações reunidos aqui demonstram que tais movimentos não necessariamente precisam ocorrer em grandes escalas. Nas memórias pessoais, o que se lembra ou o que se quer lembrar produzem efeitos de maior ou menor associação, ou, ainda, delimitam comunidades, experiências e posições sobre determinados eventos.

Inevitável, em larga escala e de longa duração, é a figura de um maquinário estatal, com seus papéis e os representantes que produzem incessantemente mais

e mais margens. Simbolicamente, produzindo inimigos e cantando a união nacional, na faceta de seus efeitos materiais, o Estado é um concentrador de rendas, e é a ponte através da qual negócios e investimentos pessoais podem obter financiamentos internacionais e produzir a infraestrutura que os projetos econômicos necessitam. Altamente ambígua, essa atuação certamente não diz respeito a um ente homogêneo, refiro-me ao conjunto de atores e operadores, dispersos pelo território Moçambicano, que recebem e por vezes põem em prática determinadas diretrizes estabelecidas entre cúpulas e comitês centrais. A distância atlântica do território e dos agentes estatais não tirou meus interlocutores (eles próprios funcionários do Estado na sua maioria) de uma tensão com as possíveis consequências pelo que se falava.

Resta, diante de tão complexa rede de conflitos e oposições, reconhecer com relação aos efeitos da memória, e suas práticas mnemônicas, que operam como um espaço revelador das formas de mobilização dos eventos. Assim, em contextos em que a história é tantas vezes reiterada e reformulada, como o é em Moçambique, a memória, enquanto processo constante, é uma instância de privilegiado interesse antropológico.

REFERÊNCIAS

ADAM, Yussuf. **Escapar aos dentes do Crocodilo e cair na boca do Leopardo: trajetória de Moçambique Pós-Colonial (1975-1990)**. Maputo: Promédia, 2006.

ÁFRICA do Sul responsável pelo massacre de Homóine. **Diário de Moçambique**, Beira, 23 jul. 1987.

ÁFRICA TURISMO. Disponível em: <<http://www.africa-turismo.com/mapas/mocambique.htm>>. Acesso em: 5 de maio de 2015.

ALMEIDA, Mauro W. B. A etnografia em tempos de guerra: contextos temporais e nacionais do objeto da antropologia. In: SCHWARCZ, Lília M; PONTES, Heloísa; PEIXOTO, Fernanda. **Antropologias, Histórias e Experiências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, pp.61-82.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARON, Raymond. Macht, Power ou Puissance, prosa democrática ou prosa demoníaca? **Estudos sociológicos**, Rio de Janeiro, p. 9-42, 1991.

ASAD, Talal. Where are the margins of the state?. In.: DAS, Veena; POOLE, Deborah. **Anthropology in the margins of the state**. Advanced Seminar Series. School of American Research Press: Santa Fe, 2004.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. **Os melhores anos de nossas vidas: narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros em Moçambique**. São Paulo: Anna Blume, 2013.

BANDIDOS armados cometem massacre em Homóine: 380 pessoas no sábado assassinadas; doentes internados no hospital entre as vítimas. **Diário de Moçambique**, Beira, 22 jul.1987.

BAYART, Jean François. La politique par le bas en Afrique noire: questions de Methode. **Politique africaine: la politique en Afrique noire, le haut et le bas**. Paris/Bourdeaux: Karthala, n.1, p. 53-82, Mars 1981.

BERTELSEN, Bjørn Enge. Effervescence and Effemerality: Popular Urban Uprisings in Mozambique. **Ethnos: Journal of Anthropology**, p.1-28, 2014.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BORGES COELHO, João Paulo. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas. **Lusotopie**, Paris: Karthala, p. 175-193, 2003.

_____. **Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique**. Seminário apresentado no Centro de Estudos Sociais – CES, Coimbra, 1 jun. 2011.

BOERS não têm coração: Primeiro-Ministro Machungo ao falar do massacre de Homoine. **Diário de Moçambique**, Beira, 25 jul.1987.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. **Annales**: Économie, Sociétés, Civilisations. 13e année, n.4, p.725-753, 1958.

BRITO, Luis de. Une relecture nécessaire: la genèse du parti-État FRELIMO. **Politique Africaine**: Mozambique - guerre et nationalismes. Paris/ Bourdeaux: Karthala, n.29, p.15-27, Mars 1988.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: UNESP, 2009.

CABRAL, Ilundi. Rito y reconciliación en Mozambique. La cultura como mediadora de la experiencia bélica. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, N°87, 2009 pp.123-145.

CAHEN, Michel. Avant-Propos: La crise du nationalisme. **Politique Africaine**: Mozambique - Guerre et Nationalismes. Paris/ Bourdeaux: Karthala, n.29, Mars, p.15-27, 1988.

_____. Mozambique, histoire géopolitique d'un pays sans nation. **Lusotopie**, I, Paris: Karthala, p. 213-266, 1994.

_____. Unicidade, unidade ou pluralismo do Estado? In: MAGODE, José (Org.) **Moçambique**: etnicidades, nacionalismo e o Estado: transição inacabada. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996. p. 18-39.

_____. **Os outros**: um historiador em Moçambique. Basel: P. Schlettwein Publishing Switzerland, 2004.

CANDEA, Matei. **Corsican fragments**: difference, knowledge and fieldwork. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

CASTILLO DE MACEDO, Victor M. **Moçambique, Novas Machambas**: trajetórias e experiências de engenheiros florestais moçambicanos em Curitiba. 88f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013a.

_____. Relatório de Campo – Festa da Independência, 2013b.

_____. Entrevista com Ana, relatório de campo, 2013c.

_____. Moçambicanos no Brasil ou brasileiros em Moçambique: reflexões a partir de um campo com engenheiros florestais. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – RBA, 29, 2014, Natal. **Anais...**Brasília: Kirón, 2014a.

_____. Diacríticos em trânsito: sobre a circulação de engenheiros florestais moçambicanos no sul do Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38, 2014, Caxambu. **Anais...** 2014b.

CASTILLO DE MACEDO, Victor M.; MALOA, Joaquim. Em Moçambique só há partidos de direita: uma entrevista com Michel Cahen. **Plural**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.20, n.1, p.155-174, 2013.

CISTAC, Gilles. Prefácio. In.: CHIZIANE, E. **O retorno à concentração e centralização do poder administrativo em Moçambique**. Maputo: CIEDIMA, SARL, 2011.

CHICHAVA, Sérgio. **Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos – IESE, Abril de 2008. Disponível em: <<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/Etnicidade.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

CLAIBORNE, William. 5-hour Mozambique Massacre leaves a tableau of carnage. **The Washington Post**, Washington, 24 jul. 1987.

COHEN, Abner. La mística del poder. In: RODRIGUEZ, Montserrat C. **Cosmopolíticas**: perspectivas antropológicas. Madrid: Trotta, 2013. p. 171-194.

COLIN DARCH. Disponível em: <<http://www.colindarch.info/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

CONNERTON, Paul. **How societies remember**. Cambridge: Cambridge University, 1989.

COUTO, Mia. **O livro que era uma casa, a casa que era um país**. Discurso Proferido pelo recebimento do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Politécnica de Moçambique. Disponível em: <http://www.contioutra.com/o-livro-que-era-uma-casa-a-casa-que-era-um-pais-por-mia-couto/> Acesso em: 4 de setembro de 2015.

CRISTIE, Ian. **Machel of Mozambique**. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1988.

CRUZ E SILVA, Teresa. Educação, Identidades e Consciência Política. A Missão suíça no Sul de Moçambique. **Lusotopie**, Paris: Karthala, pp.397-405, 1998.

DAS, Veena. **Critical events**: an anthropological perspective on Contemporary India. Delhi: Oxford University, 1996.

_____. Specificities: oficial narratives, rumour, and the social production of hate. **Social Identities**. Journal for the Study of Race, Nation and Culture, v.4, n.1, p.109-130, 1998.

_____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.40, p.31-42, 1999.

DEUTSCHE WELLE. **Momentos de instabilidade política em Moçambique**: uma cronologia. Disponível em: <<http://www.dw.de/momentos-de-instabilidade->

pol%C3%A Dtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568>. Acesso em: 6 maio 2015a.

_____. **Autoridades de Moçambique tornaram "invisíveis" os traumas de guerra.** Disponível em: <<http://www.dw.de/autoridades-de-mo%C3%A7ambique-tornaram-invis%C3%ADveis-os-traumas-de-guerra/a-17203529>>. Acesso em: 6 maio 2015b.

_____. **“Reconciliação em Moçambique está sobre pernas muito trêmulas”.** Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/reconcilia%C3%A7%C3%A3o-em-mo%C3%A7ambique-est%C3%A1-sobre-pernas-muito-tr%C3%A9mulas/a-17841120?maca=bra-rss-br-africa-6151-xml-atom>>. Acesso em: 7 de maio de 2015c.

DINERMAN, Alice. **Revolution, counter-revolution and revisionism in post-colonial Africa.** The case of Mozambique, 1975 – 1994. New York: Routledge, 2006.

_____. In search of Mozambique: the imaginings of Christian Geffray in La cause des armes au Mozambique: anthropologie d’une guerre civile. **Journal of Southern African Studies**, n.20, p. 569-586, 1994.

E-PORTUGUESE. **Pátria Amada:** hino nacional de Moçambique. Disponível em: <<http://eportuguese.blogspot.com.br/2012/02/patria-amada-hino-nacional-de.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

FABIAN, Johannes. Ethnology and History. **Anthropology with an Attitude**, California: Stanford University, p. 70-86, 2001.

FERNANDES, Carlos. Intelectuais Orgânicos e Legitimação do Estado no Moçambique Contemporâneo: O caso do Centro de Estudos Africanos (1975-1985). **Afro-Asia**, 48, 11-44, 2013.

FILM makers record Homoine. **Herald**, Harare, 28 jul.1987.

FLORENCIO, Fernando. Christian Geffray e a antropologia da guerra: Ainda a propósito de La cause des armes au Mozambique. **Etnográfica**, v.VI, n2, p. 347-364, 2002.

_____. **Ao encontro dos Mambos:** autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FOREIGN eye-witnesses to horror: US citizen testifies to MNR terror. **MIO News Review**, Londres, n.110, 30 jul.1987.

FREHSE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.36, p.131-156, jul./dez. 2005.

FRY, Peter (Org.). **Moçambique:** ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

_____. **A persistência da raça**: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GEFFRAY, Christian. **A causa das armas**: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

_____. Fragments d'un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d'une méconnaissance scientifique. **Politique Africaine**: Mozambique: Guerre et Nationalismes, Paris/Bourdeaux: Karthala, n.29, p. 71-85, Mars 1988.

GESCHIERE, Peter. Feitiçaria e modernidade nos Camarões: alguns pensamentos sobre uma estranha cumplicidade. **Afro-Asia**, nº34, p. 9-38, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 2.ed, 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 143-179.

GRANJO, Paulo. Limpeza ritual e reintegração pós-guerra em Moçambique. **Análise Social**. Vol.XLII (182), 2007, pp.123-144.

GRONSETH, Lars. Terrorism in Mozambique. **New Era**, Cape Town, p.24-25, mar. 1988.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **A imigração ucraniana ao Paraná**: memória, identidade e religião. Curitiba: UFPR, 2012.

GUERRA HERNÁNDEZ, Hector. **Ma(d)germanes**: passado colonial e presente diaspórizado. Reconstrução etnográfica de um dos últimos vestígios do Socialismo colonial europeu. 252f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2011.

_____. Modernidade seletiva e estado predador. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n.41, p.201-232, jan./jun. 2014.

GUGLIELMUCCI, Ana. **La consagración de la memoria**: una etnografía acerca de la institucionalización del recuerdo sobre los crímenes del terrorismo de Estado en la Argentina. Buenos Aires: Antropofagia, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **La memória colectiva**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

HANLON, Joseph (Ed.). **Eleições Nacionais**. 1, 28 jan. 2014.

_____. **Eleições Nacionais**. 14, 20 abr. 2014.

_____. **Eleições Nacionais**. 18, 29 abr. 2014.

_____. **Eleições Nacionais**. 59, 15 out. 2014.

_____. **Eleições Nacionais**. 64, 19 out. 2014.

_____. **Eleições Nacionais**. 75, 2 nov. 2014.

_____. **Paz sem benefícios**: como o FMI bloqueia o crescimento de Moçambique. Maputo: Coleção Nosso Chão, 1997.

_____. Renewed land debate and the 'cargo cult' in Mozambique. **Journal of Southern African Studies**, v.30, n.3, p. 603-625, Sept. 2004.

HANLON, Joseph & CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA – CIP. **Mozambique News Reports and Clippings**- Boletim, 2013/2014, 27 de outubro de 2013.

HASTINGS, Adrian. **WIRIYAMU**. Porto: Edições Afrontamento, 1974.

HERZFELD, Michael. **The social production of indifference**: exploring the symbolic roots of Western bureaucracy. Chicago: The University of Chicago, 1992.

_____. **Intimidade cultural**: poética social no Estado-Nação. Lisboa: Edições 70, 2008.

HOMOINE massacre: MNR must pay for the crime. **Zimbabwe News**, Harare, p. 22-24, set. 1987.

IGREJA, Victor. Memories as weapons: the politics of peace and silence in post-civil war Mozambique. **Journal of Southern African Studies**, v.34, n.3, p. 539-556, Sept. 2008.

_____. Politics of memory, decentralization and recentralization in Mozambique. **Journal of Southern African Studies**, v.39, n.2, p. 313-335, 2013.

ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara. **Mozambique**: from colonialism to revolution, 1900-1982. Boulder, Colorado: Westview, 1983.

JORNAL A VERDADE. **Gilles Cistac prevê gestão autónoma das províncias onde a Renamo reclama vitória**. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/51593-gilles-cistac-preve-gestao-autonoma-das-provincias-onde-a-renamo-reclama-vitoria>>. Acesso em: 7 maio 2015a.

_____. **100 dias de Filipe Nyusi**: entre o pragmatismo e a esperança. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/52918-100-dias-de-filipe-nyussi-entre-o-pragmatismo-e-a-esperanca>>. Acesso em: 7 maio 2015b.

JORNAL O PAÍS. **As várias versões de uma história**. Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/16796-as-varias-versoes-de-uma-historia.html>>. Acesso em: 25 maio 2014.

MACAGNO, Lorenzo. **Outros muçulmanos**: islão e narrativas coloniais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

_____. Fragmentos de uma imaginação nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n.70, p.17-36, 2009.

_____. Os “chineses” da beira, Moçambique: itinerários de uma dispersão. In: BRAZ DIAS, Juliana; LOBO, Andrea (Orgs.). **África em movimento**. Brasília: ABA, 2012. p.177-198.

_____. **O dilema multicultural**. Curitiba: UFPR; Rio de Janeiro: Graphia, 2014.

MACAGNO, Lorenzo. Assimiliacionismo. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Claudio (Orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014. p.31-45.

MACAMO, Elísio. **A transição política em Moçambique**. Lisboa: CEA, 2004, (CEA Working Paper, 2002/4).

MACUA. Moçambique para todos. Disponível em: <http://blog.macua.us/moambique_para_todos/2014/12/stv-dhlakama-e-daviz-simango_30122014video.html>. Acesso em: 7 maio 2015.

_____. Moçambique para todos. Disponível em: <http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2005/02/as_bolsas_de_es.html>. Acesso em: 7 de maio 2015.

MACUENE, José Jaime. Reformas econômicas em Moçambique: atores, estratégias e coordenação. In.: FRY, P. **Moçambique: ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MALINOWSKI, Bronislaw K. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MAMDANI, Mahmood. **Citizen and subject**: contemporary Africa and the legacy of late colonialismo. New Jersey: Princeton University, 1996.

_____. **When victims become killers**: colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda. New Jersey: Princeton University, 2001.

MAPUTO, SA (South Africa) agree to probe massacre. **Herald**, Harare, 8 ago. 1987.

MASSACRE de Homóíne: FUMO exige inquérito. **Diário de Moçambique**, Beira, 8 set.1993.

MASSACRE reported in Mozambique: South African-backed rebels kill 380 villagers, state says. **Bangor Daily News**, Bangor, Maine, p.17, 22 jul. 1987.

MATSINHE, Cristiano. Biografias e heróis no imaginário nacionalista moçambicano. In.: FRY, P. **Moçambique: ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001

MAZULA, Brazão. As eleições moçambicanas: uma trajetória da paz e da democracia. In: _____. (Org.). **Eleições, democracia e desenvolvimento**. Maputo: Brazão Mazula, 1995a.

_____. **Educação, cultura e ideologia em Moçambique**: 1975-1985. Porto: Edições Afrontamento, 1995b.

MMO NOTÍCIAS. **Governo assume ataques à serra de Gorongosa**. Disponível em: <<http://noticias.mmo.co.mz/2014/02/governo-assume-ataques-a-serra-de-gorongosa.html>>. Acesso em: 25 maio 2014.

MNR massacres 380: attack follows on airdrop to bandits from S. Africa. **Herald**, Harare, 22 jul. 1987.

MNR murderers. **Herald**, Harare, 23 jul. 1987.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Maputo: Coleção Nosso Chão, 1995.

MORAIS, Sara Santos. **Múltiplos regressos a um mundo cosmopolita**: moçambicanos formados em universidades brasileiras e a construção de um sistema de prestígio em Maputo. 179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, UNB, 2012.

MOURÃO, Daniele Ellery. **África “na pasajen”**: identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas. 148f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceara: Fortaleza, 2006.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE MOÇAMBIQUE – MDM. Disponível em: <<http://www.mdm.org.mz/>>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

MOZAMBIQUE HISTORY.NET. Disponível em: <<http://www.mozambiquehistory.net/homoinc.html>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MOZAMBIQUE says massacre victims buried. **Bangor Daily News**, Bangor, Maine, 23 jul. 1987.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chalé João. **O mito atlântico**: relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas. 170f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MUTZENBERG, Remo. Protestos sociais em Moçambique: uma agenda de pesquisa. **Civitas**, Porto Alegre, v.14, n.1, p.137-153, jan./abr. 2014.

NEWITT, Malyn. Mozambique. In: CHABAL, Patrick (Org.). **A history of postcolonial Lusophone Africa**. Indiana: Indiana University, 2002. p.185-235.

NGOMANE, Yara Neusa. **Estudantes moçambicanos em Belo Horizonte**: uma discussão sobre a construção identitária e redes de sociabilidade. 100f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

NUBE, Teresa Guile. **Impactos socioeconômicos das plantações florestais em Moçambique**: um estudo de caso na Província do Niassa. 94f. Dissertação

(Mestrado de Engenharia Floresta) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

OBARRIO, Juan. **The spirit of laws in Mozambique**. Chicago: The University of Chicago Press, 2014. (Edição em formato digital – versão Kindle).

O'LAUGHLIN, Bridget. Ruth First: a revolutionary life in revolutionary times. **Review of African Political Economy**, v.41, n.139, p.44-59, 2014.

_____. Class and the customary: the ambiguous legacy of the indigenato in Mozambique. **African Affairs**, n.99, p. 5-42, 2000.

OLICK, Jeffrey K.; ROBBINS, Joyce. Social memory studies: From “collective memory” to the historical sociology of mnemonic practices. **Annual Review of Sociology**, n.24, p.105-140, 1998.

PASSADOR, Luiz Henrique. **Guerrear, casar, pacificar, curar: o universo da “tradição” e a experiência com o HIV/AIDS no Distrito de Homoine, sul de Moçambique**. 265f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PASSADOR, Luiz Henrique. “Eating Alone” or When Modernity feeds tradition: Money and Magic in Southern Mozambique. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology** V.5, n.2, pp. 100-129, 2008.

PEDRO, Verônica Tchivela. **Identidades traduzidas num mundo globalizado: os estudantes “africanos” em Florianópolis**. 137f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

PÉLISSIER, Réne. **História de Moçambique**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987. v.1.

PINA CABRAL, João de. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições. **Análise Social**, v.XXXIV, n.153, p.865-892, 2000.

_____. Cisma e continuidade em Moçambique. In: PINA CABRAL, João de; CARVALHO, Clara. **A persistência da história: passado e contemporaneidade em África**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004. p. 375-391.

PITCHER, M. Anne. **Transforming Mozambique**. The politics of privatization 1975-2000. New York: Cambridge University, 2002.

_____. Forgetting from above and memory from below: strategies of legitimation and struggle in postsocialist Mozambique. **Africa: The Journal of the International African Institute**, v.76, n.1, p. 88-112, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

RABINOW, Paul. **Reflections on fieldwork in Morocco**. Berkeley and Los Angeles: University of California, 1977.

RENAN, Ernest. Qué es una nación?. In: BHABBA, Homi. **Nación y Narración**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010. p. 21-38.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2009.

SAGGIORO GARCIA, Ana; KATO, Karina; FONTES, Camila. **A história contada pela caça ou pelo caçador?** Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. Rio de Janeiro: PACS. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/2013/03/08/pesquisa-do-pacs-sobre-a-relacao-brasil-africa-a-historia-contada-pela-caca-ou-pelo-cacador-perspectivas-sobre-o-brasil-em-angola-e-mocambique/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SAHLINS, Marshall. O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em via de extinção. **Mana: Revista de Antropologia Social**, v.3, n.1, p.41-73, 1997.

SANSONE, Lívio; FURTADO, Claudio (Orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014.

SANTOS, Carlos Pinto. Homoíne: o maior massacre da Renamo. **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, n.101, p. 24, set. 1987, p.24.

SEN, Amartya. The concept of Development. CHENERY H.; SRINIVASAN T. N. (Eds.) **Handbook of development economics**. Amsterdam: Elsevier Science Publishers, 1988. v.1

SERRA, Carlos. **OFICINA DE SOCIOLOGIA**. O conflito na produção de heróis em Moçambique. Disponível em: <<http://oficinadesociologia.blogspot.com.br/2007/08/o-conflito-na-producao-de-heris-em.html>>. Acesso em: 3 maio 2015a.

_____. **OFICINA DE SOCIOLOGIA**. Consequências da guerra civil em Moçambique (1976/1992), 2006. Disponível em: <<http://oficinadesociologia.blogspot.com.br/2006/05/consequencias-da-guerra-civil-em.html>>. Acesso em: 3 maio 2015b.

STRATHERN, Marilyn. Artefatos da história: os eventos e a interpretação de imagens. In: STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p.211-229.

SUBUHANA, Carlos. **Estudar no Brasil**: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro. 193f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SUMICH, Jason. The illegitimacy of democracy? Democratisation an Alienation in Maputo, Mozambique. **Crisis States Research Centre**, Working Paper, n.16, p. 1-16, Sept. 2007.

_____. Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana. **Análise Social**, v.XXLIII, n.2, p.319-345, 2008.

SUMICH, Jason; HONWANA, João. Strong Party Weak State? Frelimo and State Survival through the mozambican civil war: an analytical narrative on state-making. **Crisis States Research Centre**. Working Paper, n.23, p. 1-27, Dec. 2007.

SURVIVORS recount the horror of Homoine massacre. **Herald**, Harare, 23 jul. 1987.

TAIBO, Ruben Miguel Mário. **Lobolo(s) no Moçambique contemporâneo**: mudança social, espíritos e experiências de união conjugal na cidade de Maputo. 126f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Entre inimigos e traidores: suspeitas e acusações no processo de formação nacional no sul de Moçambique. **Travessias**: Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Lisboa, n.4/5, p. 269-287, 2004.

_____. “Raça”, nação e status: histórias de guerra e “relações raciais” em Moçambique. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p.252-268, dez./fev. 2005-2006.

_____. Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v.51, n.1, p.179-214, 2008.

TORNIMBENI, Corrado. Isto sempre foi assim: the politics of land and human mobility in Chimanimani, Central Mozambique. **Journal of Southern African Studies**, v.33, n.3, p.485-500, Sept. 2007.

TRAJANO FILHO, Wilson. Rumores: uma narrativa da Nação. **Série Antropológica 143**. Brasília: UNB, 1993.

_____. Narratives of National Identity in the Web. **Etnográfica**, v.VI, n.1, p. 141-158, 2002.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**: Power and production of history. Boston: Beacon, 1995.

TURNER, Victor. **O processo ritual**: Estrutura e anti-estrutura. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VELHO, Gilberto **Nobres e anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

_____. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p.69-79.

VICTIMS of MNR massacre buried. **Herald**, Harare, 24 jul. 1987.

VINES, A. **Renamo**: Terrorism in Mozambique. Bloomington: Indiana University Press, 1991.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. 2.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WEST, Harry. Governem-se vocês mesmos!: democracia e carnificina no Norte de Moçambique. **Análise Social**, v.XLIII, n.2, p. 347- 368, 2008.

_____. **Kupilikula**: o poder e o invisível em mueda, Moçambique. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

WEST, Harry; KLOECK-JENSON, Scott. Betwixt and Between: 'traditional authority' and democratic decentralization in post-war Mozambique. **African Affairs**, n.98, p. 455-484, 1999.

ZUPPI, Mateo. A comunidade de Santo Egídio no Acordo Geral de Paz. In.: MAZULA, B. **Eleições, democracia e desenvolvimento**. Maputo: Brazão Mazula, 1995.

ANEXOS

ANEXO 1 – BLOG MACUA

24/05/2007

Homoíne : Monumento em memória das vítimas do massacre

Volvidos 20 anos após o registo do massacre de Homoíne, onde pouco mais de 400 pessoas foram assassinadas pela guerrilha da Renamo, o Governo decidiu erguer um monumento em homenagem aos perecidos.

Maputo, Sexta-Feira, 25 de Maio de 2007:: Notícias

As obras, segundo garantias dadas por Pedro Baptista, director da Educação e Cultura, arrancam ainda este ano, estando o projecto para o efeito desenhado e entregue à empreiteira seleccionada para o efeito.

Mesmo sem avançar valores a serem aplicados, Baptista, tentando descrever o monumento, disse que o mesmo terá uma forma circular e com três entradas.

Até aqui e por falta de informação, familiares dos perecidos têm vindo a reclamar um tratamento digno às vítimas do massacre de Julho de 1987, visto que no local nada foi feito em sua memória.

Hélio Filimone

NOTA: Quando se lembrará a FRELIMO, partido que detem o governo de Moçambique, de também erigir um monumento aos "mortos" de M'telela, à conta do Orçamento de Estado, como este? É sempre bom lembrar que metade do Orçamento do Estado é "doação" de países estrangeiros. Será que estes estarão de acordo com um "monumento" em Homoíne, sem outro em M'telela? Ou até em outros locais...

Fernando Gil

“MACUA DE MOÇAMBIQUE”

Comments (Comentários – os nomes foram substituídos por letras)

A said in reply to B...

Forças Especiais das FPLM treinadas na Líbia em 1984 foram responsáveis pelo sucedido em Homoíne. Essas forças encontravam-se estacionadas em Panda quando se deu o massacre.

Reply 28/05/2012 at 18:24

2

B...

Isso Xta mal,Pke na se explica assim como o massacre de moeda

Reply 28/05/2012 at 13:19

D said...

INSISTO: Benedito Marrime escreveu em 25/5/07 que (i) comprovadamente - isto é com existencia de provas - se sabe que o massacre não foi obra da Renamo, e (ii) essas conclusões - apoiadas, julgo, por provas - já foram objecto de divulgação. Porém dado que

muita gente tem dúvidas, como se comprova pelos posts, não faz sentido que não responda aos apelos de, para os menos informados como muitos de nós, voltar a por à luz do dia essas informações, ou pelo menos referenciá-las de forma a que seja possível ir às fontes das tais informações e colhê-las. Acho que seria uma contribuição de caráter cívico a prestar aos cidadãos que continuam com as várias dúvidas em resultado de uma política de reserva de informação a algumas elites com intuítos pouco democráticos - não resta dúvida de INFORMAÇÃO É PODER, e o Poder só será democrático quando for criado um clima de abertura à disseminação e abertura faça jus ao direito à informação e à verdade, por mais relativa que seja!

Ou será que estou tão só no desconhecimento dessas conclusões sobre Homóine?

Reply 29/05/2007 at 12:48

4

M said...

Só uma investigação com peritos apurar-se-ia o autor do massacre de Homóine. Assim se evitam conclusões fáceis como sempre tem sido na minha terra: sem dúvidas Filipe Magaia foi morto em combate, sem dúvidas Mondlane foi morto pelo vice; sem dúvidas Machel foi morto pelo regime do apartheid, sem dúvidas, sem dúvidas e mais sem dúvidas. Se na Bósnia-Herzegovina houve exumações aos vítimas dos massacres foi para evitar acusações e recusas de responsabilidade entre os servos e muculmanos.

No caso de Homóine houve muita contradição desde sempre sobre quem foi o seu autor. EU TENHO DÚVIDAS AINDA.

Reply 28/05/2007 at 15:48

5

G said...

Ora essa. Do lado do povo de Homóine que apanhou dos dois lados na guerra. Só que desta vez sem dúvidas foi massacrado pela Renamo. Numa guerra nunca houve santos. Só pecadores e assassinos autorizados para matar. Quem mata mais é sempre chamado de herói em combate. Foi por isso que nos acordos de Roma foi acordado por ambas as partes não tocarem no assunto de crimes de guerra e outras crueldades.

Reply 27/05/2007 at 23:13

6

C said...

ehe hg, já entendo a tua ironia, mas em defesa de quem? Parece que o assunto é sobre Homóine e queremos historias verdadeiras. Sabemos que tanto a Renamo como a Frelimo mataram mesmo por isso se exige monumentos para os vítimas de todos estes.

Reply 27/05/2007 at 19:55

7

G said...

Os da Renamo eram santos e nunca mataram ninguém.

Reply 27/05/2007 at 12:46

8

D said...

Caro Snr. Marrime, Pode-nos lembrar (a) a divulgacao informativa a que se refere, e (2) quais as provas de que foram apresentadas de que tal ou tal organizacao nao foi o autor do massacre de Homoine? Sei que não costuma falar sem fundamentos. Obrigado.

Reply 26/05/2007 at 19:46

9

B said...

Pelo que ate agora, comprovadamente, se sabe, e foi ja objecto de divulgacao informativa, jamais desmentida por quem de direito, o massacre de Homoine nao foi obra da RENAMO, mas dos "camaradas" politicamente correctos. Se estes, via Governo, querem fazer um monumento ali, nao se esquecam desse pormenor. Nao se trata de absolver os "matsangas", mas de exigir que se nao falsifique a Historia deste Pais.

Reply 25/05/2007 at 17:40

ANEXO 2 – HINO DE MOÇAMBIQUE

Pátria Amada – Hino de Moçambique

Na memória de África e do Mundo
Pátria bela dos que ousaram lutar
Moçambique, o teu nome é liberdade
O Sol de Junho para sempre brilhará

(2x)

Moçambique nossa terra gloriosa
Pedra a pedra construindo um novo dia
Milhões de braços, uma só força
Oh pátria amada, vamos vencer

Povo unido do Rovuma ao Maputo
Colhe os frutos do combate pela paz
Cresce o sonho ondulando na bandeira
E vai lavrando na certeza do amanhã

(2x)

Moçambique nossa terra gloriosa
Pedra a pedra construindo um novo dia
Milhões de braços, uma só força
Oh pátria amada, vamos vencer

Flores brotando do chão do teu suor
Pelos montes, pelos rios, pelo mar
Nós juramos por ti, oh Moçambique
Nenhum tirano nos irá escravizar

(2x)

Moçambique nossa terra gloriosa
Pedra a pedra construindo um novo dia
Milhões de braços, uma só força
Oh pátria amada, vamos vencer